

GABRIELA CRISTINA GRANÇO DO AMARAL

**A DIPLOMACIA DE "ASCENSÃO PACÍFICA" COMO
ESTRATÉGIA DE POLÍTICA EXTERNA DA CHINA: AS
RELAÇÕES COM O VIETNÃ E AS DISPUTAS SOBRE AS ILHAS**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES
INTERNACIONAIS**

UNESP, UNICAMP E PUC/SP

São Paulo

2013

GABRIELA CRISTINA GRANÇO DO AMARAL

**A DIPLOMACIA DE "ASCENSÃO PACÍFICA" COMO
ESTRATÉGIA DE POLÍTICA EXTERNA DA CHINA: AS
RELAÇÕES COM O VIETNÃ E AS DISPUTAS SOBRE AS ILHAS**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do título de MESTRE em Relações Internacionais, sob orientação do Prof. Dr. Carlos Eduardo Ferreira de Carvalho.

São Paulo

2013

*“Grandes coisas fez o Senhor por
nós, pelas quais estamos alegres”
Salmos 126:3*

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer, primeiramente, a Deus, que me capacitou a cada dia e me deu forças para continuar nos momentos mais difíceis. Obrigada por me inspirar e me direcionar em cada etapa nesses dois anos.

Obrigada ao Programa San Tiago Dantas por todas as oportunidades que tive ao longo desses anos e por todo o conhecimento que pude obter enquanto fiz parte do corpo discente do Programa.

Devo grande parte desse trabalho ao meu orientador, o Prof. Dr. Carlos Eduardo Ferreira de Carvalho. O senhor verdadeiramente honrou o título de orientador e meu trabalho é a maior prova disso. Obrigada pela dedicação e empenho em cada fase que passei durante a construção da presente dissertação. Suas orientações foram imprescindíveis para que eu pudesse chegar até aqui. O senhor é um exemplo de seriedade, comprometimento e competência. Obrigada.

Agradeço aos professores Luis Antonio Paulino e Samuel Soares por também me auxiliarem ao longo da caminhada. Obrigada pelas opiniões e reflexões; foram de grande importância. Aos professores do Programa de Pós-Graduação San Tiago Dantas deixo também meus sinceros agradecimentos por todo o conhecimento que adquiri com as disciplinas que cursei com vocês.

Obrigada a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) por incentivar a construção deste trabalho e proporcionar os recursos necessários para sua divulgação. Obrigada pelo incentivo; foi fundamental para o desenvolvimento dessa pesquisa.

Agradeço também a Isabela e Giovana, do Dantas, que me ajudaram muito com as mais diversas questões burocráticas ao longo dos anos. Obrigada por me socorrerem, tirarem minhas dúvidas e me ajudarem nas pequenas e grandes coisas.

Um agradecimento especial também deve ser dado à minha grande amiga e colega de profissão – até o presente momento, Tainá Dias Vicente. Você teve grande importância na execução desse trabalho, amiga. Talvez você nem saiba disso, mas conversar com você, debater com você foi fundamental para me inspirar. Obrigada por tudo, principalmente por sua amizade.

Por fim, mas não menos importante, agradeço ao meu amigo e amor, Cleiton Venijio, que sempre me motivou e incentivou – de seu jeito, é claro – em toda a minha caminhada. Obrigada por tudo! Agradeço aos meus pais, Amarildo e Valeria, e aos meus irmãos, Giuliana, Bárbara e Daniel, por estarem sempre ao meu lado. Vocês fazem parte de todas as minhas conquistas.

RESUMO

INTRODUÇÃO

A rápida ascensão da China e seu crescente poderio vêm ampliando os questionamentos sobre o que fará para atingir a proeminência que julga merecer: se continuará aceitando a ordem internacional a que se ligou e na qual desenvolveu seu caminho de crescimento acelerado, ou se vai preferir contestar essa ordem, ou alguns de seus componentes básicos. A dissertação analisa as relações da China com o Vietnã, em especial o conflito em torno das ilhas do Mar do Sul, para os chineses, ou do Mar do Leste, para os vietnamitas. O objetivo é verificar como se aplica nesse caso a diplomacia de "ascensão pacífica", expressão adotada em 2003, e que quer sinalizar o interesse da China em ascender sem causar danos a outros país e sem abalar a ordem internacional, ou seja, o compromisso da China de promover o desenvolvimento do seu país e dos demais por meio de cooperação e paz. Os dois países têm disputas territoriais antigas em torno de ilhas localizadas em região de grande interesse para a segurança e para a projeção externa da China. A dissertação analisa a política externa o peso do nacionalismo na questão e examina os desdobramentos diplomáticos da disputa sobre as ilhas.

Palavras-chave:

Política externa e diplomacia da China; relações China-Vietnã; "ascensão pacífica" da China

ABSTRACT

The rapid rise of China and its growing power have broadened the questions about what he will do to achieve the prominence that judges deserve: whether to continue accepting international order that is called and in which developed its accelerated growth path, or if you prefer vai contest this order, or some of its basic components. The dissertation examines China's relations with Vietnam, especially the dispute over the islands of the South Sea, to the Chinese, or East Sea, to the Vietnamese. The goal is to see how it applies in this case diplomacy of "peaceful rise", expression adopted in 2003, and wants to signal that China's interest in ascend without causing damage to other country without undermining international order, ie the compormisso China to promote the development of their country and the other through cooperation and peace. Both countries have ancient territorial disputes around islands located in a region of great interest to the security and the external projection of China. The dissertation examines the foreign policy of nationalism in the weight issue and examines the ramifications of diplomatic dispouta on the islands.

Key-words: Foreign policy and diplomacy of China, China-Vietnam relations; "peaceful rise" of China

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1: Exportações e Importações chinesas (em US\$ milhões).....	51
Mapa 1. Zonas Econômicas Especiais da China.....	48
Mapa2. Vietnã	73
Mapa 3. Fronteira Marítima do Golfo de Tonkin.....	105
Mapa 4. Mar do Sul da China/Mar do Leste.....	110
Quadro 1. Visita das Delegações de Defesa do Vietnã para a China.....	90
Quadro 2. Visita das Delegações de Defesa da China para o Vietnã.....	91

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Número de países com os quais a China estabeleceu laços diplomáticos.....	51
Tabela 2. Países vizinhos à China segundo sua estrutura regional de poder.....	69
Tabela 3. Importações do Vietnã por origem (%), 1980-2004.....	87
Tabela 4. Exportações do Vietnã por destino (%), 1980-2004.....	88

SUMÁRIO

Introdução.....	11
Capítulo 1: Nacionalismo: conceitos para a análise do caso chinês.....	16
Capítulo 2: A “ascensão pacífica” na evolução da política externa chinesa nas últimas décadas.....	32
Capítulo 3: Diplomacia posta à prova: as relações da China com o Vietnã.....	72
Considerações Finais.....	113
Referências Bibliográficas.....	117
Anexos.....	122

INTRODUÇÃO

A ascensão da China coloca desafios consideráveis para a ordem internacional, pelo seu enorme peso demográfico e pelo rápido crescimento do seu peso econômico – fatores suficientes para questionamentos sobre o que China poderá fazer e sobre o que a China vai querer fazer. Um questionamento básico envolve a dúvida sobre como a China irá buscar a proeminência: se vai privilegiar o reforço da ordem internacional a que se ligou nas últimas décadas e dentro da qual desenvolveu seu caminho de desenvolvimento acelerado, ou se vai preferir contestar essa ordem, ou alguns de seus componentes básicos.

O presente trabalho se enquadra no grupo que busca questionar os posicionamentos chineses na área de política externa. A perspectiva é analisar aspectos relevantes da política externa chinesa atual, ainda pouco discutidos no Brasil, visando contribuir com o debate sobre a política da ascensão pacífica da China, considerada a principal estratégia do país para o século XXI.

A paz e coexistência pacífica são termos que fazem parte do discurso do governo chinês. Para eles, esses termos refletem o que a cultura milenar chinesa já professa há muitos anos. A constante menção desses princípios, inclusive na elaboração dos objetivos primordiais da política externa, levou o país lançar em 2003 a expressão “ascensão pacífica” como norteadora das ações chinesas no plano internacional, de sua diplomacia. Aqui vale a explicação dos diferentes conceitos de diplomacia e política externa, para que não haja confusão ao mencioná-los no decorrer da pesquisa aqui desenvolvida.

De modo sintético, diplomacia configura-se uma parte da política externa. A política externa pode ser definida como a atividade do Estado no âmbito externo, a qual tem por objetivo defender os interesses permanentes e essenciais do Estado e de suas relações com outros Estados e organizações internacionais. A política externa envolve a necessidade de autodefesa, vantagens econômicas e estratégias de ação no plano das relações internacionais, podendo ser executada de diferentes maneiras: pacífica ou violenta. A diplomacia, portanto, configura-se como um instrumento de execução da política externa; um instrumento pacífico, por meio do qual o Estado ajusta suas relações com outros Estados e as conduz. Os objetivos da política externa de um país geralmente podem ser identificados por meio da análise de suas relações diplomáticas, de onde é possível apontar objetivos econômicos, sociais, intercâmbios

culturais e de segurança internacional. Os conceitos de paz e diplomacia estão conectados de tal forma que, se um país entra em guerra com outro, pode-se dizer que houve falhas no uso das vias diplomáticas entre eles. A guerra, portanto, seria o instrumento não pacífico para a condução da política externa. A diplomacia é o recurso de que o Estado dispõe para a execução das grandes diretrizes estabelecidas pela política externa. Dessa forma, a política da ascensão pacífica da China é uma estratégia de sua política externa, que norteia a diplomacia chinesa atual.

Em termos conceituais, a utilização de aspas em “ascensão pacífica” não representa uma avaliação ou desconfiança quanto à sinceridade do governo chinês. O objetivo é apenas evitar que o uso da expressão signifique convencimento *a priori* de que a política externa chinesa é efetivamente de ascensão pacífica, quando de fato se está apenas utilizando a designação que o governo chinês utiliza para a sua política externa. Assim, o uso da expressão “ascensão pacífica” nesse trabalho refere-se à política chinesa e não a uma avaliação sobre ela.

De modo resumido, a política da ascensão pacífica consistia em dizer que a China ascenderia sem causar danos colaterais a nenhum outro país, muito menos abalar a ordem internacional já estabelecida – como outrora fizeram Alemanha, Japão e Estados Unidos. Ao contrário, o governo chinês se comprometeria em promover o desenvolvimento, próprio e de outros países, através da cooperação mútua e vias pacíficas.

Como já era de se esperar, em particular devido a crescente ascensão chinesa no cenário internacional, algumas especulações foram feitas quanto à veracidade dessa premissa, principalmente se tal ascensão não confrontaria diretamente a hegemonia norte-americana. Nesse sentido, este trabalho vem corroborar para esses questionamentos, analisando especificamente as relações sino-vietnamitas e tentando responder à pergunta: como as relações entre China e Vietnã tem se desenvolvido e como serão os próximos passos nas questões conflituosas que envolvem os dois países?

Motivos não faltam para justificar o porquê da escolha do Vietnã como candidato a questionar o discurso do desenvolvimento pacífico da China. O primeiro deles é fazer parte do entorno regional chinês. O fato de o Vietnã estar na esfera de influência chinesa, ou seja, dentro da esfera regional da China, onde o país exerce mais influência, faz com que as relações entre eles possuam mais pontos de discussão quando comparado aos países distantes, pois nesse contexto surgem questões como segurança regional, cooperação regional e, principalmente, disputas territoriais. Este último é o fator mais forte para nossa análise, afinal,

quando se trata de território os Estados tendem a ser mais agressivos e, conseqüentemente, cogitar a hipótese de um conflito, deixando de lado um discurso de “pacífico sempre”, ou seja, trocando a diplomacia pela guerra.

Outro fator relevante é o histórico das relações entre Vietnã e China, países que possuem uma mesma estrutura política – um só partido; se denominam socialistas; já entraram em confronto armado; já dialogaram sobre possível desenvolvimento conjunto em alguns setores; mas que ainda possuem pendências importantes, capazes de mudar o rumo da história contemporânea entre eles. Assim, devido a esses fatores, as relações sino-vietnamitas e as disputas no Mar do Sul da China para chineses e Mar do Leste para vietnamitas, são uma interessante via para analisarmos continuidade da política da ascensão pacífica da China.

Além do mais, outro fator que pode deixar as relações sino-vietnamitas mais tensas nas próximas décadas é o nacionalismo. Esse conceito será o tema da discussão do primeiro capítulo deste trabalho. O interesse pelo tema do nacionalismo chinês foi resultado das pesquisas que envolvem a política externa do país desde sua formação em 1949. Conforme analisarei no decorrer desse trabalho, mais especificamente, nos capítulos posteriores a este, a ênfase chinesa na construção de uma sociedade harmoniosa e um mundo pacífico em seus discursos nos levou a deparar com uma série de situações em que tais posicionamentos poderiam ser questionados. Nesse contexto, o nacionalismo chinês emerge como um poderoso recurso, capaz de mobilizar uma grande massa a executar ações efetivas, simplesmente por amor à China, à sua cultura e tradição. Essa parte do trabalho, portanto, visa analisar como o nacionalismo chinês tem se comportado desde 1949, quais seriam suas raízes e quais os possíveis reflexos desse sentimento na política externa chinesa e política internacional em geral.

Entendendo que o nacionalismo envolve sentimentos racionais e irracionais e levando em consideração a maneira pela qual ele foi desenvolvido na China – com forte participação do Partido Comunista – ele pode ser um importante fator para acalorar o debate das disputas territoriais entre China e Vietnã, trazendo-o do plano governamental para o plano popular. Dessa forma, discorreremos sobre seu conceito, suas implicações na sociedade chinesa e na política externa do país. Manifestações de nacionalismo têm sido recorrentes tanto na China quanto no Vietnã e pode ser um importante vetor para intensificar as disputas, principalmente quando se leva em consideração a capacidade de mobilização popular gerada pela internet nos dias atuais.

No Capítulo 2, o foco será a análise da política da ascensão pacífica como estratégia que define a política externa chinesa para o século XXI e norteia suas relações diplomáticas. Tendo como ponto de partida a história recente da diplomacia chinesa, iniciada com a formação da República Popular da China, em 1949, contextualizaremos como a China se definiu diplomaticamente, analisando sua aproximação com os Estados Unidos e rompimento com a União Soviética na década de 1970. Esta década é de imprescindível importância para compreensão do que é a diplomacia chinesa atual. Em seguida, discorreremos sobre o surgimento do conceito de ascensão pacífica no discurso chinês e seus questionamentos, a fim de entendermos como a China se define hoje, quais suas ambições, quais serão seus possíveis próximos passos. Diante do discurso de ascensão pacífica e cooperação com seus vizinhos, para o crescimento dos mesmos, a última parte do capítulo trará uma discussão sobre como é o papel da China em sua esfera regional, principalmente porque o país possui inúmeras pendências políticas a serem resolvidas com seus vizinhos.

Nesse capítulo também desenvolvemos o conceito de Moderna Diplomacia, que se refere ao período atual do governo chinês, com Hu Jintao e Wen Jiabao. Ao longo das pesquisas, muitos autores concordam ao definir a diplomacia chinesa como Nova Diplomacia durante o período de governo de Deng Xiaoping. Muito embora não ajam significativas mudanças em termos diplomáticos a partir de 1978, o fato de Deng reestruturar o setor econômico do país e ampliar suas relações econômicas com outros países fez com que se considerasse uma nova fase para a diplomacia chinesa. Diante dessa definição, entende-se nessa pesquisa, que o governo de Hu Jintao e Wen Jiabao trouxeram uma nova visão para as relações diplomáticas da China. Na verdade, não se trata de algo novo, mas um conceito mais aprofundado de como a China deveria se comportar na esfera internacional, agora com relações econômicas multilaterais e maior influência em várias partes do mundo, principalmente por ser a segunda maior economia da atualidade. Dessa forma, o conceito de Moderna Diplomacia vê na “ascensão pacífica” um novo padrão nas relações da China para o século XXI, não revolucionando a maneira como ela já atua hoje em dia, mas agregando ao padrão atual, novas características, que só serão vistas com mais clareza nos próximos anos. Portanto, o conceito de Moderna Diplomacia é algo que caracterizaria as políticas iniciadas pelo atual governo chinês, na perspectiva de que os mesmos padrões utilizados hoje permaneçam nos próximos anos, ou quem sabe, se aperfeiçoem.

Por fim, o terceiro capítulo discorrerá sobre as relações sino-vietnamitas como forma de questionar e averiguar os desafios e problemas para a política da ascensão pacífica como

estratégia de política externa da China. Ou seja, visa-se com esse capítulo analisar os problemas entre China e Vietnã e verificar se os mesmos seriam capazes de fazer com que o governo chinês trocasse a diplomacia pela guerra, fazendo seu discurso da “ascensão pacífica” questionável no longo prazo, uma vez que o mesmo insiste no caráter pacífico das ações chinesas em todos os planos. A proposta do capítulo é expor algumas circunstâncias problemáticas em que a China está envolvida, entendendo que, se elas forem capazes de levar o país à guerra significa que o discurso da “ascensão pacífica” falhou em sua origem, pois não foi capaz de manter os recursos diplomáticos para a resolução de controvérsias, podendo-se, então, questionar sua capacidade de manutenção no longo prazo.

O capítulo aborda, primeiramente, a discussão sobre qual é a situação atual do Vietnã para melhor entendermos seu relacionamento com a China. Veremos qual é a situação política do país, quais seus parceiros econômico, suas relações bilaterais, seu papel nas instituições internacionais. Em seguida, analisaremos as relações entre China e Vietnã. Não se trabalhará com o histórico milenar das relações sino-vietnamitas, mas as relações a partir de 1949, quando a China se torna República Popular da China e o Vietnã luta para conquistar sua independência dos franceses.

Como as questões a serem resolvidas entre esses países concentram-se na área marítima (Mar do Sul da China/ Mar do Leste), é importante visualizar como o sistema internacional rege tais questões. Por isso, neste capítulo discorreremos sobre a Convenção de Montego Bay, de 1982. É importante descrever brevemente esta convenção, pois é o plano de fundo dos tratados estabelecidos entre China e Vietnã em relação às pendências marítimas entre eles. Portanto, iremos abordar alguns artigos da convenção que são importantes para compreensão dos problemas ainda existentes entre China e Vietnã.

A última parte do capítulo descreverá e analisará os pontos de tensão entre chineses e vietnamitas: o Golfo de Tonkin e o Mar do Sul da China/Mar do Leste. Abordaremos os principais argumentos e fatos envolvendo essas duas regiões. Ambas possuem importância estratégica, política e econômica tanto para China quanto para o Vietnã. As decisões nessas questões são importantes para criarmos perspectivas futuras sobre a manutenção da ascensão pacífica chinesa.

Assim, pretende-se chegar ao final deste trabalho com ideias amadurecidas e esclarecidas sobre a política externa da China de “ascensão pacífica”, principalmente sobre suas relações com seu vizinho, o Vietnã.

1. NACIONALISMO: CONCEITOS PARA A ANÁLISE DO CASO CHINÊS

O capítulo apresenta uma revisão teórica dos conceitos de nação e nacionalismo, primeiro em termos gerais e depois em relação à China moderna¹.

É importante diferenciar os conceitos de nação e nacionalismo, muito complexos e conectados. Segundo Guimarães (2008, p.148):

Assim, nação e nacionalismo, apesar de serem conceitos difusos, correspondem a realidades que tiveram e têm forte impacto sobre a realidade política e se encontram estreitamente vinculadas a um outro conceito que, além de conceito, é o fato mais concreto da realidade cotidiana de todos os indivíduos, que é o Estado.

Nação e nacionalismo desempenham importante papel na política internacional e principalmente na história da China moderna. Há muitas divergências sobre a sequência cronológica do surgimento dos dois conceitos. Mesmo que alguns autores discordem da ordem cronológica de existência entre os conceitos de nação e nacionalismo, os dois conceitos estão demasiado conectados para que se ignore um quando se fala de outro. Portanto, o conceito de nação é tão importante quanto o conceito de nacionalismo.

O capítulo está organizado em três seções: 1) o conceito de nação, 2) o conceito de nacionalismo, 3) o nacionalismo chinês e as implicações para sua política externa.

1.1 O CONCEITO DE NAÇÃO

Quando um agrupamento de pessoas partilha passado, cultura e língua comuns, pode-se falar de sentimento nacionalista e de nação.

Em termos jurídicos, no idioma inglês, o termo nação é utilizado como sinônimo de Estado, por isso têm-se nomes como *Liga das Nações* e *Organização das Nações Unidas*; no português, entretanto, o termo adquire uma conotação específica, sendo um conjunto de pessoas ligadas pela consciência de que possuem a mesma origem, tradições e costumes comuns e que geralmente falam a mesma língua (ACCIOLY; SILVA; CASELLA, 2009,

¹ A expressão “China moderna” refere-se ao período iniciado em 1949, com a Revolução Chinesa de Mao Zedong.

p.232). No Direito Internacional, o Estado é definido como “um agrupamento humano, estabelecido permanentemente num território e sob governo independente” (ACCIOLY; SILVA; CASELLA, 2009, p.231). Segundo esses autores, dentro dos elementos que são constituintes de um Estado, *nação* não é um deles, mas podemos mencionar: a) população permanente; b) território determinado; c) governo; d) capacidade de entrar em relação com os demais estados. (ACCIOLY; SILVA; CASELLA, 2009, p.231) O conceito de *nação* tem diferentes interpretações e vai além do conceito de Estado ou Estado Nacional.

Guibernau (1996) salienta a necessidade de diferenciação entre os conceitos de Estado, Estado Nacional e *nação*. Para ele, Estado é uma “comunidade humana que exige o *monopólio do uso legítimo da força física*² dentro de um dado território” (GUIBERNAU, 1996, p.56). Estado Nacional, por sua vez, é um

fenômeno moderno, caracterizado pela formação de um tipo de estado que possui o monopólio do que afirma ser o uso legítimo da força dentro de um território demarcado, e que procura unir o povo submetido a seu governo por meio da homogeneização, criando uma cultura, símbolos e valores comuns, revivendo tradições e mitos de origem ou, às vezes, inventando-os. (GUIBERNAU, 1996, p.56)

Por *nação*, o autor entende como sendo um grupo humano que possui a consciência de formar uma comunidade e partilhar uma cultura comum, ligada a um território demarcado, possuindo um passado e um projeto comuns e a exigência do direito de se governar (GUIBERNAU, 1996, p.56). Para ele, o conceito de *nação* pode ser dividido em cinco dimensões, sendo elas: 1) *psicológica*, onde se encontra a consciência de se formar um grupo; 2) *cultural*; 3) *territorial*; 4) *política* e 5) *histórica*.

O motivo pelo qual ele insiste na diferenciação dos conceitos *nação* e Estado Nacional é que, para ele, os dois conceitos são facilmente confundidos, mas são em si mesmos muito distintos. Enquanto para a *nação* há a consciência de se formar uma comunidade e partilhar de mesma cultura, símbolos e valores; para o Estado Nacional há a necessidade de criar-se uma *nação* e desenvolver um senso de comunidade, além de criar tal cultura, símbolos e valores comuns. Assim, ao passo que o povo que forma uma *nação* tem um senso de pátria e ligação a um determinado território, o Estado Nacional pode ser resultado de um tratado ou de decisões políticas para a formação do mesmo (GUIBERNAU, 1996, p.57).

² Essa expressão é de Max Weber. O autor a utiliza como uma boa definição para o conceito de Estado. A expressão pode ser encontrada no trabalho de Weber: WEBER, Max. **Política como vocação**. In: Ciência e Política: Duas Vocações. São Paulo, Cultrix, 1993

Ambas as definições, tanto de Guibernau (1996) e Accioly (2009), destacam a questão da *consciência* como sendo algo presente no conceito de nação, seu aspecto subjetivo.

Outro autor que trata da questão é Samuel Pinheiro Guimarães (2008). Para ele, o conceito de nação pode ser definido da seguinte forma:

Nação, em seu sentido político moderno, é uma comunidade de indivíduos vinculados social e economicamente, que compartilham certo território, que reconhecem a existência de um passado comum, ainda que diverjam sobre aspectos desse passado; que têm uma visão de futuro em comum; que acreditam que esse futuro será melhor se se mantiverem unidos do que se separarem, ainda que alguns aspirem modificar a organização social da nação e seu sistema político, o Estado. (GUIMARÃES, 2008, p.145)

Assim como os demais autores, Guimarães (2008) também toma o cuidado de definir o que ele entende por Estado para que não se faça confusão entre esses conceitos. Segundo ele, o Estado é definido como sendo “um conjunto de instituições que exercem as funções de legislar, executar e julgar em nome do conjunto de cidadãos de uma sociedade” (GUIMARÃES, 2008, p.150). Dentre tais funções, a essencial e preliminar seria a de organizar sua defesa em relação às pretensões territoriais de outros Estados, garantindo sua soberania sobre o território e população aos quais tem direito. Além do mais, o Estado seria o principal organismo para a convivência pacífica dos grupos distintos de indivíduos que habitam em um determinado território.

Trazendo uma abordagem diferente, para Gellner (2001, p.20), o conceito de nação envolve o reconhecimento mútuo de direitos e deveres dos indivíduos. Segundo ele,

as nações são as construções das convicções, fidelidade e solidariedade entre os homens. Uma simples categoria de indivíduos (por exemplo, os ocupantes de um território determinado ou os falantes de uma determinada língua) chegam a ser uma nação se e quando os membros da categoria se reconhecem mutuamente e firmemente certos deveres e direitos em virtude de sua comum qualidade de membros. É esse reconhecimento do próximo como indivíduo de sua classe o que os converte em nação e não os demais atributos comuns, quaisquer que possam ser, que distinguem essa categoria dos membros dela.

Paulo Nogueira Batista Jr. (2007, p.31) fala do conceito de nação como sendo um conceito que “mobiliza, emociona, encanta e fascina”. Para ele, o conceito de nação é mais bandeira e estandarte do que apenas um conceito; é um conceito não muito claro, é uma ideia. Ele o define da seguinte maneira: “a nação pode ser entendida como um subconjunto da humanidade [...] são entidades que interagem em situações de conflito ou cooperação [...] as

nações se contrapõem, enfrentam-se não só em tempos de guerra como em tempos de paz. A cooperação surge em função da disputa”. Embora o autor trate do conceito de nação de maneira mais romântica, se assim pudermos classificar, ele expressa o caráter subjetivo intrínseco ao conceito. Revela-nos que nação não pode ser tão facilmente definida, uma vez que envolve uma bandeira, um passado comum e um futuro projetado em conjunto, como disse Guimarães (2008) na citação anterior.

Hélio Jaguaribe (2008, p.275) define nação, em seu sentido socioantropológico, como sendo “uma comunidade dotada de cultura própria, obedecendo a uma direção comum e, com raras exceções, habitando no mesmo território”. Segundo ele, o sentido moderno de nação estaria vinculado à Europa do Renascimento italiano, onde se diferenciavam florentinos, milaneses, napolitanos e outros.

O historiador Eric Hobsbawm (2004) desenvolve uma crítica sobre as diversas tentativas de se conceituar nação. A primeira delas é sobre os critérios de se julgar ou dizer que algo é uma nação. Para ele, a vasta literatura sobre o tema não possui nenhum critério satisfatório para decidir quais, das muitas coletividades humanas, poderiam ter o rótulo de nação (HOBSBAWM, 2004, p.14). Ele pontua que, “o problema, no entanto, é que não há meio de informar o observador como distinguir *a priori* uma nação de outras entidades, da mesma maneira como podemos informá-lo como reconhecer um pássaro ou distinguir um rato de um lagarto. A observação das nações seria mais simples se pudesse ser semelhante à observação de passarinhos” (HOBSBAWM, 2004, p.14).

Hobsbawm (2004) considera simples classificar uma nação utilizando critérios como língua ou etnia, ou até mesmo a combinação de critérios como língua, etnia, território comum, história comum ou cultura comum. Segundo ele, língua, etnicidade ou qualquer outro critério dessa categoria, são em si mesmos “ambíguos, mutáveis, opacos e tão inúteis para os fins de orientação do viajante quanto o são as formas das nuvens comparadas com a sinalização de terra. É claro que isso os tornou excepcionalmente convenientes para propósitos propagandísticos e programáticos e não para fins descritivos.” (HOBSBAWM, 2004, p.15). Contrariando alguns dos autores mencionados anteriormente, Hobsbawm acredita que a insistência na consciência ou na escolha como um critério para a existência das nações seria limitar os modos pelos quais os seres humanos se definem ou redefinem como membros de um grupo. Seria reduzir as opções dos indivíduos a apenas duas: nação ou nacionalidade.

Independentemente das inúmeras críticas ao estabelecimento do conceito de nação, a definição de Hobsbawm (2004, p.20) para ele é:

As nações são, do meu ponto de vista, fenômenos duais, construídos essencialmente pelo alto, mas que, no entanto, não podem ser compreendidas sem ser analisadas de baixo, ou seja, em termos das suposições, esperanças, necessidades, aspirações e interesses das pessoas comuns, as quais não são necessariamente nacionais ou menos ainda nacionalistas.

Quanto às expressões “pelo alto” e “de baixo”, o autor refere-se aos governos, porta-vozes ou ativistas de movimentos nacionalistas como pessoas que se enquadram na primeira expressão, enquanto pessoas comuns seriam aquelas que compõem a segunda expressão. Aqui o autor evidencia que o conceito de nação é um fenômeno que carece de ambas as interpretações, do alto e de baixo, para ser formada. Salienta também que a visão “de baixo” é extremamente difícil de ser descoberta e, portanto, as ideologias oficiais dos Estados não são a orientação para o que está na mente de seus seguidores ou cidadãos (HOBBSBAWM, 2004).

Assim, embora muito já se tenha escrito sobre o conceito de nação, ainda não há unanimidade com relação à sua definição, conforme vimos até agora. O que se pode afirmar é que ele está muito próximo ao conceito de Estado Nacional, cuja definição envolve população em um determinado território, partilhando de uma história e cultura comuns, bem como língua e etnia. Todavia, as críticas de Hobsbawm (2004) são pertinentes ao destacar que tais critérios são demasiado simples para caracterizar e definir o que é uma nação.

A origem do conceito nas nações também provoca divergências entre os autores. Guibernau (1996) argumenta que sua origem é um dos problemas mais controversos no estudo do nacionalismo e de suas implicações políticas. Segundo ele, há duas principais correntes sobre o tema: a primeira argumenta que nação é algo natural, ou seja, surge como uma planta ou uma família, possuindo até mesmo um caráter divino em sua constituição; a segunda sustenta que a nação é um fenômeno moderno, associado ao surgimento da sociedade industrial, no final do século XVIII³. Guibernau (1996), entretanto, acredita que ambas as perspectivas apresentam impropriedades. A primeira por simplificar demais o conceito de nações, incluindo nessa categoria todos os tipos de grupos humanos que remontam a períodos anteriores; e a segunda, por ignorarem as raízes históricas das comunidades étnicas que se transformaram em nações e tornaram-se ou não, Estados Nacionais⁴. Dessa forma, o autor

³ Na segunda argumentação sobre o surgimento das nações, sendo na modernidade, Guibernau (1996) menciona autores como Guellner, **Nations and Nationalism**. Oxford, Blackwell, 1993 e Giddens, **The Nation State and Violence**. Cambridge, Polity Press, 1985 como alguns defensores dessa ótica.

⁴ O autor também discorre em seu trabalho a questão das nações sem Estado, por isso salienta que as nações podem ou não se tornarem Estados Nacionais. Essa problemática, entretanto, não será feita no presente trabalho.

coloca a origem das nações no momento em que os grupos humanos se definem aos se compararem com outros grupos distintos, os estrangeiros; não considerando, portanto, um fenômeno puramente moderno, mas que data por volta de 1100 (GUIBERNAU, 1996, p.59)

Samuel Pinheiro Guimarães (2008) situa a formação da nação no final do Império Romano quando as invasões bárbaras viriam a estabelecer os feudos nas antigas províncias romanas. Os feudos, por sua vez, devido a um poder central fraco, geraram divergências dentro de si mesmos com relação aos direitos hereditários, guerras de conquistas e patrimônios dos senhores feudais. O resultado de tais divergências foi a rotatividade de territórios e população de origens distintas sob o jugo de um determinado soberano. Ou seja, os Estados Nacionais europeus, formados dessa forma, não possuíam uma nação homogênea, mas agrupavam populações de origens étnicas diferentes, com diferentes graus de miscigenação, com tradições e religiões às vezes distintas também. Embora diverjam quanto à data específica do surgimento do conceito, Guibernau (1996) e Guimarães (2008) dialogam em alguns aspectos, como a possibilidade de uma nação ser decorrência de um Estado e a crítica da emergência natural das nações. Nesse sentido, ele afirma:

A ideia de que o Estado nasce com a nação não corresponde à realidade na maior parte dos casos, pois a nação seria de fato uma construção ideológica posterior, tendo muitas vezes a nação sido “construída” pelo Estado. A emergência natural das nações teria sido em realidade impossível em razão da ignorância das massas, da diversidade de etnias e religiões, da ausência de tradições reais, efetivas, da tardia fixação das línguas, das difusas tradições orais e, portanto, a emergência de uma nação teria sido somente possível após o surgimento do Estado moderno, que organiza uma administração central do Estado, e como consequência dos programas de educação pública, do serviço militar e da vontade dos dirigentes de unificar as populações. (GUIMARÃES, 2008, p.148)

Eric Hobsbawm (2004) também discorda da possibilidade de a nação ser uma entidade social originária, ou natural, e tampouco a considera como sendo algo imutável. Para ele a nação pertence exclusivamente a um período particular e historicamente recente, sendo considerada uma entidade social apenas quando se relaciona, de alguma forma, com o Estado territorial moderno, não fazendo sentido discutir o conceito fora dessa relação. E afirma que, “as nações não formam os Estados e os nacionalismos, mas sim o oposto” (HOBBSAWM, 2004, p.19). Em termos de cronologia, o autor refere-se ao surgimento do conceito de nação por volta de 1884, quando o vocábulo foi mencionado em um Dicionário da Real Academia Espanhola. O autor afirma que em seu sentido moderno e basicamente político, o conceito de

nação é historicamente muito recente, o que diverge dos autores anteriores, que não veem seu surgimento na modernidade.

Ele também evidencia que havia três critérios que permitiam classificar um povo como nação. O primeiro deles era a sua associação histórica com um Estado existente de passado recente e razoavelmente durável (HOBSEBAWM, 2004, p.49); ou seja, não se questionava o fato de existir um povo francês ou russo, pois, uma vez tida a identificação de uma nação com um Estado, era natural que os estrangeiros pressupusessem que aquele Estado possuía um povo apenas. O segundo critério dizia respeito a existência de uma elite cultural longamente estabelecida, que tivesse um vernáculo administrativo e literário escrito (HOBSEBAWM, 2004, p.49), ou seja, a identidade nacional possuía fortes raízes na linguística, mesmo que esta fosse falada por uma minoria. Por fim, o último critério era uma provada capacidade de conquista (HOBSEBAWM, 2004, p.49), o que traria a noção de nação ao seu povo.

Portanto, diante das diferentes concepções trazidas por alguns autores do que é o conceito de nação, iremos definir qual a concepção que irá ser abordada ao longo deste trabalho. Entenderemos o conceito de nação como sendo uma população, estabelecida em um território determinado, que partilha origens comuns, como língua e cultura. Concordamos com a ideia de que o conceito só pode ser definido após a formação do Estado Nacional, onde foi possível determinar o local do estabelecimento do povo em questão, bem como as características culturais da nação. Todavia, também acreditamos que um Estado Nacional tenha a capacidade de criar uma nação, devido ao poder a ele conferido.

1.2 O CONCEITO DE NACIONALISMO

Antes de adentrarmos as nuances que envolvem o conceito de nacionalismo, vale a pena fazer um adendo. A maioria dos autores até aqui citados, que fazem a discussão sobre o conceito de nação, também se propuseram em discutir o conceito de nacionalismo. Na verdade, em seus títulos e obras ambos os conceitos vêm entrelaçados. Daí também a relevância de fazermos a discussão sobre o conceito de nação antes do conceito de nacionalismo.

Samuel Pinheiro Guimarães (2008, p.145) define nacionalismo da seguinte maneira:

Nacionalismo é o sentimento de considerar a nação a que se pertence, por uma razão ou por outra, melhor do que as demais nações e, portanto, com mais direitos, sendo manifestações extremadas desse sentimento a xenofobia, o racismo e a arrogância imperial. Nacionalismo é, também, o

desejo de afirmação e de independência política diante de um Estado estrangeiro opressor ou, quando o Estado já se tornou independente, o desejo de assegurar em seu território um tratamento pelo Estado melhor, ou pelo menos igual, ao tratamento concedido ao estrangeiro, seja ele pessoa física ou jurídica.

Como é possível identificar na citação acima, para o autor o nacionalismo é um sentimento que envolve a superioridade de uma nação em relação a outra, desejo de independência política ou reivindicação de direitos igualitários concedidos ao estrangeiro pelo próprio Estado. Segundo o autor, o preconceito de considerar uma nação inferior tem origem na ideia de que divindades teriam escolhido uma nação em detrimento de outra. Como exemplo dessa sensação de superioridade, Guimarães (2008) menciona exemplos de nações como judeus, Japão, Estados Unidos e até mesmo China, objeto de estudo desse trabalho. Segundo ele,

A China, tradicionalmente, se considerava tão superior aos povos vizinhos e mesmo a povos distantes que nem sequer admitia manter relações políticas em nível de Estados soberanos com outros Estados. Esses podiam, no máximo, oferecer tributos ao Império do Meio, centro da civilização, cujos imperadores se acreditava estarem diretamente vinculados às divindades celestiais. (GUIMARÃES, 2008, p. 146)

Numa análise mais detalhada sobre o assunto, Guibernau (1996, p.52) define nacionalismo como sendo o

sentimento relacionado a uma pátria, línguas, ideais, valores e tradições comuns, e também com a identificação de um grupo de símbolos (uma bandeira, uma determinada canção, peça de música ou projeto) que o definam como ‘diferente’ dos outros. A conexão com todos esses signos cria uma identidade, e o recurso a essa identidade teve, no passado, como ainda tem hoje, o poder de mobilizar as pessoas.

Para o autor, a relevância do tema reside na capacidade que o conceito tem de representar a vontade do povo de ser capaz de decidir seu próprio destino político, além de ser respeitado como um povo apto a desenvolver sua cultura e personalidade. Ele afirma que o nacionalismo faria pouco sentido em um mundo onde houvesse uma boa confraternização entre as culturas e não houvesse Estados poderosos tentados a absorver os pequenos (GUIBERNAU, 1996, p.73).

Em termos teóricos, Guibernau (1996) traz a discussão do conceito de nacionalismo na Teoria Social Clássica, discorrendo sobre a concepção de alguns autores sobre o tema, como Henrich von Treitschke, Karl Marx, Émile Durkheim e Max Weber. Segundo ele, Treitschke e Weber encaram o nacionalismo como o aspecto mais importante da sociedade e fazem menção à sua incondicional aceitação. Treitschke não menciona o conceito nacionalismo diretamente em suas obras, mas usa patriotismo em seu lugar. Weber, por sua vez, não possui uma teoria do nacionalismo, mas expressa atitudes nacionalistas em suas afirmações e pontos de vistas sobre os acontecimentos de sua época. Ambos os autores colocam a “nação” acima de tudo o mais (GUIBERNAU, 1996, p.49). Marx e Durkheim, entretanto, compreenderam o nacionalismo como algo que precisava ser transcendido, sendo Durkheim considerado um “pan-nacionalista” por Guibernau, já que o autor defende a ideia de “patriotismo mundial”, e Marx um “internacionalista”, pois seu principal objetivo era a “emancipação mundial”.

É interessante destacar que, nessa abordagem teórica desenvolvida por Guibernau (1996), o autor salienta a problemática de não haver nenhum tratamento específico e sistemático do nacionalismo na teoria social clássica. Ele pontua duas razões para o ocorrido: a) a sociologia, para a maior parte dos pensadores clássicos, parecia estar conectada ao advento da industrialização, representando um esforço para a compreensão das circunstâncias que os seres humanos teriam de passar em decorrência das mudanças nas condições e organização do trabalho. Nesse caso, devido às grandes mudanças no cenário internacional, por conta da Revolução Industrial, o nacionalismo não era encarado como um fenômeno associado à ascensão dos Estados modernos; b) a segunda razão para não haver uma teoria sobre o nacionalismo é que tanto Marx, Durkheim como Weber estavam preocupados em construir uma “grande teoria”, que fosse capaz de explicar a evolução da sociedade desde a sua formação até os dias em que eles viveram.

Para Paulo Nogueira Batista Jr. (2007, p.31-32), nacionalismo pode ser definido da seguinte maneira,

Em todo caso, parece claro que nacionalismo não é um humanismo. Levado a ferro e fogo, o nacionalismo é intrinsecamente antagônico às duas outras grandes ideologias políticas e econômicas do século XIX e XX: o liberalismo e o socialismo. [...] O nacionalismo moderno tem raízes na reação romântica ao Iluminismo, mais especificamente na revolta do romantismo alemão contra as pretensões universalizantes do Iluminismo francês. [...] o nacionalismo é um fenômeno histórico, não um valor universal e atemporal.

Além de fazer a comparação de nacionalismo com liberalismo e socialismo, o autor também afirma que esse fenômeno é espacialmente condicionado, ou seja, sua natureza não varia apenas ao longo do tempo, mas de país para país e de região para região.

Ernest Gellner (2001, p.13), teórico sobre o tema, acredita que “fundamentalmente, o nacionalismo é um princípio político que sustenta que deve haver congruência entre a unidade nacional e a política.” O autor também se preocupa em diferenciar o *sentimento* nacionalista do *movimento* nacionalista. O primeiro refere-se ao estado de raiva que suscita a violação do princípio ou o estado de satisfação que acompanha a sua realização; o segundo é aquele que trabalha impulsionado por um sentimento igual ao anterior. Em seu trabalho ele resume o nacionalismo da seguinte maneira: “O nacionalismo é uma teoria de legitimidade política que prescreve que os limites éticos não devem contrapor-se aos políticos, e especialmente [...] que não devem distinguir-se os detentores do poder do resto dentro de um dado estado.” (GELLNER, 2001, p.14).

Segundo o próprio autor, sua definição de nacionalismo está intrinsecamente conectada com sua definição do que é o Estado, ou seja, ela só é possível quando a existência do Estado já é dada por certa. Para Gellner (2001), uma condição necessária, mesmo que não suficiente, para que o nacionalismo exista é a existência prévia de unidades políticas centralizadas e um entorno político-moral. Em sua pesquisa, o nacionalismo se enquadra como um corolário inevitável de alguns aspectos específicos da modernização, ou seja, é um fenômeno associado ao surgimento da sociedade industrial. Além do mais, se formos comparar seus pensamentos sobre o nacionalismo com sua definição de nação, descrita anteriormente, ele diz: “o nacionalismo engendra as nações, não o inverso” (GELLNER, 2001, p.80).

Ele também critica a ideia de que o nacionalismo seja algo natural, entretanto o situa dessa maneira quando define as condições necessárias para que ele aconteça, ou seja, o momento em que o autor escreve é considerado pelo mesmo natural para a emergência do nacionalismo. Todavia, ao delimitar o conceito dessa forma, ele acaba por negligenciar a possibilidade de ele reemergir em outro tempo.. Em suas palavras,

O nacionalismo – o princípio que prega que a base da vida política há de estar na existência das unidades culturais homogêneas e que deve existir obrigatoriamente unidade cultural entre governantes e governados – não é algo natural, não está no coração dos homens e tampouco está inscrito nas condições prévias da vida social em geral; tais asserções são uma falsidade que a doutrina nacionalista conseguiu fazer passar por evidencia. Contudo, como fenômeno [...] o nacionalismo é inerente a certo conjunto de condições

sociais, e estas condições, casualmente, são as do nosso tempo. (GELLNER, 2001, p.162)

Ele também descreve, em uma pequena lista, o que ele considera como sendo uma falsa teoria sobre o que é o nacionalismo, onde inclui: a) o nacionalismo é algo natural, que se forma autonomamente; b) o nacionalismo é uma consequência artificial de ideias que nunca houve necessidade de se formular e apareceu por acidente, e a vida política poderia funcionar sem ele; c) o nacionalismo está como a teoria do “caminho equivocado”, que sustenta o marxismo; aqui o autor faz uma crítica a ideia de que a mensagem que deveria ser entregue às classes, que despertaria a sua consciência, na verdade, acabou sendo entregue às nações. É uma analogia com relação aos muçulmanos xiitas, que acreditam o anjo Gabriel se equivocou ao entregar para Muhammad a mensagem que seria da Ali. (GELLNER, 2001, p.166) d) deuses da escuridão, em que o nacionalismo é a ressurreição das forças atávicas do sangue ou da terra. (GELLNER, 2001, p.166-167)

Guibernau (1996, p.80) dialoga com Gellner (2001) no que diz respeito à participação do Estado na construção do nacionalismo.

O estado favorece o nacionalismo como um meio de incrementar os laços existentes entre os cidadãos. Se o estado é bem-sucedido e, além da simples conexão política, consegue desenvolver uma combinação de várias espécies de relações – econômicas, territoriais, religiosas, linguísticas, culturais -, o estado cria a nação.

Entretanto, Guibernau (1996) discorda de alguns pontos sobre a percepção do conceito de nacionalismo trazida por Gellner (2001). Segundo ele, as considerações de Gellner são relevantes para o desenvolvimento e compreensão dos acontecimentos na Europa ocidental, mas teriam menos valor para a interpretação da experiência chinesa, por exemplo. (GUIBERNAU, 1996, p.88) Isso se deve ao fato de Gellner centralizar sua análise no industrialismo, onde, para ele, o nacionalismo seria a consequência de uma alta divisão do trabalho, enquanto para Guibernau (1996) o nacionalismo também existiu em estados não industriais. Outro ponto de divergência diz respeito ao fato de Gellner não tratar do nacionalismo onde nações e estado não são congruentes, tema que é abordado por Guibernau em seu trabalho.

Independente das críticas, não se pode negar a importância dos conceitos de Ernest Gellner para o assunto, sendo considerados pelo próprio Guibernau (1996, p.86) “o melhor ponto de partida para se estudar o papel da cultura na criação do nacionalismo”. Eric

Hobsbawm (2004, p.18) define o uso do termo nacionalismo em seu trabalho no sentido em que ele é utilizado por Gellner, como sendo um princípio que sustenta que a unidade política e nacional deve ser congruente. Mas também critica seu trabalho em relação à sua preferência pela perspectiva da modernização pelo alto, dificultando a atenção adequada à visão dos de baixo (HOBSBAWM, 2004, p.20).

Em seu trabalho, *Nações e Nacionalismo desde 1780*, Eric Hobsbawm faz um extenso trabalho para descrever o processo em que estes dois conceitos, nação e nacionalismo, se desenvolvem ao longo da história. Para ele, entende-se como movimentos nacionais a ação do nacionalismo, ou seja, o nacionalismo concretizado em ação na sociedade, e a história desses movimentos podese dividida em três fases: a) a primeira fase se desenvolveu na Europa do século XIX, sendo puramente cultural, literária e folclórica, sem implicações políticas ou nacionais; b) a segunda deveu-se a um conjunto de pioneiros militantes da “ideia nacional” e iniciou-se uma campanha em prol dessa ideia; c) a terceira fase ocorreu quando os programas nacionalistas adquiriram sustentação de massa (HOBSBAWM, 2004, p.21). Ele destaca que a fase crucial na cronologia dos movimentos nacionais foi a transição da segunda para a terceira fase.

Outro aspecto que não poderia ser ignorado dentro do tema do nacionalismo é seu caráter duplo. Primeiramente, o nacionalismo resulta da maneira pela qual os sentimentos de pertencer a um determinado grupo são transformados em um movimento pacífico e democrático, que visa o **reconhecimento** de uma nação; em segundo lugar, tais sentimentos podem chegar ao extremo, convertendo-se em xenofobia e intensa vontade de sobrepujar outras nações, tentando **exterminá-las**. Esse duplo caráter é abordado pela maioria dos autores que trata sobre o tema.

Para Guibernau (1996, p.95), “o caráter controverso do nacionalismo origina-se de sua fraqueza como ideologia capaz de inspirar a ação política [...] é usado em associação com varias formas de discriminação que implicam a categorização de indivíduos que dependem de sua identidade nacional” Para ele, por identidade nacional entende-se o reconhecimento de um indivíduo de pertencer a uma determinada nação⁵.

Paulo Nogueira Batista Jr (2007) enfatiza a possibilidade do nacionalismo das grandes potências facilmente se converter em atitudes imperialistas. O maior exemplo do caráter extremo do nacionalismo, sem dúvida, foi a Alemanha de Hitler, com o discurso da superioridade de uma suposta raça ariana. Nessa fase da história, o nacionalismo não foi

⁵ Por identidade nacional entende-se como sendo o reconhecimento de um indivíduo de pertencer a uma determinada nação.

apenas a aversão ao estrangeiro ou inferiorização do mesmo, mas o ódio para com ele, concretizado no desejo de exterminá-lo da sociedade. Essa projeção a que o nacionalismo pode alcançar é o que se teme quando grandes potências tendem a declarar exacerbadamente o seu “amor” pela pátria. Sobre o tema, Guimarães (2008, p.146) escreve:

O nacionalismo nos países desenvolvidos, em especial nas Grandes Potências, e sua pretensão de superioridade nacional redundaram, facilmente em políticas expansionistas e agressivas, tanto no continente europeu como também na formação dos impérios coloniais, como a noção explícita de inferioridade dos povos e das culturas locais e até, eventualmente, a ideia de que seriam seres humanos distintos e mesmo inferiores.

Com o advento da globalização, o nacionalismo tem ressurgido como uma espécie de contraposição a seu avanço. Ou seja, à medida que a globalização tende a homogeneizar culturas, por meio da aproximação dessas, alguns movimentos também são feitos em prol da cultura e tradições locais como forma de barrar uma inundação estrangeira. Situações como estas serão exemplificadas na próxima parte do trabalho, onde trataremos da questão chinesa especificamente. Fato é que há um renascimento do nacionalismo no núcleo das transformações locais, não mais como forma de emancipação de um poder colonizador, como outrora fora no passado, mas como uma reafirmação da identidade nacional, construída ou adquirida com o Estado.

Num mundo de dúvida e fragmentação, a tradição adquire nova importância. [...] O nacionalismo conta de forma intensa com a tradição, na medida em que ela dispõe de memórias comuns como um de seus aspectos centrais. [...] O nacionalismo acarreta resistência cultural e desafia as sociedades modernas ao defender o que chamarei de “política de identidade”, isto é, a exigência da diferença cultural baseada na etnicidade. (GUIBERNAU, 1996, p.144)

Além dos aspectos culturais que envolvem a globalização, a interdependência econômica e a complexidade política que envolvem a arena internacional atual também contribuem para a emergência de sentimentos nacionalistas, muitas vezes concretizados em ações protecionistas nas esferas econômicas, por exemplo. “A resposta aos aspectos negativos da globalização não consiste na passiva aceitação desses, mas na adoção de um novo nacionalismo, ajustados às condições do século XXI. Um nacionalismo protetivamente regulatório e propiciador das grandes iniciativas novas.” (JAGUARIBE, 2008, p.278)

As tentativas permanentes dos Estados no centro do sistema de impor suas políticas econômicas e sociais, as crescentes assimetrias de riqueza e de poder entre as sociedades do centro e as da periferia, o crescente hiato entre elas, e a tentativa dos Estados do centro de impor à periferia, pela violência ou pela pressão econômica, mudanças de regime político e econômico, fazem ressurgir com mais força os movimentos antiglobalização e os nacionalismos. (GUIMARÃES, 2008, p.157)

Embora tais movimentos contrários à globalização ocorram ao redor do mundo, segundo Hobsbawm (2004, p.215) o fenômeno do nacionalismo já passou de seu apogeu. Para o autor, não significa que o nacionalismo não seja muito proeminente na política, tampouco que haja menos nacionalismo hoje do que havia antes, mas que, historicamente, ele tornou-se menos importante. Contudo, há uma nova onda desses sentimentos alcançando diversas partes do mundo e podem se revelar de inúmeras maneiras, tais como protecionismo econômico, rejeição ao imigrante estrangeiro, impedimento de determinadas expressões culturais estrangeiras e outras.

Assim, é possível dizer que mesmo que haja uma aproximação dentre as nações, os indivíduos não abrem mão de serem reconhecidos como membros de uma determinada nação. E essa necessidade de reconhecimento é uma característica própria do nacionalismo. Neste trabalho, não nos atentamos em discorrer sobre as nações que não possuem Estado, pois sairia do foco do debate, todavia, é mais um reflexo de que, mesmo diante da globalização, ainda há nações que reivindicam o seu território, o seu reconhecimento.

Portanto, diante de tudo o que foi exposto, cabe resumir qual será o entendimento do conceito de nacionalismo no presente trabalho. Nacionalismo será entendido como um sentimento, racional e irracional, que conecta uma determinada população por meio de tradições culturais, passado comum e futuro projetado conjuntamente. Esse sentimento, a priori, não visa o malefício do outro, mas o reconhecimento dos demais como sendo único e próprio. Todavia, tal sentimento também pode alcançar o extremo, onde se torna a expressão de uma suposta superioridade com relação ao outro e ódio para com o estrangeiro, a ponto de querer exterminá-lo. Em termos de grandes potências, esse sentimento pode gerar temor às nações menores em relação a atitudes expansionistas ou imperialistas. Além do mais, o nacionalismo é capaz de mobilizar as massas em virtude desse sentimento comum, seja direcionado por um Estado ou para ir contra ele.

1.3 O NACIONALISMO E A POLÍTICA EXTERNA CHINESA

“O nacionalismo ou patriotismo chinês também pode ser atribuído ao núcleo de fundação de sua política externa” (ZHANG, 2005, p.80). A política externa da China tem o nacionalismo como um dos pilares de sua formulação. A necessidade de gerir todo um Estado centralizando-se em um único partido desenvolveu o discurso nacionalista estatal que perdura até a atualidade. Tanto Estado quanto população já demonstraram que possuem capacidade suficiente de articular mobilizações nacionalistas que gerem resultados efetivos.

A política externa chinesa centra-se em salvaguardar a independência nacional e a soberania do Estado, além de criar um ambiente internacional favorável para seu desenvolvimento econômico. Ou seja, resume-se em defender: seus interesses nacionais, a estabilidade política doméstica, o desenvolvimento econômico, a unificação nacional e a integridade territorial. Segundo Zhang (2005) dois elementos são essenciais, nesse contexto. O primeiro é a manutenção da independência nas relações exteriores através da determinação de suas próprias posições e políticas sem ceder às pressões externas; o segundo é estabelecer relações amistosas e cooperativas com todas as nações, especialmente com as nações vizinhas e em desenvolvimento com base nos Cinco Princípios da Coexistência Pacífica: respeito mútuo pela soberania e integridade territorial de cada nação; não agressão mútua; não interferência em assuntos internos de outras nações; igualdade de benefícios mútuos; coexistência pacífica.

Dentro do contexto da política externa chinesa, é possível discernir dois tipos de nacionalismos: nacionalismo afirmativo e nacionalismo assertivo. O primeiro diz respeito exclusivamente à China ou chineses, tendo caráter positivo, recorrendo ao orgulho em atributos ou realizações do país. Aqui se enquadraria o orgulho que os chineses têm de terem recuperado Hong Kong e Macau, por exemplo. O nacionalismo assertivo vem os elementos de ameaça – Japão, Estados Unidos – como desafios aos interesses chineses e até mesmo à sua identidade (ZHANG, 2005).

Podem-se apontar algumas razões para o crescente interesse no tema do nacionalismo chinês nos últimos anos. A primeira delas está ligada as mudanças que ocorreram na geopolítica global e na economia desde o fim do século passado, sendo o evento mais importante o declínio da União Soviética, o que, por consequência, despertou os olhares observadores de analistas para as possíveis forças que poderiam emergir a partir de então. Nesse caso, o nacionalismo tornou-se o ângulo analítico favorito para as novas e polêmicas

questões internacionais (GUANG, 2005). A segunda razão pela qual se tem o interesse no assunto reside simplesmente na crescente ascensão da China no cenário econômico mundial, bem como no militar, tornando-se potência em ambas as esferas. Guang (2005) acrescenta que a minimização da ideologia comunista e a busca pelo pragmatismo na política externa fez com que observadores ocidentais julgassem que a melhor maneira de explicar o comportamento chinês no âmbito internacional fosse por meio do nacionalismo.

É importante também apresentar algumas perspectivas de autores chineses sobre o conceito de nacionalismo. Enaltecendo o papel do Estado para a importância do conceito no plano internacional, Zhang (2005, p.79) define: “Nacionalismo é uma identidade representada por indivíduos, mas organizada e expressada por meio de instituições; caso contrário, ideias individuais nacionalistas ou sentimentos pouco importariam para as relações internacionais”. Para Gao (2012, p.181),

Nacionalismo, o qual se baseia na linguagem da nacionalidade para mobilizar para a auto determinação e independência econômica, emergiu como uma força distinta e poderosa no movimento anti-globalização [...] o termo nacionalismo descreve a promoção do interesse nacional que é acompanhada pela percepção de superioridade nacional e orientação para dominação sobre outras nações.

Para outros autores chineses, como Guo, Cheong, Chen (2007) o nacionalismo está concentrado na cognição pública. Ou seja, os indivíduos não vão para seus trabalhos, diariamente, conscientes a todo tempo dos seus sentimentos nacionalistas ou de seus apegos físicos para com a nacionalidade. “A presença do nacionalismo é invisível, requerendo pouco esforço cognitivo nas práticas do dia-a-dia” (GUO, CHEONG, CHEN, 2007, p.468). Eles enfatizam a importância do conceito para as autoridades chinesas no quesito de preencher os dois maiores objetivos domésticos – estabilidade e harmonia –, mas ele também é inerentemente benéfico para as autoridades governantes como um dispositivo eficaz para reforçar sua legitimidade. A abordagem dos autores analisa a consciência nacional dos chineses, destacando a questão cognitiva dos indivíduos chineses⁶.

Guang (2005) entende que o nacionalismo é muitas vezes representado por dois tipos de forças formadoras dos destinos das nações: a primeira é caracterizada pela atenção

⁶ A questão cognitiva envolve as questões relacionadas ao cérebro dos indivíduos. Cognição é o ato ou processo de conhecer, que envolve atenção, percepção, memória, raciocínio, juízo, imaginação, pensamento e linguagem. Logo, a questão cognitiva no contexto da presente pesquisa, estaria relacionado ao processo dos chineses assimilarem o seu pertencimento à China e se identificarem como chineses, mesmo que subconscientemente.

equilibrada e inabalável dos interesses nacionais; enquanto que a segunda evoca as poderosas normas e crenças, geralmente irracionais. Para ele, “entendimentos convencionais do nacionalismo enfatiza seus laços com as emoções, messianismo e formação da identidade coletiva” (GUANG, 2005, p.498). A ideia de nacionalismo, para os chineses, está muito próxima do papel do Estado, já que este teve participação ativa na difusão e exaltação dos aspectos considerados “irracionais” por Guang (2005), mas que construíram uma base sólida para esse sentimento naquela nação. Todavia, vale a pena ressaltar, que na China também já é possível identificar o nacionalismo popular, além do nacionalismo estatal⁷.

A maioria dos autores que analisam as raízes do nacionalismo chinês costuma situá-las no final do século XIX, quando o país passou por uma série de “humilhações” nas mãos de estrangeiros. Esse período é chamado para os chineses como o “século da humilhação”, iniciado com a Guerra do Ópio, em 1840, e terminado com o estabelecimento da República Popular da China, em 1949. Para Gao (2012) os reflexos desse período persistem como uma importante faceta da política chinesa, bem como da sua identidade nacional. Este autor também ressalta que o nacionalismo chinês não é meramente um produto de propaganda do governo, mesmo que ele tenha uma importante participação no processo de enaltecer esse sentimento; mas que o nacionalismo chinês existe independentemente do Estado, podendo até mesmo desafiá-lo em algum momento. Além disso, ele explica que as raízes do nacionalismo chinês possuem um forte sentimento anti-estrangeiro, bem como um complexo de vítima.

Por causa dessa mentalidade, nacionalistas são inclinados a enxergar eventos atuais no contexto da história e especialmente no passado de humilhação infligido na China pelos poderes imperiais. [...] Tradicionalmente, as raízes do nacionalismo chinês são reativas em natureza, frequentemente catalisadas por eventos internacionais.(GAO, 2012, p.182)

Em termos cronológicos, Guang (2005) apresenta uma breve retrospectiva de como o assunto tem sido abordado desde a formação da República Popular da China, em 1949. Segundo o autor, nos anos 1950 e 1960, o debate era focado na natureza da Revolução Chinesa, se ela era uma revolução verdadeiramente inspirada no Marxismo e Leninismo ou se se tratava de um simples movimento nacional disfarçado como comunismo. Posteriormente, nos anos de 1960-1970, o tema retrocedeu da atenção do público, já que o país estava

⁷ Por nacionalismo popular entende-se o sentimento gerado pela própria população (de baixo para cima) que leva à atitudes direcionadas por eles próprios quando se sentem ameaçados por outro Estado ou pelo próprio Estado. Em contrapartida, o nacionalismo estatal seria aquele promovido pelo Estado, que promove determinados valores, faz propaganda e incita determinadas atitudes em seu governo e população quando confrontado.

convulsionado por lutas de facções ideologicamente motivadas em sua política interna. Na política internacional, por sua vez, o princípio do interesse nacional foi descolado pela ideologia comunista, o que fez com que muitos acadêmicos tentassem discernir tal direcionamento por meio da análise da teoria dos Três Mundos de Mao Zedong.⁸ Essa análise, segundo Guang (2005, p.491) “levou alguns analistas a acreditarem que a China havia cessado de basear sua política externa nas questões como ‘sistema social e ideologias’. Ao invés disso, líderes chineses começaram a adotar uma abordagem de balança-de-poder para proteger os interesses chineses”.

A questão do interesse nacional tornou-se o centro da análise do comportamento da política externa chinesa nas décadas de 1980-1990. Segundo Guang (2005), os próprios analistas chineses começaram a explorar sistematicamente a noção de interesse nacional, colocando-o de maneira hierárquica (sobrevivência nacional, reconhecimento político, benefícios econômicos, dentre outros) e diferenciando-os do que seriam interesses do estado ou da classe dominante. O autor salienta que, devido à proximidade das ideias de interesse nacional e nacionalismo, o tema do nacionalismo chinês voltou a ser um conceito central para os analistas das políticas chinesas nesse período e perdura até então. É a partir desse período que alguns autores começam a denominar o nacionalismo chinês como sendo um “novo nacionalismo”, o qual emerge “de baixo para cima”, estimulado por alguns eventos ocorridos no final da década de 1980.

É importante analisar como o tema foi abordado pelo governo da China nos períodos que se seguiram à reforma econômica no país, a partir da década de 1970. O Partido Comunista Chinês (PCC), desde sua formação, sempre procurou manter o nacionalismo no centro de suas reivindicações para manter o monopólio do poder político. O governo, conforme citamos anteriormente, possui papel fundamental para a consolidação do sentimento nacionalista na China e, na pessoa do Partido, procurava manter a credencial de salvador e guardião da nação que um dia fora ameaçada e humilhada por coalisões inimigas.

No período de reforma e abertura, sob o comando de Deng Xiaoping, pode-se dizer que o discurso de enaltecimento do nacionalismo tornou-se mais proeminente. Uma justificativa simples seria o fato de o país romper com padrões até então estabelecidos em sua economia – o que foi feito com a abertura econômica – e, ao mesmo tempo, não querer perder o controle

⁸ A Teoria dos Três Mundos de Mao Zedong, colocava um sistema mundial tripartite no qual a China estaria ao lado dos países pós-coloniais da Ásia, África e América Latina contra os poderes imperiais de Estados Unidos e União Soviética. Tratava-se de uma revolução permanente. (GUANG, 2005, p.491)

sobre a sociedade. Ou seja, tratava-se de um período de mudanças, mas ao mesmo tempo de resgate da “essência” chinesa na sociedade. Como explica Hughes (2006, p.40):

Primeiramente, enquanto o patriotismo sempre foi um elemento da ideologia do PCC, sob a “reforma e abertura” ele se tornou cada vez mais proeminente conforme a liderança ia mais longe do que antes ao desnudar o socialismo de noções de igualitarismo e luta de classe. [...] os temas nacionalistas que podem ser usados para cultivar o patriotismo tiveram que ser apresentados de forma compatível a crescente realização de que o desenvolvimento econômico dependia do acesso aos investimentos internacionais, know-how e tecnologia.

Segundo Hughes (2006), durante o período de governo de Deng Xiaoping passou a prevalecer o apelo para lealdade com a nação, mais do que para um socialismo igualitário. Em suas palavras: “O chamado para a devoção altruísta com a nação foi o caminho para justificar elementos chave do programa de reformas de Deng, tal com a introdução de grandes incentivos agrícolas, desmontagem do sistema de comuna, introdução do “sistema de responsabilidade” e desenvolvimento de um sistema elitista de educação” (HUGHES, 2006, p.10). Uma observação interessante do autor é que durante esse período de reforma não era possível dizer que o nacionalismo pertencia apenas a um grupo do país, pois tanto os que apoiavam as reformas, quanto aqueles que tinham ressalvas em relação a ela, encontravam justificativas nacionalistas para legitimar suas opiniões.

Em junho de 1989, os protestos e manifestações na Praça de Tiananmen, a Praça da Paz Celestial, e a forte repressão do governo foram motivos que levaram os estudiosos a denominar o nacionalismo chinês como “novo nacionalismo chinês”. A partir desse evento, o governo chinês pôde identificar o poder do nacionalismo popular e os desafios que ele lhe impunha. Por nacionalismo popular entende-se o sentimento de pertencimento à nação e a suas tradições e culturas, sem que tenha participação do governo em suas manifestações. O oposto do nacionalismo popular seria o nacionalismo estatal, que no contexto em que estamos descrevendo, sempre foi o posicionamento do Partido Comunista Chinês frente a sociedade chinesa. Após o incidente, ações específicas para enaltecer o sentimento nacional foram retomadas, especificamente na educação. Hughes (2006) descreve com detalhes como a educação foi um meio fortemente utilizado para ampliar a lealdade à nação e ao Partido, mas não adentraremos nesses detalhes no presente trabalho.

Sobre o debate do nacionalismo contemporâneo chinês – outra expressão para novo nacionalismo – Guang (2005) destaca três suposições básicas, que são de grande aceitação,

mas que possuem alguns problemas quando confrontadas. A primeira delas diz respeito à orientação anti-ocidental do nacionalismo chinês, inclusive o Japão. Segundo o autor, a maioria dos estudiosos do tema tocam nessa característica anti-ocidental em suas análises, implícita ou explicitamente. Basicamente, para os defensores dessa ideia, o nacionalismo chinês é construído como um conjunto de ideias, sentimentos e práticas direcionadas contra o Ocidente. A segunda suposição por detrás do debate é o seu caráter estatizante, ou seja, o nacionalismo estatal. Segundo Guang (2005), a ideia nessa suposição é de que a China não é e nunca foi um típico Estado-nação, o qual é governado politicamente por um Estado. Aqui o autor destaca que o problema dessa visão não é o entrelaçamento do Estado chinês com o nacionalismo, mas a forma em como assumir o antigo curso do auto engrandecimento por razões históricas.

Se o Estado chinês busca restaurar o seu antigo império, e se isso então cria e manipula o nacionalismo para servir a esse objetivo, nós, com certeza, devemos achar a ascensão do nacionalismo chinês alarmante; é fácil ver por que alguns autores ligariam o nacionalismo chinês a uma possível agressão internacional (GUANG, 2005).

A terceira suposição a que o autor se refere é a que já mencionamos anteriormente: o nacionalismo chinês é construído sobre poderosos sentimentos gerados durante o “século de vergonha e humilhação”. A crítica do autor com relação a tal suposição baseia-se no fato de que, seus defensores acabam por conectar o passado de humilhação com a ambição por restaurar a grandeza chinesa, ou seja, os chineses manteriam um olho no passado e estariam obcecados pelo império histórico e superioridade cultural, a ponto de querer retomá-los.

Segundo ele, a narrativa padrão ocidental sobre o nacionalismo chinês seria resumida da seguinte forma:

A China orgulha-se de si mesma como um país historicamente poderoso com uma distinta civilização. Seu declínio nos séculos XIX e XX face às incursões ocidentais e japonesas gravou indelevelmente uma vergonha no povo chinês e desencadeou suas tentativas generalizadas para reformar o sistema político. Ao longo de mais de um século e meio, várias reformas e movimentos revolucionários buscou construir o poder do Estado com o objetivo de recuperar o passado glorioso da China. O nacionalismo chinês é, portanto, direcionado pelo Estado, anti-Ocidental e mergulhado em um agudo senso de humilhação nacional; em busca da eminência mundial, ele busca restaurar a grandeza histórica da China. (GUANG, 2005, p.495)

O autor ironiza esse padrão ocidental de entendimento do que é o nacionalismo chinês, mas enfatiza que é um enfoque comum entre os analistas do tema. Suas críticas concentram-se especificamente em dois pontos: 1) o foco na relação da China com os países ocidentais deixa o conceito menos útil para as análises da relação do país com países não-ocidentais; 2) o olhar específico para as raízes internas do nacionalismo chinês (como a humilhação no passado) negligencia as fontes externas de onde o Estado chinês pode despertar esse sentimento (GUANG, 2005).

O autor desenvolve em seu trabalho o conceito de *realpolitik nationalism*, em que faz menção ao conceito utilizado por Bismarck no século XIX ao se referir aos estratagemas das práticas política. A definição de Guang (2005) para *realpolitik* é: o engajamento do Estado-nação nas políticas de poder na arena internacional, suas práticas para defender os interesses nacionais contra outros Estados-nação para lutar pelo domínio ou ganhos relativos contra tais adversários. Nesse sentido, o nacionalismo chinês – *chinese realpolitik nationalism* – seria apoiado por pessoas que enxergam as ameaças externas não apenas levando em consideração a história de seu país, cultura, etnicidade ou religião, mas considerando os riscos de violação de normas prevaletentes na sociedade internacional. Para ele, os chineses aderiram tão bem ao sistema internacional atual e suas normas, que, na verdade, não agem em prol de seus únicos anseios e ambições, mas reivindicam as normas já estabelecidas no sistema. Argumenta que a concepção de integridade territorial, soberania e reconhecimento internacional ou legitimidade compõem o centro do nacionalismo chinês atual.

A abordagem de Guang (2005) traz um novo panorama para as análises, principalmente sob a ótica da teoria realista das Relações Internacionais, que discute o conceito de *realpolitik*. Contudo, dar à China o título de “Estado mais fiel à Westphália” – o que ele faz ao desenvolver seus argumentos – seria demasiado exagero, em virtude do debate sobre o próprio conceito de nacionalismo feito anteriormente. Além de que nenhum Estado aceitaria que um território considerado seu, onde exerce soberania, seja tomado por outrem; logo, a China não seria a única que levaria tão a sério das regras do sistema..

Concordando com Guang (2005), Cheung (2012) também acredita que a centralização no sentimento nascido durante “o século da humilhação” já insuficiente para explicar o fenômeno no novo nacionalismo chinês. Segundo o autor, “nessa nova era a China já não se refere ao Ocidente como referência contra quem ela deva definir o seu sucesso, mas está se tornando mais assertiva com relação aos seus próprios valores e perspectivas” (CHEUNG, 2012, p.205). Ele analisa a questão por uma ótica cultural, onde acredita que a reinvenção

cultura tradicional da China tem sido a fonte de seu *soft power*⁹ no mundo contemporâneo, especialmente devido ao Confucionismo. Cheung (2012) avalia o começo da década de 1990 e suas transformações no nacionalismo chinês como sendo mais uma crise de identidade do que qualquer outra coisa.

O aspecto cultural destacado por Cheung (2012) tem importante papel ao longo da construção da identidade chinesa e de seu nacionalismo. Em termos de política externa, há autores¹⁰ que defendem que a percepção cultural e a identidade nacional são formadores da política externa do país. Portanto, a análise de Cheung (2012) contribui para o debate aqui desenvolvido ao trazer aspectos socioculturais que não foram abordados como fundamentais nas análises de outros autores aqui citados.

Das críticas sobre a conceituação ocidental do nacionalismo apresentadas por Guang (2005) anteriormente, creio que o mais interessante e pertinente à pesquisa aqui desenvolvida diz respeito à falta de atenção dada para o nacionalismo chinês, quando envolve países não-ocidentais. Guang (2005) utiliza o exemplo das disputas territoriais no Mar do Sul da China (Ilhas Spratly) envolvendo o Vietnã. Segundo o autor, essas disputas já produziram uma reação popular generalizada nas ruas, em parte porque pouco foi reportado sobre esses conflitos. Ou seja, as manifestações poderiam ser maiores – ou quem sabe ainda o serão nos próximos anos. Abordaremos esse tema com mais detalhes no Capítulo 3 desse trabalho.

Portanto, diante do que até aqui foi exposto, podemos dizer que o nacionalismo chinês possui suas raízes no seu passado glorioso, mas que não há um desejo enraizado na sociedade de articular-se em função da recuperação do mesmo. É fato que o período de “humilhação” é a fonte de sentimentos anti-ocidentais para alguns, mas também não é a única fonte do nacionalismo do país, cuja identidade cultural e sentimento nacional são fortemente enraizados. Uma das características predominantes em sua história foi a participação do Estado, dominado pelo Partido Comunista Chinês; contudo o nacionalismo não se encontra vinculado somente a ele. Conforme vimos no debate sobre esse conceito, o sentimento nacional está presente na sociedade chinesa atual e não se pode negligenciar o seu alcance, mesmo que autores como Hobsbawm (2004) creiam que a fase do apogeu do nacionalismo já tenha passado.

⁹ Soft Power é um conceito criado e desenvolvido por Joseph Nye no livro *Soft Power: The Means To Success In World Politics*, de 2004. Refere-se ao “poder suave”, ou seja, a capacidade de um país de influenciar e persuadir outros países por meio da inspiração e atração. Seria uma contraposição ao *hard power*, que se refere ao poderio militar e de coerção.

¹⁰ Shu Guang Zhang, Jhonathan Adelman e Chih-yu Shih (GUANG, 2005, p.291)

Para sair do campo teórico do conceito de nacionalismo chinês, vale a pena analisar alguns episódios em que o ele gerou ações efetivas. O primeiro incidente que se pode mencionar, já dentro do período considerado como novo nacionalismo chinês, foi a reação ao bombardeio da embaixada chinesa em Belgrado pelos Estados Unidos durante a Guerra de Kosovo (1999). Se já havia uma raiz anti-ocidental nos chineses, o episódio ajudou a reforçar esses sentimentos, uma vez que a embaixada é um local considerado território soberano no país. O episódio suspendeu as negociações entre os países sobre a entrada da China na Organização Mundial do Comércio (OMC)¹¹, retomadas quatro meses depois.

Passados dois anos desse incidente, em abril de 2001, outro evento envolvendo China e Estados Unidos reacendeu as o tema. Um avião militar de espionagem norte-americano teve de fazer um pouso forçado no sul China após colidir com um caça chinês. Na ocasião, o Secretário de Estado norte-americano, Colin Powel, admitiu que o avião violou o espaço aéreo chinês e se desculpou (ZHANG, 2005). Entretanto, as versões sobre os fatos foram diferentes de ambos os países. Para os norte-americanos, o piloto chinês voava de forma agressiva, o que causou a colisão; para os chineses, não era a primeira vez que aviões americanos espionavam regiões da China e o EP-3¹² não tinha autorização para pousar em território chinês. No que diz respeito ao nacionalismo chinês, vários jornais no país trouxeram entrevistas com os familiares do piloto, elogiando sua coragem e patriotismo. Alguns ainda referiam-se a ele como “aquele que perdeu seu sangue em sacrifício”¹³. A situação abalou as relações entre os países, mas não a ponto de rompê-la. Em setembro de 2001, com os ataques ao World Trade Center, os países se reaproximaram em virtude do ocorrido e, em Novembro de 2001 a China adentrou à OMC.

Alguns exemplos de manifestações contra marcas estrangeiras também podem ser dados como reflexo do nacionalismo chinês. Em 2008, um grupo pró Tibete manifestou-se em Paris durante o revezamento da tocha olímpica dos Jogos Olímpicos de Pequim, que ocorreriam no mesmo ano. Rumores na internet diziam que um membro da diretoria da franquia Carrefour ofereceu uma grande quantia em dinheiro para Dalai Lama e que muitos franceses estavam apoiando a independência do Tibete (GAO, 2012). Esses rumores foram suficientes para iniciar uma série de boicotes à rede na China, resultando em manifestações de milhares de chineses em frente ao supermercado, em Abril de 2008. A segunda rodada de

¹¹ <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2001/010404_historiachinaeua.shtml> Acesso em: 14 de Janeiro de 2013.

¹² EP-3 era o modelo do avião.

¹³ <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft1504200109.htm>> Acesso em: 10 de Janeiro de 2013

boicotes aconteceu no mês seguinte, durante o feriado de 1º de Maio, forçando o Carrefour a cancelar as campanhas previstas para a data. Finalmente, o Carrefour lançou nota de que era contrário a independência tibetana e apoiava os jogos olímpicos. O governo chinês, por sua vez, achou louvável a atitude da rede (GAO, 2012). Nesse exemplo é possível identificar como assuntos da política externa do país facilmente conseguem mobilizar ações nacionalistas.

Outra situação que mobilizou a população chinesa envolveu a rede norte-americana de café, Starbucks. A empresa instalou-se em 2000 na Cidade Proibida em Pequim, mesmo com uma pesquisa de mercado que apontava para mais de 70% dos 60.000 entrevistados não aprovavam sua abertura naquele local (GAO, 2012). Seis anos depois, uma personalidade conhecida na China, Rui Chenggang, começou uma campanha contrária à cafeteria, argumentando que ela representava a “não-tão-boá” cultura norte-americana de comida, enquanto que a Cidade Proibida era uma representação da riqueza cultural da China, ou seja, a presença da cafeteria era inapropriada e desrespeitosa para a história do país. A campanha de Chenggang recebeu apoio na internet e levou ao fechamento do Starbucks. Para Gao (2012, p.184) “o incidente do Starbucks destaca a nova consciência cultural do povo chinês”.

A compra da Huiyuan Juice Group – a maior empresa chinesa de produção de suco – pela Coca-Cola em 2008, também gerou manifestações. Nesse caso, a população manifestante colocou-se contrária ao governo chinês, alegando que o país possuía um sistema legal rudimentar, que não era capaz de preservar as empresas nacionais e evitar um monopólio estrangeiro (GAO, 2012). Esse caso testifica uma ascensão do nacionalismo popular econômico no país, pois além dos protestos específicos com relação a esse caso, despertou-se questões que envolviam o direito do consumidor chinês, que se sentia inferiorizado por algumas marcas em relação a outras nacionalidades.¹⁴

Uma última situação que merece ser mencionada envolve a expansão do nacionalismo chinês e o porquê alguns países, principalmente os vizinhos, temem sua proximidade com a China. Em dezembro de 2012, o governo chinês passou a emitir em seu passaporte um mapa da China, onde incluía 19 áreas de disputas territoriais com outros países. O argumento chinês foi que o objetivo do passaporte era facilitar a viagem dos chineses para o exterior; entretanto, o mapa gerou manifestações nas Filipinas e no Vietnã, que se recusaram a carimbar esses

¹⁴ Gao (2012) expõe uma série de eventos que envolviam empresas automobilísticas, propagandas enganosas e outras coisas, onde o consumidor chinês não era tratado como os demais consumidores. Ou seja, em casos onde consumidores eram ressarcidos financeiramente por conta de um defeito no carro, por exemplo, consumidores chineses não tinham acesso a esse direito.

passaportes, temendo que pudesse ser usado como prova do reconhecimento daqueles territórios como sendo chineses¹⁵. Embora as manifestações nacionalistas não tenham sido chinesas, a atitude do governo chinês revela quais são suas considerações sobre os territórios ainda em disputa. Trata-se, dentro do debate do nacionalismo, de uma afirmação nacionalista chinesa sob tais territórios. Abordaremos com mais detalhes as relações sino-vietnamitas e os problemas que envolvem ambos os países nessas disputas territoriais no Capítulo 3 deste trabalho.

Diante dos fatos até aqui apresentados, podemos dizer que o nacionalismo chinês é um conjunto de sentimentos que enaltecem a cultura chinesa e que valorizam as questões territoriais e de soberania; sempre lembrando a história do país. Não há justificativas consistentes para argumentarmos que o nacionalismo chinês, tanto o popular quanto o estatal, possa ser considerado “uma arma que abalará o sistema internacional”. Entretanto, atitudes de assertividade desse nacionalismo podem gerar problemas em relação aos países com os quais a China tem pendências – como é o caso do Vietnã –; bem como países que tomem partido com relação a temas delicados, tais como Taiwan, podem também ter represálias, populares ou estatais, como vimos nos exemplos do Carrefour e Starbucks.

¹⁵ < <http://g1.globo.com/jornal-da-globo/noticia/2012/12/mapa-de-passaporte-chines-provoca-tensao-e-revolta-na-asia.html> > Acesso em 12 de Dezembro de 2012.

2. A “ASCENSÃO PACÍFICA” NA EVOLUÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA CHINESA NAS ÚLTIMAS DÉCADAS

A manutenção da paz, a ênfase na construção de um mundo de relações pacíficas e harmoniosas e a promoção do desenvolvimento são temas constantemente abordados nos discursos do governo chinês. A diplomacia chinesa mostrou-se contínua ao longo dos anos, embora também passasse por momentos de reafirmação. Embora coerentes, discurso e ações chinesas no cenário internacional não são isentos de análises e questionamentos. Nos anos 2000 o governo chinês lançou o conceito/ideia de “ascensão pacífica”, que gerou grande repercussão na esfera internacional.

Sendo assim, tem-se por finalidade discutir a diplomacia chinesa no período que a maioria dos estudiosos denomina como sendo *A Nova Diplomacia da China*¹⁶, período este que teve início com a Revolução Chinesa em 1949 com Mao Zedong. Esse recorte também é justificado, pois é a partir desse momento que a China passa a exercer um papel mais proeminente no sistema internacional e supera os séculos em que se considerou humilhada por outros países¹⁷. Conforme é possível perceber em Qingmin (2011, p.3),

Liderado pelo Partido Comunista Chinês (PCC), o povo chinês dos mais diferentes grupos étnicos, após um longo período de lutas difíceis e tortuosas, derrubou a regra do imperialismo, feudalismo e capitalismo burocrático, conseguiu uma nova revolução democrática e fundou a República Popular da China (RPC), em 1949. A diplomacia da China abriu um novo capítulo a partir de então.

A **Parte I** do presente capítulo tem como finalidade discorrer sobre o que tem sido a diplomacia chinesa desde a formação da RPC explorando as principais premissas de sua política externa, exercidas por meio da diplomacia. A seguir, na **Parte II** abordará o conceito de “ascensão pacífica”, seu surgimento, suas críticas e até mesmo a mudança para o termo “desenvolvimento pacífico”. A **Parte III** irá se analisar como tem sido a diplomacia regional

¹⁶ China's New Diplomacy

¹⁷ No período de 1840 até 1949, a China passou por opressões de várias potências, iniciando com a Grã-Bretanha em 1840 com a Guerra do Ópio, e passando por França, Rússia, Japão, Alemanha e Estados Unidos, países pelos quais a China sofreu algumas invasões territoriais. Os chineses consideram esse período como sendo de humilhação, pois tiveram sua soberania violada. (PEOPLE, 1997, p.1)

Disponível em: <http://english.people.com.cn/92824/92845/92870/6441512.html>

chinesa, principal foco do discurso pacífico e local onde o governo chinês atua com mais proeminência.

2.1. A DIPLOMACIA CHINESA A PARTIR DE 1949

2.1.1. A diplomacia no período "antiimperialista" de Mao Zedong (1949-1971)

No período da liderança de Mao Zedong, a diplomacia chinesa tinha aspirações globais, no sentido de que se preocupava com o papel da China no cenário internacional e procurava articular o posicionamento internacional com os interesses nacionais e as políticas domésticas. Por aspirações globais entende-se a importância dada à esfera internacional durante as formulações das estratégias de governo chinês e as maneiras como a China foi estruturando sua participação internacional, ou seja, o termo não quer dizer que houvesse aspirações imperialistas.

A China iniciou o período aliada à União Soviética, passou a confrontar o imperialismo americano, depois se voltou para o lado americano e rompeu com a URSS, além de liderar o Movimento Não-Alinhado no Terceiro Mundo, que reunia um grupo de países que queria estar em posição neutra durante o período da Guerra Fria. (CHUNG, 2007, p.157). Cada um desses momentos será discutido com detalhes nesta parte do trabalho. Entretanto, já é possível identificar que o governo chinês estava bem atento aos acontecimentos da esfera internacional e se posicionava de modo a cada vez mais alcançar novos espaços. Prova desse ímpeto internacional chinês foi a carta de 1950 do Ministro das Relações Exteriores da China, Zhou Enlai, para vários países dizendo que a República Popular da China estava disposta a estabelecer relações diplomáticas normais com todos os países¹⁸. Desde a formação da RPC, a bandeira da política externa chinesa consistiu em paz, desenvolvimento, cooperação, além da defesa de uma política externa pacífica independente (QINGMIN, 2011, p.4), reflexo da necessidade de superar os anos em que o país esteve sobre influência direta de outros países em assuntos de interesse nacional.

Em setembro de 1949, o governo chinês lançou o chamado *Commom Program*, onde afirmava que

[...] o princípio da política externa da República Popular da China é a proteção da independência, liberdade, integridade do território e soberania do país, defendendo a paz internacional duradoura e a cooperação amistosa

¹⁸ A carta encontra-se em Anexo nesse trabalho.

entre as pessoas de todos os países, em oposição à política imperialista de agressão e guerra. (QINGMIN, 2011, p.5)

Além do mais, registrou na Constituição de 1954 que o “princípio inabalável das relações exteriores é trabalhar para o objetivo sagrado da paz mundial e progresso humano” (QINGMIN, 2011, p.6). Apesar dos exageros no vocabulário da Constituição, podemos afirmar que o governo chinês comprometeu-se desde a formação da RPC a buscar soluções pacíficas e promover a cooperação entre as nações. Segundo Qingmin (2011), embora o governo também afirme que se opõe a qualquer uso da força militar ou ameaça, tanto para conflitos com grandes potências, como para questões delicadas com seus vizinhos¹⁹, há questões na política externa do país que questionam fortemente o quanto os chineses estão dispostos a manter esse discurso.

Apesar dos esforços em estar conectado com o sistema internacional nessa primeira fase da diplomacia da RPC, o governo acabou voltando-se com mais afínco ao seu setor doméstico.

Herdando uma economia falida com taxas crescentes de inflação, agricultura em estado de colapso, sofrendo cronicamente devido a um sistema de propriedade da terra e uma exploração arbitrária e desumana, fome nos campos e reservas cambiais vazias, o novo governo concentrou seus esforços, inicialmente, na reabilitação de um país devastado pela guerra civil. (GONÇALVES, 2005, p.2)

No âmbito internacional, a China viu-se isolada devido a problemas com os Estados Unidos. Como se sabe, o governo norte-americano não reconheceu a RPC, proclamada em 1949 pelos comunistas em Beijing. Para Washington, o governo legítimo da China era o estabelecido em Taiwan depois que o governo de Chiang Kai-shek fugiu para a ilha, com a vitória militar dos comunistas. Para a RPC, o reconhecimento diplomático era questão crucial e o estabelecimento de relações diplomáticas com Beijing dependia sempre da ruptura de relações com Taipé, ou seja, o não reconhecimento de Taiwan como sendo um país independente, e menos ainda que fosse a "legítima" China. Para Washington, por seu lado, Taiwan era uma peça essencial no esquema militar e diplomático da Guerra Fria na Ásia –

¹⁹ “Na ultima metade do século, a China tem sido consistentemente um proponente dos meios pacíficos, e tem se oposto fortemente em usar ou ameaçar usar forças militares tanto para lidar com suas relações com os grandes países, quanto para liquidar questões passadas com seus vizinhos ou na resolução de disputas internacionais ou calorosas questões regionais, que não estejam diretamente ligadas aos interesses da China” (QINGMIN, 2011, p.5)

uma esquadra poderosa estava sempre posicionada para defender a ilha de uma possível invasão militar pelo governo de Beijing e a defesa de Chiang Kai-shek era um símbolo da decisão de proteger os aliados na região contra os comunistas, algo muito sensível diante do cenário de guerra aberta na Indochina e de guerra "latente" na Coreia.

2.1.2. O retorno ao tabuleiro internacional nos anos 1970

A reaproximação entre EUA e China representou uma das maiores mudanças nas relações internacionais durante a Guerra Fria e foi decisiva para a configuração do sistema internacional a partir de então. O confronto entre Estados Unidos e União Soviética vivia um momento peculiar, a *détente*, e o eixo EUA-China rompeu a configuração típica da Guerra Fria.²⁰

A importância política-estratégica conferida a este período pode ser entendida quando se analisam as variáveis disponíveis no cenário internacional que poderiam mudar a ordem vigente. Os Estados Unidos iniciaram esta década com um grande declínio de seu poderio no plano internacional, a ponto de surgirem avaliações de que a *pax americana* havia acabado (PECEQUILO, 2005, p.190). O país vivia o desgaste da Guerra do Vietnã (1959-1975), além dos impactos da quebra do sistema de Bretton Woods (1971) e da crise do petróleo (1973); fatores que vieram a assinalar a necessidade de uma nova postura estratégica internacional que revigorasse os ânimos da nação.

Richard Nixon e Henry Kissinger, presidente e secretário de Estado dos EUA, buscaram analisar quais eram as principais peças do tabuleiro internacional e desenvolver as melhores jogadas para os Estados Unidos permanecerem como líder mundial. Neste tabuleiro, as principais peças eram União Soviética, Europa Ocidental, Japão e China, com seus respectivos problemas diplomáticos. Um dos principais dizia respeito às relações entre China e União Soviética, com atritos crescentes desde o final dos anos 1950 e a ruptura aberta no início da década de 1960, culminando com os conflitos armados na região do Ussuri.

Com os receios de uma possível invasão soviética ao território chinês, dentro da chamada Doutrina Brejnev²¹, o que aumentaria o poder da URSS no mundo, os Estados

²⁰ “A *détente* trouxe concepções inovadoras que sinalizaram um momento diferenciado nas relações internacionais norte-americanas” (PECEQUILO, 2005, p.191) Para entender melhor este período, ver: PECEQUILO, C. S. **A evolução da contenção: novas e velhas tradições**. In_ A política externa dos Estados Unidos. Editora da UFRGS. 2ª edição. Porto Alegre, 2005. Páginas 189-201.

²¹ A doutrina Brejnev também é conhecida como a Doutrina da Soberania Limitada. Seu principal foco era a defesa da união entre os países e partidos socialistas, visando o alinhamento a Moscou. Na prática, ela acabou restringindo a independência dos partidos comunistas em todo o mundo, o que causava desconforto da China em

Unidos entenderam que a aproximação com a China tinha fundamental relevância para o momento. Da mesma forma, a China de Mao Zedong também percebia que a aproximação com os norte-americanos poderia trazer benefícios às suas ambições no plano internacional, bem como esfriar as tensões com a União Soviética.

Estados Unidos e China haviam mantido isolamento quase total desde 1949 e os ressentimentos se agravaram com a Guerra da Coreia. Para Henry Kissinger (2007, p.628-629):

durante muito tempo, os políticos americanos, cegos pelos seus preconceitos ideológicos, não conseguiram avaliar que a ruptura sino-soviética representava uma oportunidade estratégica para o Ocidente. (...)excluir das opções diplomáticas da América um país com a dimensão da China significava que a América estava a agir internacionalmente com uma mão presa atrás das costas.²²

Diante da importância que os países tinham um para com o outro no contexto internacional que se vivia:

Com relativa rapidez, Estados Unidos e China retomaram suas relações diplomáticas – em 1969, as conversações foram reiniciadas; em 1971, a República Popular da China (RPC) passou a fazer parte da ONU no lugar de Taiwan; em 1972, Nixon visitou a China e foi lançado o comunicado de Xangai, seguido por outro mais complexo em 1973, finalizado, em 1979, houve o reconhecimento da RPC e desde então os Estados Unidos perseguem a ‘política de uma só China’ (apesar de não deixarem de apoiar Taiwan, é com a China, com a Grande China, que se desenvolveram as relações diplomáticas formais). (PECEQUILO, 2005, p.196)

Para Kissinger (2007, p. 633), a China, no período em que não manteve relações diplomáticas com os Estados Unidos, articulou sua política externa de maneira isolacionista, sutil e indireta. A real dimensão deste distanciamento só pode ser percebida à medida que o processo de reaproximação se desenvolvia. Kissinger caracteriza essa situação da seguinte maneira:

O isolamento entre América e China fora tão total que nenhuma sabia como contatar com o outro ou como encontrar um vocabulário comum para assegurar ao outro que a reaproximação não pretendia ser uma armadilha. (KISSINGER, 2007, p.633)

relação a essa situação. ALMENDRA, M. **Formação Europeia, 1989-1991**. Centro de Investigação e Análise em Relações Internacionais (CIARI). Disponível em: http://www.ciari.org/investigacao/formacao_europeia.pdf

²² KISSINGER, Henry. **Diplomacia**. Editora Gradiva. 3ª Edição. Lisboa, 2007. Pg.628

Portanto, o que se pode inferir é que a reaproximação tinha caráter estratégico tanto para a China quanto para os Estados Unidos. Ambos os países perceberam que, se próximos, teriam melhores condições para conter o avanço da União Soviética, tanto na esfera de influência chinesa como na esfera global, o que atendia a interesses estratégicos dos dois países. A chamada “carta chinesa” (*China card*) lançada pelos americanos foi fundamental para desestabilizar os intentos soviéticos e para definir os rumos dos últimos anos da Guerra Fria, contribuindo para seu desfecho a favor dos norte-americanos.

Da mesma forma, a jogada norte-americana permitiu à China uma reinserção na grande diplomacia internacional, o que se pode considerar um marco na história da política externa chinesa, sendo este apenas um primeiro passo para a sua estratégia mundial de se tornar um país desenvolvido e com grande peso internacional. Além do mais, tal aproximação rendeu à China o assento no Conselho de Segurança das Nações Unidas reservado aos vencedores de 1945, além do reconhecimento diplomático dos Estados Unidos. Considera-se que, a partir do encontro entre Nixon e Mao, a China passou a desenvolver uma “Moderna Diplomacia”²³, entrando agora numa nova fase, cujas diretrizes se concentram no desenvolvimento pacífico, na chamada “ascensão pacífica”.

Na esfera doméstica algumas conquistas foram alcançadas nos anos anteriores, tais como o fortalecimento do setor estatal, diminuição dos índices de pobreza e taxa de inflação, mas alguns tropeços também foram dados, como foi o caso da política *Grande Salto para Frente*²⁴.

O país ainda viveu a Revolução Cultural, em 1966, quando Mao exorta a juventude chinesa a lutar contra a burocracia do Partido e também contra as expressões daquilo que para eles representava o atraso feudal e as ideias burguesas. Instaurou-se um período de grande comoção política. Trava-se uma fratricida luta política que paralisou a sociedade pela aplicação de políticas ultra esquerdistas. Este foi um movimento encabeçado por trabalhadores e estudantes que pretendiam transfigurar a realidade chinesa, atenuando as diferenças entre cidade e campo, rompendo as estruturas hierárquicas formadas no âmbito militar e educacional, além de extinguir a classe burguesa (PIRES, 2007).

²³ O termo Moderna Diplomacia foi estabelecido pela autora do presente trabalho para diferenciar o período anterior, de 1949-1973, cujo autores chineses denominam Nova Diplomacia.

²⁴ Os resultados desta política foram desastrosos, fazendo com o que o governo chinês permitisse que até mesmo as estatísticas desse período fossem falsificadas devido a uma forte pressão ideológica que sofria da parte de suas unidades administrativas (GONÇALVES, 2005, p.5).

Para maiores informação sobre o processo da reforma econômica chinesa, veja AMARAL, G. Compreendendo as raízes do crescimento econômico chinês: Uma análise das State-Owned Enterprises (SOEs). Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/58124454/Compreendendo-as-raizes-do-crescimento-economico-chines-uma-anatomia-das-State-Owned-Enterprises-SOEs>

No contexto das relações com os demais países, o início da década de 1970 foi singular para a história da política externa chinesa. Definitivamente rompida com a União Soviética desde o começo dos anos 1960, a China via inimigos em seu entorno, desde a Península da Coreia, passando pelo Vietnã, Camboja, Laos e Índia, todos aliados aos soviéticos. O grande inimigo imperialista, os Estados Unidos, diante desse quadro tornou-se um aliado estratégico dos chineses. Em 1971 começaram as aproximações diplomáticas, que culminaram na visita de Richard Nixon a Pequim em 1972. Aquela visita foi um divisor de águas na história da política externa recente da China, dando início a Moderna Diplomacia chinesa, que perdura até os dias atuais com os mesmos padrões e premissas desenvolvidos a partir desse encontro.

2.1.3. A diplomacia de Deng (1978-1989)

Ainda discutindo sobre a importância da década de 1970 para a diplomacia chinesa, outro marco da década foi a abertura econômica promovida por Deng Xiaoping em 1978, responsável por promover o desenvolvimento dos principais setores da economia chinesa, tais como agricultura, defesa, indústria e tecnologia. O encontro entre Nixon e Mao somado as políticas de Deng inauguram a Moderna Diplomacia chinesa, onde veremos um país mais proativo na esfera internacional. Se para alguns chineses a diplomacia de Mao em 1949 pode ser chamada de Nova Diplomacia, então se pode considerar a diplomacia de Deng a Moderna Diplomacia chinesa²⁵, pois rompeu com alguns padrões anteriores, trazendo desenvolvimento e modernização ao país.

O governo chinês ainda aborda a paz e o desenvolvimento como os principais temas de sua política externa e principais vias para atuação diplomática, persistindo no desenvolvimento econômico como propulsor e consolidador desses objetivos. O governo enfatiza que sua diplomacia visa criar um ambiente internacional pacífico e duradouro, para assim, promover o desenvolvimento doméstico (QINGMIN, 2011, p.5). Para melhorar as relações econômicas com os demais países, além de obter ganhos econômicos para a China, Deng Xiaoping instalou as Zonas Econômicas Especiais (ZEEs), o que permitiu a entrada de capital estrangeiro mesmo mantendo forte controle estatal. Tais zonas situam-se no litoral

²⁵ Conforme mencionado anteriormente, a ideia de Moderna Diplomacia como termo para caracterizar o período após o encontro de Mao e Nixon, principalmente após reformas de Deng Xiaoping, foi criado pelo autor do presente trabalho. Até o momento, o termo ainda não foi utilizado por outros autores.

chinês, próxima às regiões portuárias e urbanas e são mecanismos híbridos de administração (Mapa 1).

Mapa 1. Zonas Econômicas Especiais da China



Fonte: <http://www.colband.com.br/ativ/nete/cida/linh/vira/4bim/2h1/historia.html>

Após ter retomado as relações com os Estados Unidos no final da década de 1970, a China conseguiu sair da relação triangulada (EUA, URSS e China) deixando que o conflito se concentrasse entre norte-americanos e soviéticos. Com isso, a China adentra a década de 1980 pronta para maximizar os benefícios das relações com o mundo em geral. Segundo Chung (2007, p.157), “*Abertura para todos*”²⁶ foi o princípio chave durante a década de 1980, embora a prioridade fosse dada ao mundo desenvolvido de Estados Unidos, Japão e Europa Ocidental”.

Além de medidas para a abertura econômica, Deng procurou realizar uma nova rodada de descentralização política, começando por uma reforma fiscal em 1980, denominada “*Comer em cozinhas separadas*”, ou seja, uma política que separava os setores fiscais das unidades administrativas federais, gerando mais autonomia para o desenvolvimento local. Essa reforma foi seguida de outra, agora no aparelho de comércio exterior, em 1983 (WANG, 2002).

²⁶ Expressão em inglês: All-round opening.

O comprometimento com a paz e promoção do desenvolvimento também é assegurada na Constituição de 1982:

A China adere à política externa independente tanto quanto aos cinco princípios de respeito mútuo para com a soberania e integridade territorial, não-agressão mútua, não-intervenção nas relações internas de outros países, benefícios igualitários e mútuos, e coexistência pacífica no desenvolvimento de relações diplomáticas e intercâmbios econômicos e culturais com os demais países; a China se opõe de forma consistente ao imperialismo, hegemonismo e colonialismo, trabalha para fortalecer a unidade com os povos de outros países, apoia as nações oprimidas e os países em desenvolvimento na sua justa luta para ganhar e preservar a independência nacional e desenvolver as suas economias nacionais, e se esforça para salvaguardar a paz mundial e promover a causa do progresso humano.(PEOPLE, p.12)²⁷

O episódio conhecido no Ocidente como *Massacre da Praça da Paz Celestial*²⁸ representou uma perturbação importante para as diretrizes diplomáticas chinesas. Em 4 de junho de 1989, o governo chinês reprimiu com violência o protesto de estudantes na Praça Tiananmen, em Beijing, com muitas mortes. Esse fato gerou uma mobilização internacional que resultou em sanções de países do Ocidente. Tais sanções levaram os líderes chineses a olhar mais para a sua esfera regional,, o que estimulou a “diplomacia da boa vizinhança”²⁹ – a primeira política regional da China que priorizava a Ásia:

A China procurou ativamente normalizar as suas relações com países com os quais ela tinha até então relacionamentos instáveis, incluindo Indonésia, Coreia do Sul, Malásia, Singapura e Vietnã, além dos países não-asiáticos, tais como África do Sul e Israel. A China também tornou-se cada vez mais aberta para cooperação regional e redes multilaterais na Ásia como esforços para ajustar a relativa proporção de bilateralismo e multilateralismo em sua diplomacia. (CHUNG, 2007, p.157)

As políticas específicas que foram desenvolvidas para o âmbito regional chinês serão discutidas na última parte deste capítulo, mas deve-se adiantar que na década de 1990 os laços entre a China e os países asiáticos estreitaram-se cada vez mais, principalmente após a crise asiática de 1997, onde a China tornou-se um os maiores doadores de recursos aos países da região. Chung (2007, p.157) afirma que é nesse período que emerge, no discurso do governo

²⁷ Disponível em: <http://english.people.com.cn/92824/92845/92870/6441512.html>. Acesso em 10.03.2012

²⁸ A expressão “massacre na Praça da Paz Celestial” é usado, principalmente, por autores ocidentais. Para os chineses, o incidente não se configurou como um massacre.

²⁹ A expressão “diplomacia da boa vizinhança” também é adotada pelo governo chinês em seus discursos (good neighborly relationships).

chinês, a “diplomacia da grande potência com responsabilidades”, ou seja, a China passava a se atribuir maiores responsabilidades nas comunidades internacionais e regionais.

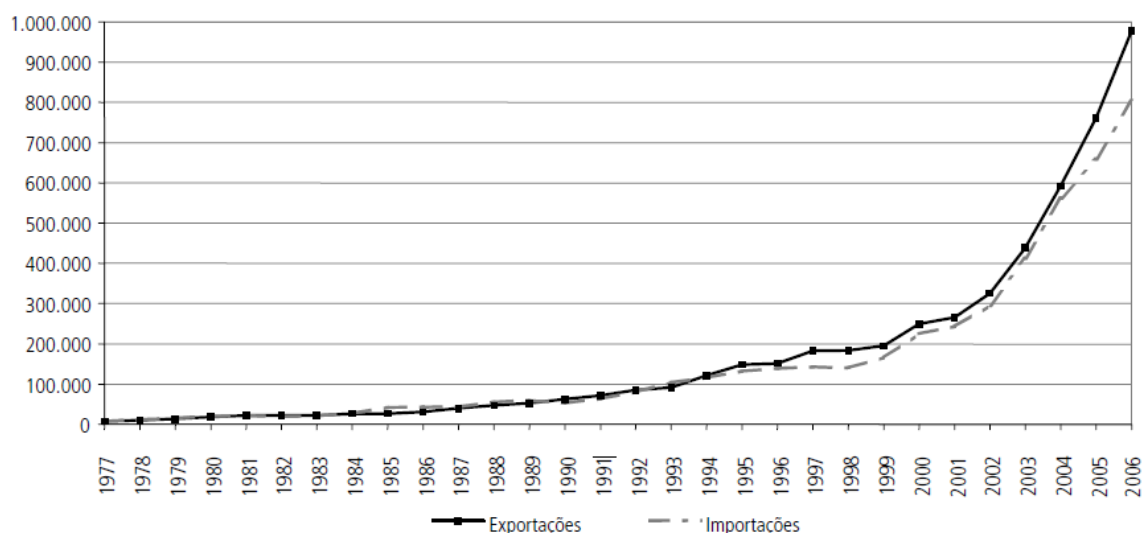
Os resultados positivos da Moderna Diplomacia chinesa não tardaram a aparecer, principalmente na esfera econômica, com o crescimento constante durante as duas últimas décadas. A expansão chinesa encontrou um grande impulso a partir de dezembro de 2001, quando o país ingressou na Organização Mundial do Comércio (OMC) e fez avançar uma série de interesses estratégicos do país. Seu volume de comércio aumentou, sobretudo no que diz respeito à exportação de produtos com alta intensidade tecnológica e serviços, no qual assinou uma série de tratados bilaterais (NONNENBERG, 2008).

Um texto do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) publicado em 2008 trata de analisar o crescimento econômico e a competitividade chinesa. Segundo seus autores,

A importância do comércio internacional no crescimento chinês é evidenciada pelo aumento da participação dos fluxos comerciais (importações mais exportações) no PIB. Na primeira metade dos anos 1990, os fluxos de comércio representavam menos de 40% do PIB, subindo para cerca de 65% em 2003 (...) O crescimento da participação chinesa no comércio mundial é um fenômeno que já vem ocorrendo há mais de uma década, mas que se intensificou fortemente nos últimos anos. Um dos marcos recentes na evolução dos fluxos comerciais chineses com o resto do mundo foi o ingresso do país na Organização Mundial do Comércio (OMC), em 2001, quando o comércio chinês deu um salto expressivo. (NONNENBERG, 2008, p.11)

O Gráfico 1 evidencia como as exportações chinesas têm mostrado um dinamismo muito superior do que o restante do mundo. No período de 1985 a 2005, as vendas chinesas no âmbito internacional cresceram cerca de 17% ao ano, o que significa em termos numéricos um valor de US\$42 bilhões no início da série para aproximadamente US\$760 bilhões em 2005. Esse crescimento converteu a participação chinesa no comércio mundial de 1,8% em 1990 para 7,5% em 2005. (NONNENBERG, 2008, p.12)

Gráfico 1: Exportações e Importações chinesas (em US\$ milhões)



Fonte: OMC e NS. In_ NONNENBERG, Marcelo B. et all. *O Crescimento Econômico e a Competitividade Chinesa*. Rio de Janeiro, 2008.

Os bons resultados da Moderna Diplomacia também podem ser identificados na tabela abaixo (Tabela 1), onde se mostram os números de países com os quais a China estabeleceu relações diplomáticas em cada período. Percebe-se como o país ampliou suas alianças após reestabelecer às relações com os Estados Unidos, conforme discutido anteriormente.

Tabela 1. Número de países com os quais a China estabeleceu laços diplomáticos

Period	No. of countries
1949–1959	32
1960–1969	17
1970–1979	67
1980–1989	16
1990–1999	34
Since 2000	5
Total	171

Fonte: QINGMIN, Zhang. **China's Diplomacy**. The Sinopedia Series. Cengage Learning. 2011.p.10

2.2. A “ASCENSÃO PACÍFICA”

Em resposta aos crescimentos econômicos exorbitantes e rumores de que a China seria uma ameaça à estabilidade mundial, o governo chinês decide lançar no século XXI um novo conceito para a sua política externa: a “ascensão pacífica”. Esse conceito é considerado o norteador da política externa da China para o século XXI e já gerou questionamentos e polêmicas, que serão tratadas a seguir.

2.2.1. *A diplomacia de Hu Jintao: a “ascensão pacífica” em foco*

Após esse processo inicial de fortalecer o setor doméstico, a China passa a se preocupar com as questões internacionais. Nesse sentido, a década de 1970 tem particular importância para a história do país. Em 1978, Deng Xiaoping deu início ao processo de abertura econômica chinês, conhecido como as “Quatro Modernizações”³⁰, que visava desenvolver os setores de defesa, agricultura, indústria e ciência e tecnologia, além de promover a chamada “Política das Portas Abertas”, que se baseava em promover vínculos diplomáticos com países fora do bloco socialista, inaugurando uma nova fase para a China, a Moderna Diplomacia chinesa.

Com um novo olhar para o plano internacional, agora com objetivos mais ambiciosos, a China foi crescendo economicamente e ganhando visibilidade a ponto de se tornar a segunda maior economia mundial, ultrapassando o Japão em 2010³¹. Nesse contexto, o país lançou uma expressão que demonstrava qual seria o caminho que o país iria seguir em sua política externa para o século XXI e que, segundo o governo chinês, já descrevia os passos que o país vinha dando desde a formação a República Popular: a “ascensão pacífica”.

Para Qingmin (2011), o discurso chinês de promoção da paz, busca pelo desenvolvimento econômico e construção de um mundo harmonioso³², seria a expressão moderna da imagem de “amantes da paz” presente na cultura tradicional chinesa. Para o autor, portanto, a proposta de “ascensão pacífica” seria reflexo da identidade chinesa, presente em sua cultura e origem, que agora havia alcançado uma representação na política externa do país.

³⁰ A idéia das “Quatro Modernizações” foi lançada por Zhou Enlai em 1964, durante o *Third National People’s Congress*, e após a morte de Mao Zedong, em setembro de 1976, foi retomada por Deng Xiaoping.

³¹ **China 2030**. The World Bank and the Development Research Center of the State Council of the People Republic of China. 2012. p.23

³² “Building a harmonious world” é uma expressão constantemente encontrada nos discursos oficiais chineses. O conceito de construir um mundo harmonioso reforça a ideia de manutenção das relações pacíficas entre os Estados, com a finalidade de torna-las harmoniosas.

Glaser e Medeiros (2007) afirmam que as origens intelectuais do conceito da “ascensão pacífica” estão enraizadas na evolução gradual do processo de reforma da política externa da China, há aproximadamente 25 anos. Todavia, pode-se dizer que o país passou a se preocupar com a formulação de uma nova imagem internacional, principalmente em transmitir o caráter pacífico de suas ações após o incidente da Praça de Tiananmen, em 1989. e o fez com o discurso da “ascensão pacífica”.

Wang (2006) aponta que a primeira aparição da ideia de “ascensão” consta no livro de Yan Xuetong, intitulado *“International Environment for China’s Rise”*, de 1998. Mas, a origem da expressão “ascensão pacífica” em seu sentido completo, ou seja, depois de amadurecer a ideia incipiente do livro, data de 2002, durante uma viagem de Zheng Bijian³³, vice-presidente da *Central Committee’s Central Party School* os Estados Unidos para participar do *China Reform Forum*. Esse fórum tinha como objetivo discutir as percepções norte-americanas sobre a emergência da China nas relações globais. (GLASER, 2007). A preocupação chinesa para com a imagem norte-americana de si centrava-se na possibilidade de, caso essa imagem fosse distorcida, deixar as relações sino-americanas prejudicadas e até mesmo atrapalhar a busca do status de grande potência mundial. Na ocasião, Zheng e sua delegação desenvolveram a ideia de “caminho para o desenvolvimento da ascensão pacífica da China”³⁴.

Outros autores preferem situar a origem da expressão em novembro de 2003, durante o Fórum de Bo’ao para a Ásia (*Bo’ao Forum for Asia*), como é o caso de Robert L. Suettinger (2005)³⁵. Durante o Forum, Zheng Bijian falou a respeito do “Novo Caminho para a ‘Ascensão Pacífica’ da China” (*New Path for China’s ‘Peaceful Rise’*), no qual explicitou as principais premissas do novo conceito. Elas se resumem em: não buscar a expansão externa; defender a paz, cooperação mútua e desenvolvimento igualitário (GLASER, p.295). Segundo Zheng Bijian (2003, p.14-17)³⁶

O fato fundamental é que nos últimos 25 anos, desde a sua reforma e abertura, a China tem delineado uma nova trajetória estratégica

³³ Zheng Bijian é considerado o criador da expressão “ascensão pacífica”.

³⁴ O termo foi traduzido de “*the development path of China’s peaceful rise*” ou em chins “*Zhongguo heping jueqi de fazhan daolu*”. Encontrado em: GLASER, B. S. and Medeiros, E. S. **The Changing Ecology of Foreign Policy-Making in China: The Ascension and Demise of the Theory of “Peaceful Rise”**. The China Quarterly, 190, June 2007, p.294

³⁵ SUETTINGER, R.L. **The Rise and Descent of “Peaceful Rise”**. China Leadership Monitor. Número 12. 2005. Disponível em: <http://weblog.leidenuniv.nl/media/blogs/76061/kijkennaardepers/archives/zheng%20bijian.pdf>

³⁶ Os pronunciamentos de Zheng Bijian encontram-se em: THORTON, J.L. **China’s Peaceful Rise: Speeches of Zheng Bijian 1997-2004**. Disponível em: <http://www.brookings.edu/fp/events/20050616bijianlunch.pdf>

que não só atende às suas condições internacionais, mas também está de acordo com a maré do tempo. Este novo caminho permite a ascensão pacífica da China através de uma construção independente do socialismo com características chinesas ao participar, ao invés de isolar-se, da globalização econômica. [...] Temos enfrentado muitos testes. O povo chinês, no entanto, nunca titubeou em sua determinação de abraçar o novo caminho para a ascensão pacífica. Na China de hoje, portanto, a reforma, liberalização e desenvolvimento pacífico estão profundamente enraizados no modo de vida e na cultura, que, por sua vez, criaram um ambiente seguro para o caminho estratégico da China para a ascensão pacífica. [...] De um modo geral, nas duas ou três décadas que estão por vir, ou no começo do século XXI, a Ásia irá enfrentar uma oportunidade rara na história para a ascensão pacífica, e a ascensão pacífica da China será uma parte da ascensão pacífica da Ásia.

Há também outras explicações para o surgimento do conceito/teoria da “ascensão pacífica”, que não se restringem ao fato de ser uma característica do país e um caminho que já vem sendo seguido. Segundo John L. Thorton (2005), presidente da *The Brookings Institution*, a teoria da “ascensão pacífica” também surgiu para fazer um contrabalanço à outra teoria que abordava o tema do crescimento da China, conhecida como a “teoria da ameaça da China” (*China Threat Theory*)³⁷. Na verdade, o que fica evidente é que a “ascensão pacífica” tinha como um principal objetivo desmistificar a ideia de que uma grande potência só pode emergir abalando a ordem vigente e desestabilizando o sistema, como foram os casos do Japão e Alemanha no século XX. Esse é o principal discurso dos teóricos realistas das Relações Internacionais, que não veem a possibilidade de uma potência emergir e chegar à liderança do sistema internacional sem que o sistema seja abalado a ponto de precisar ser reestruturado.

O caso da “ascensão pacífica” caminharia no sentido oposto dos pensamentos realistas, ou seja:

Ao promover o conceito de ‘ascensão pacífica’, os líderes chineses estão, de fato, reconhecendo que eles precisam evitar os tipos de políticas buscadas pelas primeiras potências ascendentes – República de Weimar, Japão Imperial e União Soviética – as quais foram vistas como levando a uma crise sistêmica. Eles querem convencer o mundo de que a China está preparada para fazer parte do sistema internacional sem o desestabilizar. (MOHAN, 2004, p.3700)

³⁷ A teoria da “Ameaça China” foi introduzida no início da década de 1990 e dizia respeito ao status prospectivo do crescimento chinês, que seria uma ameaça para as bases da ordem internacional. (CHOO, 2009, p.395)

Choo (2009) explica que a ideia de paz presente nos conceitos de “ascensão pacífica”, “desenvolvimento pacífico” e “mundo harmonioso”, principais conceitos da política externa chinesa na atualidade, possuem duas principais características: a) é a essência da política de portas-abertas, que incorpora a premissa irrefutável de ambiente externo pacífico para o desenvolvimento econômico. A ideia de “portas-abertas” refere-se a China ampliar suas relações econômicas com países estrangeiros, processo iniciado com a criação das ZEEs, no governo de Deng Xiaoping. Essa ideia confere com a supremacia dos interesses econômicos na política externa chinesa; b) é a abordagem que facilita a ideia de mudanças evolutivas nos meios diplomáticos e estratégicos. O governo chinês defende veementemente em seus discursos o uso dos meios de diálogos e cooperação como melhor forma de consolidar e melhorar as relações diplomáticas.

A ideia de “ascensão pacífica” tornou-se parto do discurso oficial quando o Premier Wen Jiabao utilizou a expressão em um discurso feito na Universidade de Harvard, já no final de sua visita aos Estados Unidos, em 10 de dezembro de 2003. Na ocasião, Wen disse que a China era uma potência em ascensão dedicada à paz e, dessa forma, o país iria buscar desenvolver seu mercado interno, aumentando os salários de seus cidadãos; melhorando a sua qualidade de vida; além de buscar na tecnologia e ciência a solução dos problemas ambientais. Nesses ideais, segundo Wen, é que residiam a essência do caminho de “ascensão pacífica” e desenvolvimento da China. (SUETTINGER, 2004, p.3)

Após essa primeira aparição no discurso oficial, não tardou muito para que o conceito fosse abordado em outra ocasião. Em 26 de dezembro de 2003, durante a comemoração do 110º Aniversário de Nascimento de Mao Zedong, Hu Jintao falou sobre a “ascensão pacífica” ao abordar a temática da política externa no país. Hu disse que a China deveria insistir em tomar o caminho da “ascensão pacífica”; buscar, junto aos demais países, relações baseadas nos cinco princípios da coexistência pacífica; desenvolver ativamente o intercâmbio e a cooperação com base na igualdade e benefício mútuo, além de contribuir com a paz da humanidade e seu desenvolvimento. (GLASER, 200)

Os cinco princípios da coexistência pacífica a que Hu Jintao se referiu foram lançados por Zhou Enlai, um estrategista da diplomacia chinesa, pouco depois da formação da República Popular da China, em dezembro de 1953, durante a visita da delegação indiana à China³⁸. Os princípios consistem em: (1) respeito mútuo à soberania e integridade nacional; (2) não agressão; (3) não intervenção nos assuntos internos do país por parte de outro; (4)

³⁸ Zhou Enlai. Disponível em: <http://www.fmprc.gov.cn/eng/ziliao/wjrw/3606/t44145.htm>

igualdade e benefícios recíprocos; (5) coexistência pacífica entre os Estados com sistemas sociais e ideológicos diferentes³⁹. Eles também são tidos como base para a teoria da “ascensão pacífica”, juntamente com outras cinco premissas lançadas por Wen Jiabao.

Para o premiê chinês Wen Jiabao, cinco premissas são essenciais para a ascensão pacífica chinesa e seus objetivos. Segundo ele, elas consistiam em (1) aproveitar a vantagem da paz mundial para promover o desenvolvimento da China e salvaguardar a paz mundial por meio desenvolvimento chinês; (2) basear-se na força da própria China e de seu trabalho independente e forte; (3) continuar a política de abertura, atuando ativamente no comércio internacional e trocas econômicas; (4) a ideia de “ascensão pacífica” estaria presente por várias gerações; (5) e não significaria “estar no caminho de outro país” ou “ameaçar outro país” ou ainda conseguir alcançar a ascensão à custa de uma nação em particular. Ou seja, a China não buscaria a hegemonia mundial, mesmo depois de se tornar mais poderosa. (SUETTINGER, 2005, p.4)

Embora o discurso/conceito/teoria sobre a “ascensão pacífica” parecesse ser a primeira estratégia concreta do governo de Hu Jintao e Wen Jiabao, caracterizando-se até como a “estratégia nacional” para a política externa, não demorou muito para que seus preceitos fossem questionados por alguns estudiosos e políticos. Um primeiro sinal de que a nova estratégia já estaria sendo revisada foi dado pelo presidente Hu Jintao em 24 de abril de 2004, durante a Conferência de Bo’ao. Em seu discurso ele usou expressões como “paz e estabilidade”; “paz e tranquilidade” e “coexistência pacífica”, e não mencionou “ascensão pacífica”. (GLASER, 2007, p.299)

Uma primeira explicação para a ausência do termo está ligada a questão linguística. “Ascensão” no idioma chinês é entendida como *juequi*, que possui em seu radical *jue* a ideia de ruptura brusca; que “aparece de repente (ou ascende) no horizonte” (WANG, 2006, p.2). Isso traz a conotação de que a China desafiaria a realidade e as estruturas do sistema, principalmente para aqueles países que também fazem uso dos caracteres chineses, tais como Japão e Coréia. Como já foi observado, o que a China menos queria era seu crescimento fosse compreendido como uma ameaça, que desafiasse o sistema vigente, que quisesse alterar a ordem mundial.

Uma segunda explicação estaria na questão de Taiwan, que a China considera como parte de si e não como um Estado independente. Advogar uma “ascensão pacífica”, conforme o governo estava fazendo, levantaria falsas expectativas para taiwaneses, pois estes

³⁹ Site do governo chinês: <http://www.fmprc.gov.cn/eng/ziliao/wjrw/3606/t44145.htm>

acreditariam que a China não faria uso da força em relação ao seu desejo de independência. Assim, o governo chinês tratou rapidamente de acabar com tais expectativas, já que faria uso da força caso isso fosse necessário. Para Shi Yinzhong, professor da Universidade Popular da China, a ascensão chinesa poderia ser barrada se não conseguisse manter a não independência de Taiwan. Além disso, para ele, conflitos locais militares não são contrários à ideia de “ascensão pacífica” e, pelo contrário, seriam mais fáceis de serem administrados quando inseridos nesse ideal. (GLASER, 2007, p.303)

Choo (2009, p.397) também discorre sobre a mudança no termo “ascensão” e Taiwan. Segundo ele, em 2005 Taiwan decidiu realizar um referendo sobre os temas de sua independência e eleições presidenciais, mas algumas leis chinesas permitiam medidas militares contra as tentativas de independência de Taiwan e estas aconteceram. Logo, que tais leis chinesas não eram apenas contraditórias com o discurso da “ascensão pacífica”, mas que auto-negavam esse discurso. Ou seja, já que o discurso de “ascensão pacífica” implicava na predominância da paz para solução de controvérsias e diálogos, um possível confronto armado com Taiwan poderia ser considerado uma quebra no discurso, muito embora os chineses considerem Taiwan seu território e, portanto, não estariam em confronto com outra nação e sim, estariam cuidando de assuntos domésticos. O fato é que uma má interpretação do termo para os taiwaneses, que pudesse significar o não uso da força pelos chineses, e assim instigar o espírito de independência, era algo que o governo da China queria evitar a qualquer custo. Por isso, “percebendo o beco sem saída, os líderes de Beijing renomearam em 2005 a teoria da ascensão pacífica para desenvolvimento pacífico”. Hughes (2006) também acredita que a necessidade de se manter uma ameaça militar à Taiwan pode ser um problema ao conceito de “ascensão pacífica” como um todo, já que se discursa sobre paz, mas não se abaixam as armas.

Uma terceira explicação, abordada por Suettinger (2005), é mais complexa. Para o autor, haveria uma disputa política entre Hu Jintao e Wen Jiabao em relação ao presidente da Comissão Central Militar, Jiang Zemin, e seus apoiadores. A questão envolve a elaboração de políticas no governo chinês, em que Hu e Wen procurariam novos conceitos para implementá-las, desvincilhando-se daquelas que outrora haviam sido advogados por Jiang Zemin. Isso dá indícios de uma possível disputa de poder. A retirada do termo “ascensão pacífica” dos discursos oficiais estaria favorecendo o “lado” de Zemin e seus apoiadores, uma vez que aniquilaria com o grande projeto de política externa para o século XXI, contrariando a intenção inicial de Hu e Wen, que era de criar algo novo para superar as ideias de Zemin.

O fato é que, embora as várias explicações sobre a ausência do termo “ascensão pacífica” dos discursos oficiais, as ideias desse discurso apenas mudaram de nomenclatura para parecer menos ofensiva. Em 2005, o governo chinês lançou um documento intitulado “O caminho do desenvolvimento pacífico da China” (*China's Peaceful Development Road*), o qual descrevia quais seriam os principais objetivos do país para o século XXI, ou seja, o caminho que seria percorrido pela China no próximo século no que diz respeito à política externa. O documento não trata da “ascensão” chinesa, mas mantém as concepções que faziam parte dela quando lançada em 2003.

Olhando para nossa história, baseando-se na presente realidade e olhando adiante para o futuro, a China irá inabalavelmente seguir o caminho do desenvolvimento pacífico, fazendo grandes esforços para alcançar um desenvolvimento pacífico, aberto, cooperativo e harmonioso. [...] Paz, abertura, cooperação, harmonia e win-win são nossas políticas, nossas ideias, nossos princípios, nossa busca. [...] O caminho do desenvolvimento pacífico da China é um novo começo para a humanidade na busca por civilização e progresso, o caminho inevitável para a China alcançar a modernização, uma escolha séria e uma promessa solene feita pelo governo chinês e pelo povo chinês.” (CHINA'S PEACEFUL DEVELOPMENT ROAD, 2005)^{40 41}

É interessante também destacar a correlação entre os conceitos de paz e desenvolvimento presente no discurso chinês. Na concepção chinesa, a paz é o que garante o desenvolvimento e este é quem assegura a paz (CHOO, 2009). Ou seja, o governo chinês quer ajudar a promover o desenvolvimento mundial de maneira pacífica, com cooperação, acordos bilaterais e multilaterais, para que esse desenvolvimento seja o garantidor da paz no ambiente internacional. Na verdade, para a concretização da paz no ambiente externo, o governo desenvolveu um conceito específico que também está embutido no conceito de “ascensão pacífica”: construção de um mundo harmonioso⁴². A “construção de um mundo harmonioso”⁴³ é o objetivo da ascensão/desenvolvimento pacífico chinês, o qual o governo visa alcançar por meio de quatro princípios: a) defesa da democracia e igualdade para alcançar a cooperação; b) defesa da harmonia e confiança mútua para tornar real a segurança comum, deixando para trás o pensamento da Guerra Fria; c) defesa da justiça e benefícios

⁴⁰ A política denominada *win-win* refere-se à ideia de que as relações chinesas visam que tanto o país saia com benefícios quanto aqueles com os quais a China se relaciona. Ou seja, ambos os lados ganham. O verbo ganhar em inglês é *to win*.

⁴¹ CHINA'S PEACEFUL DEVELOPMENT ROAD. 2005.

Disponível em: <http://www.china.org.cn/english/features/book/152684.htm>

⁴³ Termo de em inglês para construção de um mundo harmonioso.

mútuos para se alcançar o desenvolvimento comum; d) defesa da tolerância e criação de uma sociedade aberta para alcançar o diálogo entre as nações (QINGMIN, 2011, p.7-8). A construção de um mundo harmonioso seria, então, o foco da política externa atual chinesa, correlacionando o desenvolvimento e a paz.

Com relação à mudança do termo “ascensão” para “desenvolvimento” pode-se inferir que o governo chinês se preocupou em não dar brecha para que estudiosos e líderes políticos pudessem argumentar que o país iria desestabilizar a ordem com seu crescimento. A China busca se tornar uma grande potência, mas, de acordo com os discursos referentes à sua política externa, o fará de modo gradual, visando o desenvolvimento dos outros países concomitantemente ao seu. Além do mais, é nítida a ênfase dada a “não pretensão à hegemonia mundial”, tanto no documento acima mencionado, onde se lê essa afirmação por várias vezes, quanto nos discursos que ainda abordavam a expressão da “ascensão pacífica”. Dessa forma, alguns questionamentos podem ser elaborados com relação à toda a história da expressão “ascensão pacífica” nos discursos chineses, desde sua aparição até sua abolição, que resultaram no uso da expressão “desenvolvimento pacífico”.

2.2.2. Questionamentos sobre a “ascensão pacífica”

O fato de a denominação da estratégia nacional chinesa quanto a sua política externa ter se alterado levanta suspeitas e questionamentos. O primeiro que se pode fazer é quanto à intenção da substituição do termo “ascensão”. Como se observou, na primeira vez que a expressão “ascensão pacífica” foi lançada, Zheng Bijian estava em um Fórum sobre os impactos da reforma da chinesa nos Estados Unidos, onde se discutia a imagem americana sobre a China. Mesmo diante das explicações referentes à problemática linguística da expressão “ascensão”, é possível questionar se a principal preocupação chinesa foi a de não levantar mais olhares para sua política externa.

Uma peculiaridade em relação ao debate sobre a “ascensão pacífica” é que este permitiu que estudiosos, não apenas chineses, pudessem se envolver com o tema. A política externa chinesa não era tema em debates acadêmicos, mas começou a ter mais repercussão após o lançamento da “ascensão pacífica como estratégia nacional”. Wang (2006,p.4) discute sobre essa característica quando diz:

O que faz o discurso da heping jueqi [ascensão pacífica] interessante é que é mais pertinente para os próprios

interesses, intenções e políticas domésticas e internacionais da China do que como os chineses deveriam perceber seus vizinhos e o resto do mundo. O que também é interessantemente sem precedentes é o fato de que o conceito foi primeiramente adotado por líderes políticos e, então, caiu nas declarações oficiais obtendo repercussões domésticas desfavoráveis, enquanto seus iniciantes ainda eram capazes de usar o termo em público. (grifo nosso)

Dessa forma, pode-se perguntar se um dos intentos de mudar de “ascensão” para “desenvolvimento” não visava reduzir os holofotes com relação à política externa chinesa, principalmente para países como Estados Unidos e Japão, tornando-a menos polêmica e mais aceita, já que evitaria confrontos tanto com a hegemonia mundial quanto com o vizinho desenvolvido.

Outro possível questionamento diz respeito à essência das expressões. Autores como Wang (2006), Bonni Glaser e Evan Medeiros (2007), por exemplo, afirmam que a ideia de “ascensão pacífica” não foi modificada mesmo após o termo ser trocado por “desenvolvimento pacífico”. Ou seja, os mesmos anseios que estavam dispostos com o conceito de ascensão ainda permanecem no conceito de desenvolvimento. Sendo assim, embora se trate de “desenvolvimento”, a China estaria interessada em ascender no cenário internacional até chegar ao status de potência.

Nesse sentido, se a essência do discurso permanece a mesma – mas com outras palavras – pode-se até questionar se realmente a China não anseia a hegemonia mundial, já que esse era um dos temores com o discurso da “ascensão pacífica”. O fato de os chineses constantemente afirmarem que não buscam a hegemonia, faz com que se questione se isso não seria apenas uma questão de discurso, mas que na essência a realidade seja outra. Xuetong Yan (2001) afirma que, logo após a derrocada da União Soviética, a ascensão da China atraiu a atenção internacional e, aos olhos do povo chinês, o declínio da China foi um erro que deveria ser corrigido. Para o autor, a pergunta que os chineses constantemente se fazem é: “por que a China não é a número um do mundo?”. Ou seja, para ele, as sequelas do século da humilhação ainda fazem com que o povo chinês queira ser o primeiro no mundo, como sendo um reflexo da superação desse período.

Logo, saber se a China quer ou não se tornar uma hegemonia é uma pesquisa que vai além da análise do discurso, exige uma análise das ações propriamente ditas, já que “quase que por uma lei natural qualquer, em cada século parece emergir um país com poder, a vontade e o ímpeto intelectual e moral de moldar todo o sistema internacional de acordo com seus próprios valores” (KISSINGER, 2007, p.11). E tais análises só serão possíveis conforme o sistema internacional se mover nos próximos anos.

Taiwan é outro fator de inflexão. Conforme observado ao longo deste trabalho, Taiwan foi um dos motivos pelos quais o termo “ascensão pacífica” foi alterado. Nesse sentido, levando-se mais uma vez em consideração de que a mudança dos termos não implicou uma real mudança nas estratégias chinesas, pensar que a China poderia fazer o uso da força contra a independência de Taiwan faz com que a política externa chinesa seja questionada quanto ao seu verdadeiro caráter pacífico. Pois, se a proposta é que os países que se relacionam com a China tenham ganhos próprios e se desenvolvam (*win-win policy*), uma possível guerra contra Taiwan, mesmo esse sendo considerado território chinês e, portanto, assunto doméstico; levantaria suspeitas das ações chinesas frente outros pontos de conflito de interesses, agora no plano internacional, como é o caso do Vietnã. Afinal, se uma repressão contra estudantes – Tiananmen – causou ações internacionais como sanções econômicas, não poderia uma guerra, mesmo que civil, gerar outras manifestações e desconfianças com relação à China no mundo? Não seria difícil especulações quanto aos comportamentos chineses no plano internacional, caso Taiwan quisesse sua independência, uma vez que já existem especulações e suspeitas hoje em dia sem nenhuma guerra declarada.

Há também questionamentos teóricos sobre a “ascensão pacífica” que não poderiam passar despercebidos. Alguns autores de relações internacionais possuem posições totalmente diferentes quanto à ascensão pacífica chinesa, como é o caso de Barry Buzan e John Mearshimer. Buzan (2010) mostra-se mais otimista quanto ao sucesso da “ascensão pacífica”, enquanto que Mearshimer (2004) acredita ser impossível tal feito na história. Os autores são de correntes teóricas diferentes, sendo Buzan da escola inglesa⁴⁴ e Mearshimer neorealista, o que também justifica as oposições nos pensamentos.

Buzan (2010) define o conceito de “ascensão pacífica” como um meio para que um poder crescente seja capaz de ter tanto ganhos relativos como absolutos, tanto no âmbito material (econômico) quanto em seu status (político). Para ele, a “ascensão pacífica” envolve um processo de duas vias: uma em que o poder em ascensão se acomoda às regras e estruturas da sociedade internacional e a outra, que ao mesmo tempo, outros poderes acomodam algumas mudanças nessas regras e estruturas por meio de uma nova disposição do poder e status. Ou seja, o processo de “ascensão pacífica” envolve tanto a China ter que se adaptar às regras da sociedade e suas estruturas e os demais países se adaptarem às alterações na sociedade que foram desencadeadas pelo crescimento da China.

⁴⁴ A Escola Inglesa oferece uma abordagem alternativa para o realismo, liberalismo e marxismo ao entender o que as estruturas das relações internacionais e como elas funcionam (BUZAN, 2010, p.7)

O autor destaca três desafios pelos quais o governo chinês terá que passar para o sucesso da política externa: a sua relação com os Estados Unidos; sua relação com o Japão e sua relação com a sociedade internacional⁴⁵. Com relação aos Estados Unidos ele aponta três pontos de tensão nas relações entre os países: a) a China tem dependido da liderança dos Estados Unidos na ordem internacional para prover a estabilidade necessária para seu próprio desenvolvimento; b) a China quer evitar ser atraída para um conflito com os Estados Unidos como outros poderes emergentes não-democráticos tiveram; c) a China se ressentida e se opõe, confrontando a hegemonia norte-americana e a estrutura de poder unipolar (BUZAN, 2010, p.22). Ele resume dizendo,

O perigo é que a ascensão da China se torne menos dependente dos Estados Unidos e mais oposta à sua liderança e que os Estados Unidos se sintam mais ameaçados pelo crescimento de seu poder e revisionismo. O resultado benigno é que a ascensão da China se torne cada vez mais integrada à sociedade internacional, sendo mais uma grande potência *status quo* responsável, e não sendo vista como uma ameaça aos Estados Unidos. (BUZAN, 2010, p.22-23)

Buzan (2010) também afirma que, embora a intenção chinesa não seja ocupar o lugar norte-americano, a ascensão da China, pacífica ou não, coloca a hegemonia dos Estados Unidos em questionamento. A presença norte-americana na região asiática também é destacada por Buzan (2010, p.25), que argumenta da seguinte forma: se a presença dos EUA gerava estabilidade na região, sua ausência também seria um desafio para a China na região, já que esta teria que assumir responsabilidades maiores das que já possui.

Com relação ao Japão, Buzan acredita ser a questão mais delicada para a “ascensão pacífica” e ainda considera que as relações sino-japonesas são as mais importantes na atualidade, principalmente quando se analisa a história das relações entre estes países. Para Buzan (2010, p.27),

Um relacionamento ruim com o Japão é a contradição notável para a possibilidade de a China ascender pacificamente dentro de sua região, e lança dúvidas em toda a retórica da ascensão/desenvolvimento pacífico. Se a China não consegue obter um bom relacionamento com as grandes potências vizinhas, isso também prejudica seus apelos para um sistema internacional multipolar harmonioso.

⁴⁵ Sociedade internacional é um conceito desenvolvido por Hedley Bull, no livro *A Sociedade Anárquica* (1977). O autor define sociedade internacional como sociedade de Estados, ou seja, é um grupo de estados que partilham certos interesses e valores comuns, tornando-se ligados por regras comuns e que participam de instituições comuns.

Segundo o autor (2010), uma das questões críticas para todo o debate sobre o futuro da China como potência ou superpotência é a capacidade chinesa de estabelecer algum tipo de relação consensual com sua região. Alcançar esse objetivo é plataforma para o status de superpotência; fracassar no balanço de poder com Japão e outros países da região é limitar sua esfera de atuação à Ásia. Assim, para o autor, as relações com o Japão são mais determinantes para o futuro da “ascensão pacífica” do que os possíveis conflitos com Taiwan, como foi mencionado anteriormente ou Vietnã, como será abordado no próximo capítulo.

O último desafio para a “ascensão pacífica” que Buzan (2010) considera é a relação da China com a sociedade internacional. O desafio se resume em o governo chinês conseguir deixar claro para a sociedade o que realmente a China é e quais suas verdadeiras intenções. Para ele, o governo chinês precisa se esforçar para ver a si mesmo como os outros veem para que, então, consiga alcançar sua ascensão/desenvolvimento pacífico.

Apesar dos desafios apontados por Buzan (2010), o autor é otimista quanto à ascensão pacífica chinesa, mas alerta que os próximos trinta anos serão mais difíceis do que os trinta passado e que, para manter sua ascensão, a China precisa pensar mais sobre si mesma e sobre a sociedade internacional, a qual é hoje o principal ator, principalmente em como articular essas duas esferas.

Esse processo irá criar inevitavelmente algumas tensões, mas sabendo que a China não pode repetir sua experiência dos últimos trinta anos, estas tensões são os preços inevitáveis de sua ascensão. A China tem como escolher quais formas estas tensões terão, e se desempenhar bem o seu papel, as tensões não precisam ser incompatíveis com a “ascensão pacífica”. [...] A China precisa ter mais atenção à distinção entre os níveis regional e global e na interação entre eles. (BUZAN, 2010, p.34)

Mearshimer (2004), por sua vez, discorda de Buzan (2010), pois não acredita que uma ascensão pacífica seja possível, uma vez que é da corrente neorealista das Relações Internacionais, que vê toda ascensão como abalo ao sistema. Ele resume as principais características do sistema internacional como sendo: a) os Estados como os principais atores de um sistema anárquico, o que significa que não há uma maior autoridade sobre os Estados; b) todas as grandes potências possuem capacidade militar ofensiva, o que significa que possuem meios para ferirem umas as outras; c) nenhum Estado pode ter certeza das intenções de outros Estados, principalmente de suas futuras intenções (MEARSHIMER, 2004). Diante disso, ele afirma que “num mundo onde os Estados podem ter intenções malignas e também

capacidades militares ofensivas, os Estados tendem a temer uns aos outros” (MEARSHIMER, 2004, p.160).

Ao fazer um breve relato de como os Estados Unidos alcançaram a hegemonia mundial, o autor compara o processo americano ao processo chinês e afirma que “é provável que a China tente dominar a Ásia assim como os Estados Unidos dominaram o Ocidente. Especificamente, a China buscará maximizar a lacuna de poder entre ela e seus vizinhos, principalmente Rússia e Japão” (MEARSHIMER, 2004, p.163). E isso causará instabilidade no sistema, como outrora ocorrera na história. Ou seja, a premissa de ascensão sem desestabilizar a ordem é inválida para Mearshimer.

Quanto à presença norte-americana na Ásia, de forma cômica, o autor afirma: “Qual Estado em sua sã consciência iria querer outros Estados poderosos alocados em sua região? Todos os chineses com certeza se lembram o que aconteceu no século passado quando o Japão era forte e a China era fraca. No mundo anárquico da política internacional, é melhor ser o Godzilla do que o Bambi” (MEARSHIMER, 2004, p.163). O autor insiste que é muito provável que a China siga os mesmos passos que os Estados Unidos, instaurando doutrinas, impondo culturas e determinando as políticas, especialmente em sua esfera regional. Ele argumenta dizendo: “Por que eu deveria esperar que a China agisse de maneira diferente de como agiu os Estados Unidos? Eles tem mais princípios do que nós temos? Mais éticos? Menos nacionalistas? Menos preocupados com sua sobrevivência? Eles não são nada disso, é claro, e é por isso que é provável que a China imite aos Estados Unidos e tente se tornar uma hegemonia regional.” (MEARSHIMER, 2004, p.163)

Assim, o autor acredita que a China irá intimidar os Estados Unidos e isso desencadeará tensões no sistema internacional, podendo ou não ocasionar conflitos. Para o autor, alicerçado em circunstâncias que a própria história demonstrou, é improvável que uma nova potência emergja no sistema sem trazer constrangimentos ao mesmo e gerar mudanças. Ou seja, dentro de suas convicções, a possibilidade de uma “ascensão pacífica” é remota. “O fato é que política internacional é um negócio sórdido e perigoso e nenhuma quantidade de boa vontade irá melhorar a competição intensa pela segurança que se instala quando um aspirante a hegemom aparece na Eurásia”. (MEARSHIMER, 2004, p.163)

Portanto, há mais questões com relação à “ascensão pacífica” do que respostas. Mesmo que o governo chinês altere suas nomenclaturas políticas, a política externa chinesa para o século XXI tem muito a ser analisado e questionado. Questões sobre o futuro das ações chinesas no plano internacional ainda são dignas de grandes debates com convicções

fortemente enraizadas nos argumentos de diferentes escolas teóricas, como vimos em Buzan (2010) e Mearshimer (2004). Mesmo que a “ascensão pacífica” não exista mais nos discursos oficiais, sua nova face, o discurso do “desenvolvimento pacífico” está fortemente presente na política externa chinesa e promete ser sim, a principal estratégia internacional para o país no século XXI. Antes de adentrarmos o tema que discute pontos de conflito no plano internacional, capazes de porem xeque o discurso da “ascensão pacífica”, em que envolve o Vietnã, a próxima parte deste capítulo discorre sobre como tem sido a política regional chinesa, principal esfera de atuação da política externa do país e plano de fundo para as relações sino-vietnamitas.

2.3. A CHINA E SEU ENTORNO REGIONAL

A realidade chinesa após a consolidação da República Popular era repleta de problemas domésticos. Os principais problemas a serem sanados correspondiam aos altos níveis de pobreza, problemas inflacionários com a economia, severos danos causados à agricultura, além da ausência de um parque industrial capaz de promover a modernização do país. A ruptura das relações diplomáticas com os Estados Unidos também corroborou para essa “invisibilidade” no cenário internacional. Em meio a esse contexto, os primeiros passos da China com relação à sua política externa regional não foram assertivos, mas ausentes, já que tinham muitos problemas domésticos que eram prioridade.

Após um período de reajuste interno, a China viu-se, na década de 1960, ameaçada por um vizinho poderoso, a União Soviética. A aproximação entre China e Estados Unidos, rompida desde 1950, parecia viável a ambas as partes. Os Estados Unidos viram a importância de ter uma aliada como China, localizada geograficamente tão perto de seu inimigo e a China viu uma oportunidade de inserir-se no cenário internacional e ganhara espaço.

Com a “Política de Portas Abertas”, o país busca ampliar suas relações diplomáticas para promover a modernização. Nesse contexto, podem-se apontar as primeiras iniciativas regionais da China. Embora não houvesse uma política regional explícita por parte do governo chinês durante o período em que o bloco socialista existiu, ocorreram posicionamentos que correspondiam com as diretrizes do bloco como um todo. Entretanto, não se tratava de um bloco coeso e, por isso, dava margem para que países como a China se

posicionassem de modo diferente. Isso é evidente quando observamos a aproximação entre China e Estados Unidos.

O autor Barry Naughton (2009, p.5) explica que o rejuvenescimento da hegemonia norte-americana não era algo que era esperado pelos chineses, nem que eles consideravam bem-vindo. Numa perspectiva chinesa, a manutenção do *status quo* americano como única potencia mundial, minava as expectativas de um sistema multipolar, no qual o país pudesse ter espaço para realizar suas manobras políticas e econômicas. Foi então que o seu entorno regional começou a ganhar peso estratégico nas políticas chinesas.

Wong (2007, p.387) afirma que no começo da década de 1990, a diplomacia multilateral tanto quanto o conceito das relações regionais e sub-regionais apareceram na política externa da China, o que ficou manifestado na sua nova diplomacia. Essa diplomacia consistia em tornar o país mais proeminente e mais pró ativo na promoção da cooperação e integração do Leste Asiático. O incidente da Praça de Tiannamen em 1989⁴⁶, além de ser um episódio importante na criação do conceito de “ascensão pacífica”, também colaborou para uma maior atenção à política regional, pois provocou um relativo isolamento da China no cenário internacional através de sanções, liderada principalmente pelos Estados Unidos, fazendo com que o país asiático procurasse por novos “amigos” para superar o isolamento do Ocidente (WANANDI, p.2003, p.7). Segundo Pagestu e Gooptu (2003, p.79),

Metade do mundo comercial é agora conduzido sob arranjos comerciais preferenciais, que cresceram mais de 40% entre 1988-92. No Leste Asiático, os últimos anos tem visto uma abundância de propostas para novos arranjos preferenciais, tanto no âmbito bilateral como regional. Entretanto, muito poucas dessas propostas de fato alcançaram o estágio de negociação ou foram formalizadas; várias economias na região estão seriamente engajadas em desenvolver novos relacionamentos de comércio preferenciais, enquanto outras estão ativamente considerando moverem-se nessa direção.

Foi também em 1989 que se criou o primeiro organismo que visava concretizar uma cooperação entre os Estados da região, a *Asia Pacific Economic Cooperation* – APEC. A APEC foi criada por iniciativa do governo da Austrália, com vistas a promover a cooperação econômica entre os países da bacia do Oceano Pacífico. Num primeiro momento, 12 países aderiram à nova organização, destacando-se os EUA, Japão, Canadá, Austrália, Indonésia e demais países da Associação das Nações do Sudeste Asiático – ASEAN. De lá para cá, países

⁴⁶ Esse incidente foi resultado de uma manifestação liderada por estudantes foi reprimida pelo Exército Popular de Libertação, gerando muitas mortes.

latino-americanos como o México, o Peru e o Chile também ingressaram na organização, além de China, Rússia e Vietnã.

Um aspecto interessante do processo de inserção regional da China é notar país nunca soube realmente ter aliados ou aliar-se a outros poderes, com exceção por uma década, em 1960, quando se aliou a União Soviética, ou seja, a participação no regionalismo e no multilateralismo, de modo geral, não possuía precedentes na história da China, por isso é importante olhar com clareza para esse processo (WANANDI; 2004, p.39)

Na década de 1990 a China também intensificou suas relações com ASEAN. A organização foi fundada em 1967, mas as relações com a China se estreitaram apenas anos depois. Em 1991, a China participou de sua primeira reunião dos Ministros da ASEAN e apenas em 1996 tornou-se um parceiro de diálogo oficialmente. Segundo Wong (2007, p.373), a partir começo do século XXI, a natureza das relações China-ASEAN moveram-se de uma relação baseada no bilateralismo para um relacionamento multilateral construído sob áreas de cooperação em expansão, tais como finanças, recursos humanos, desenvolvimento, saúde e questões judiciais. A aproximação da China com a ASEAN também é uma importante variável nas relações com o Vietnã, que serão abordadas na próxima parte deste capítulo.

Com o surgimento da *China Threat Theory* levantou-se suspeita sobre como o crescimento econômico do país poderia afetar o sistema internacional e, principalmente, o seu entorno geográfico (ROZMAN, 2011, p.305). Segundo Wong (2007, p.377), “o impacto da teoria da ameaça China para os países da ASEAN, foi substancial. Varias nações da ASEAN estavam desconfortáveis com a ideia da China se tornar a hegemonia do Sudeste Asiático, desestabilizando a região”. Pagestu e Gooptu (2003, p.96) sugerem que a China decidiu abrir seus mercados para os países da ASEAN com a finalidade de diminuir as tensões na região, tentando estabilizá-la e evitando maiores problemas com relação a essa teoria.

Vários autores são unânimes ao dizerem que a crise financeira asiática, de 1997, possui um peso significativo no contexto do regionalismo asiático, pois foi uma oportunidade dos países se aproximarem em busca de cooperação e integração. Wanandi (2004, p.45) afirmar que “o regionalismo leste asiático recebeu um *momentum* na crise financeira asiática em 1997, quando os países leste asiáticos descobriram o quanto era importante estar apto a dependerem um dos outros – e não de outros de fora da região – durante uma crise”. Para Wong (2007, p.376) a crise aproximou a China dos países asiáticos, principalmente ao promover cooperação e integração. Segundo ele,

A China agiu de modo estabilizador durante a crise, o que ganhou confiança e apreciação dos países da ASEAN. Na fraqueza da crise, a China trabalhou conjuntamente com a ASEAN além de fortalecer a cooperação regional do Leste Asiático; propondo estabelecer uma área de livre comércio entre China-ASEAN com a intenção de promover uma integração Leste Asiática.

O autor também afirma que no período de 1997-2000 a diplomacia multilateral chinesa galgou a confiança dos países asiáticos ao participar ativamente no encorajamento da cooperação regional e sub-regional, pois não apenas participou de propostas já existentes, mas também promoveu suas próprias propostas, como a ASEAN+3⁴⁷ (1997), cuja finalidade era ampliar as reuniões dos ministros financeiros e dos bancos centrais para discutir uma reestruturação das instituições internacionais financeiras envolvendo a região (WONG, 2007, p.388). Também no período de 2001-2005, o país participou da construção de um quadro de cooperação multilateral entre a China e a ASEAN, promovendo em 2002 cooperação nas áreas de agricultura, tecnologia da informação e comunicação, desenvolvimento de recursos humanos e investimentos (WONG, 2007, p.389).

Em termos numéricos, em 2006 a China tornou-se o segundo maior parceiro comercial da APEC, sendo o segundo destino das exportações e a segunda maior fonte de importações⁴⁸. Além do mais, sua política para a APEC tem sido minimizar a participação americana na instituição, já que eles têm pressionado a China a abrir mais os seus mercados, além de quererem promover mudanças institucionais (YU, 2003, p.278).

A China também conquistou seu espaço na Organização Mundial do Comércio (OMC) em 2002, ampliando mais sua capacidade de influência, não apenas na região onde está situada, mas no mundo do comércio. Hoje, além da APEC e da ASEAN, a China participa do *Pacific Economic Cooperation Council* (PECC), *Regional Forum* (ARF) e *Council of Security Cooperation in Asia Pacific* (CSCAP), e das Nações Unidas, ocupando um lugar no Conselho de Segurança (WANANDI, 2004, p.40).

Nota-se que ao longo das últimas décadas, principalmente no pós-Guerra Fria, os países que compõem a esfera regional chinesa vêm adquirindo importância no cálculo estratégico chinês. Com seu crescimento econômico acelerado e seu status de segunda maior potência econômica mundial, os países da Ásia também viram vantagem em se aproximarem da China e estabelecerem relações bilaterais. Com tais relações bilaterais estabelecidas, é

⁴⁷ A ASEAN+3 é composta pelos países da ASEAN, China, Japão e Coreia do Sul.

⁴⁸ Australian Government. Department of Foreign Affairs and Trade. **The APEC region Trade and Investment**. 2007.

importante destacar a análise de Nie Hongyi (2009)⁴⁹, em que o autor discorre sobre como as políticas dos países vizinhos à China influem diretamente sobre suas atitudes, ou seja, as políticas de seus vizinhos são de extrema importância no cálculo chinês, modo que para cada vizinho haja uma política específica. Segundo Hongyi (2009, p.495), “[...] fica evidente que mudanças relativas no poder dos estados vizinhos e a evolução da estrutura de poder [...] tem impacto sobre a escolha política da China”. O autor aponta para variáveis que movimentam essas relações e cálculos, tais como capacidade militar; opção do estado pela manutenção do status quo; opção do estado por uma característica mais revisionista; posicionamento do estado quando há conflito de interesse; dentre outras. Para cada uma dessas variáveis, segundo Hongyi, o Estado chinês revê sua política. Ele classifica os estados vizinhos à China, em relação a sua estrutura de poder em: *superpowers*; *regional powers*; *small/médium-sized states*. E faz a seguinte distribuição:

Tabela 2. Países vizinhos à China segundo sua estrutura regional de poder

Superpowers	Regional Powers	Small/Medium Sized States
Russia	Índia; Vietnã	Coréia do Norte, Mongólia, Cazaquistão, Quirguistão, Tajiquistão, Paquistão, Afeganistão, Butão, Nepal, Laos, Mianmar e Sikkim.

Fonte: HONGYI, Nie. **Explaining Chinese Solutions to Territorial Disputes with Neighbour States**. Chinese Journal of International Politics. Vol.2. 2009, p.502

Essa tabela deixa evidente a importância que alguns países possuem na região, especialmente o Vietnã, que será objeto de análise no próximo capítulo. Conforme pudemos notar nessa parte do capítulo, a China intensificou seus esforços na região, ampliando assim sua influência na política internacional asiática. A diplomacia chinesa procurou normalizar as suas relações com esses países, principalmente àqueles com os quais existiam contenciosos, como é o caso do Vietnã.

Diante de tudo o que foi exposto, podemos fazer algumas considerações prévias. A década de 1970 foi determinante para a história da China. Nesse período o país reestabeleceu as relações diplomáticas com os Estados Unidos, que haviam sido rompidas desde a formação da República Popular da China, em 1949. Isso permitiu que o país galgasse maior visibilidade

⁴⁹ HONGYI, Nie. **Explaining Chinese Solutions to Territorial Disputes with Neighbour States**. Chinese Journal of International Politics. Vol.2. 2009, p.487-523.

no cenário internacional e passasse a exercer maior influência, já que, depois disso, tomou seu lugar no Conselho de Segurança da ONU, que pertencia a Taiwan. Concomitante a esse processo, a China também procurou dar novos rumos a sua economia, começando um processo de abertura em 1978, o qual foi responsável para que o país chegasse a ser a segunda maior economia mundial em 2011, superando o Japão.

Devido a sua maior participação internacional, o tema da política externa chinesa ganhou espaço no meio acadêmico, pela necessidade de entender o “fenômeno China”, seja para aprender lições, seja para evitar problemas. Nesse sentido, depois do incidente na praça de Tiananmen, em 1989, o país procurou trazer uma nova imagem ao mundo, agora de paz e estabilidade. O governo lançou a expressão “ascensão pacífica”, em 2003, como sendo a estratégia nacional para a política externa e segurança do governo de Hu Jintao e Wen Jiabao. Por meio deste discurso/conceito/teoria, o país se comprometia em não abalar a ordem vigente com seu crescimento, buscar manter a paz mundial, buscar o desenvolvimento próprio e ajudar os demais países nesse mesmo caminho. Essa estratégia, todavia, com esse nome, teve pouco tempo de vida.

Em 2005, o governo lançou um documento que falava da estratégia chinesa como sendo “desenvolvimento pacífico”, e a “ascensão” não mais foi abordada. A mudança do termo, entretanto, não mudava a essência dos objetivos da China, apenas evitava problemas relacionados a conotação de ameaça que a palavra ascensão poderia trazer.

Todavia, a China continua a ascender. E isso não mudou com a troca de nomenclatura. Diante disso, ainda tem-se muito que se questionar sobre a diplomacia da “ascensão pacífica” chinesa, já que essa é a essência de sua política externa. Pontos de tensão, como Taiwan e Japão, ainda podem colocar em xeque as premissas chinesas de paz e harmonia, e desviar um pouco o caminho chinês.

A diplomacia chinesa tornou-se mais assertiva, flexível, sofisticada e suas ações do país estão cada vez mais presentes em todo o mundo e especialmente na Ásia. Isso evidencia que a política externa tende a se diversificar, ganhar parceiros econômicos, ampliar sua influência política e alcançar patamares cada vez mais elevados. Nessas condições, o discurso da não pretensão hegemônica, também presente dentro da política de “desenvolvimento pacífico”, pode ser foco de questionamentos, tal qual foi o da “ascensão pacífica”.

No dia 6 de setembro de 2011, o governo chinês lançou um documento intitulado “o Livro Branco do Desenvolvimento Pacífico da China”, onde ressaltava, mais uma vez, as premissas de sua estratégia quanto à política externa. Nele é possível notar que o país

continua afirmando que visa desenvolver-se sem pretensões hegemônicas, a medida que quer facilitar o crescimento dos demais. Termos como “construção de uma sociedade harmoniosa”; “busca por uma política externa independente de paz”; “confiança mútua”; “benefício mútuo”; “igualdade e cooperação”; “cooperação regional” estão postos como princípios norteadores e que estarão presentes nos próximos anos. Baseando-se no discurso oficial, pode-se afirmar que as perspectivas para o século XXI giram em torno de um país que buscará cada vez mais o desenvolvimento e modernização, promovendo, quando possível, o desenvolvimento de seus vizinhos.

Conforme se observou também, muitos são os questionamentos da “ascensão pacífica”. Em concordância com Mearshimer (2004), podemos afirmar que os Estados prezam pela sua sobrevivência acima de qualquer outra coisa. Sabendo disso, o próximo capítulo tem por finalidade analisar um ponto de tensão específico que pode colocar em xeque a durabilidade do discurso chinês: sua relação com o Vietnã. De acordo com a tabela 2, o Vietnã possui valor estratégico para o governo chinês e ainda existem algumas pendências que podem propiciar um conflito entre os países. Se os chineses mudaram a “ascensão pacífica” por desenvolvimento pacífico para evitar problemas com Taiwan, vamos analisar se com o Vietnã uma futura mudança de nomenclatura resolveria o problema.

CAPÍTULO 3: DIPLOMACIA POSTA À PROVA – AS RELAÇÕES DA CHINA COM O VIETNÃ

Este capítulo analisa as relações da China com o Vietnã. Pela magnitude dos problemas envolvidos e pela relevância regional do país vizinho, trata-se de um caso de grande importância para a diplomacia chinesa, no qual é possível confrontar o discurso chinês sobre a manutenção da paz e a solução pacífica dos conflitos com os problemas concretos colocados pelas disputas territoriais em área muito sensível para suas percepções sobre segurança e projeção externa.

Para alcançar o objetivo proposto, dispusemos esse capítulo em cinco partes. A **Parte I** tem por finalidade discorrer sobre o que é o Vietnã atualmente, abordando temas como sua economia, política, relações bilaterais e multilaterais. A **Parte II** discorrerá sobre as relações entre China e Vietnã, desde a formação da República Popular da China em 1949 e a luta pela independência vietnamita em relação à França, que ocorreu na mesma época, até 2011. Essa parte será a espinha dorsal do capítulo, pois os temas abordados na sequência dialogam diretamente com a história das relações entre os países. A **Parte III** abordará a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, de 1982, de fundamental importância para compreender os acordos firmados entre China e Vietnã, e diversos aspectos dos acordos de China e Vietnã. A **Parte IV** discorrerá sobre a presença norte-americana na região e seus posicionamentos quanto aos temas do Mar do Sul da China/Mar do Leste. A **Parte V** analisará os dois maiores pontos de conflito entre os países: o Golfo de Tonkin e o Mar do Sul da China (para os chineses) ou Mar do Leste (para os vietnamitas)

3.1. O VIETNÃ HOJE

Esta parte do trabalho tem por finalidade apresentar qual é a realidade do Vietnã atualmente, destacando aspectos políticos, econômicos e sociais, para que possamos entender o objeto de estudo com o qual analisaremos a política externa chinesa. Conforme é possível observar no Mapa 1, a disposição geográfica do país é em formato de S, com a China ao norte, o Golfo da Tailândia ao sul, e no centro apenas cinquenta quilômetros separam o Mar do Leste do Laos⁵⁰ (ASHWILL, 2005, p.9). O país está localizado no Sudeste Asiático,

⁵⁰ Mar do Leste é o nome dado pelos vietnamitas para o Mar do Sul da China.

próximo ao Trópico de Câncer, tem clima essencialmente tropical e vasta diversidade biológica e de recursos naturais.

O Vietnã possui cerca de 81 milhões de habitantes, ocupando a 14ª posição de país mais populoso. A diversidade étnica é grande no país, com 54 grupos étnicos distintos, cada um deles com seu próprio dialeto. Cerca de 90% da população é etnicamente vietnamita. A maioria da população vive na região dos dois grandes deltas, o delta do Rio Vermelho no norte e o delta do Rio Mekong no sul. Dentre as minorias étnicas, a etnia chinesa é a maior, com 3% (ASHWILL, 2005, p.11).

Mapa2. Vietnã



Fonte: <http://gis.chinhphu.vn/>

Há quatro religiões principais: em ordem decrescente de praticantes, o budismo, o confucionismo, o taoísmo e o cristianismo. A língua vietnamita também é tonal, como a chinesa, ou seja, uma mesma palavra pode possuir vários significados, dependendo do tom como ela é pronunciada, e o país utiliza o alfabeto latino. Após a queda da União Soviética, o idioma russo foi gradativamente sendo superado pelo inglês como segundo idioma do país, seguido pelo francês, chinês e japonês (ASHWILL, 2005, p.14).

No âmbito político, o Vietnã mantém o sistema de partido único, o Partido Comunista do Vietnã (PCV).. A legitimidade da concentração do poder e das decisões faz parte da Constituição de 1992, a qual também amplia a liberdade social e econômica. Os órgãos

responsáveis pelas tomadas de decisões são a Assembleia Nacional e os Conselhos Populares, controlados e geridos pelo PCV. Além desses órgãos, a principal instância de discussão e decisão relevantes são os Congressos do Partido. Os congressos ocorrem no intervalo de cinco anos e reúnem os líderes do. Nos Congressos são eleitos 150 membros para compor o Comitê Central, que se reúne a cada dois anos (ASHWILL, 2005, p.16). Uma interessante informação é que a população católica vietnamita – cerca de 6 milhões de pessoas – é a mais numerosa dentro dos membros do partido, muito embora o cristianismo seja a quarta religião em proporção numérica no Vietnã (ASHWILL, 2005, p.17).

Sobre o histórico político do Vietnã, alguns fatos merecem ser mencionados e analisados. A República Democrática do Vietnã (RDV) foi estabelecida em Agosto-Setembro de 1945, como resultado imediato da derrota japonesa na Segunda Guerra Mundial e teve como presidente Ho Chi Minh. Olsen (2006, p.1) afirma que o sucesso da Revolução de Agosto, como ficou conhecido o movimento de instauração da RDV, foi tido como uma surpresa para o mundo comunista, o que ele comprova com a ausência de referências aos eventos na imprensa comunista internacional da época.

Entre os primeiros passos políticos de Ho Chi Minh estava a busca por aliados, objetivo pelo qual o presidente trabalhou ativamente. Olsen (2006, p.1) também afirma que para alguns autores vietnamitas os primeiros contatos diplomáticos não foram como a China, em 1950, mas sim com o governo da Tailândia, ainda em 1945.

Entre a Revolução de Agosto e o início das operações militares da França, em dezembro de 1946, Ho Chi Minh e seu governo buscavam aliados capazes de apoiá-lo contra a França e que pudessem contribuir para a reconstrução econômica da RDV. O presidente buscava superar as diferenças entre norte e sul, já que a proclamação de República Democrática era para todo o Vietnã, não apenas para o norte. Os primeiros esforços foram para estabelecer alianças com o Sudeste Asiático, Estados Unidos, União Soviética e China. Segundo Olsen (2006,p.2),

Os primeiros esforços desse tipo [busca por alianças] foram feitos logo após a Revolução de Agosto, quando Ho Chi Minh enviou uma serie paralela de cabos tanto para Stalin quanto para Truman pedindo por reconhecimento. Não houve resposta de nenhum deles. Cooperação com Chiang Kai-Shek também falhou quando ele acordou com a França em retirar as tropas de ocupação chinesas do nordeste da Indochina. Após a eclosão de uma guerra

de grande escala em 1947, o governo da RPV utilizou Bangkok como sua principal saída diplomática.⁵¹

Embora o governo da Tailândia não reconhecesse a República Democrática do Vietnã, o país permitiu que o governo vietnamita estabelecesse um escritório de representação da RDV em Bangkok. Esse escritório foi um importante ponto de ligação vietnamita para com os demais países, por permitia que fossem estabelecidos contatos com outras embaixadas na Tailândia através dele (OLSEN, 2006, p.2). Houve mais tentativas de pedir apoio ao governo norte-americano, desde reconhecimento, empréstimos financeiros para a reabilitação do país, concessões econômicas para negócios norte-americanos no Vietnã, além de apelos para assistência técnica e trocas culturais; todas falharam (OLSEN, 2006, p.3). Assim, Ho Chi Minh decidiu insistir com seus países vizinhos, principalmente os que compartilhavam de governos comunistas, mas mesmo estes – como União Soviética e China – não deram a devida atenção aos apelos nesse momento da história.

Olsen (2006, p.4) afirma que a União Soviética simpatizou com o caso vietnamita, mas mesmo assim não se comprometeu com nenhuma assistência específica em ajudar o país, como o governo do Vietnã esperava. A autora também argumenta que, nesse momento, a URSS estava com suas preocupações voltadas para a Europa, principalmente com seu relacionamento com Grã-Bretanha e França, além dos Estados Unidos (OLSEN, 2006, p.4). Em relação à China, nos anos que precederam o estabelecimento da República Popular da China, os contatos entre os países eram limitados, mesmo Ho Chi Minh tendo trabalhado na China na década de 1920⁵². As relações entre China-Vietnã-União Soviética terão uma secção particular na próxima parte do trabalho, por se tratarem de relações complexas e de extrema importância para o curso histórico desses três países.

Diplomaticamente, o Vietnã desde o início de sua história contemporânea buscou estabelecer alianças com outros países, seja em busca de ajuda ou de afirmação no cenário internacional. Hoje, o principal veículo das relações diplomáticas vietnamitas é feito por meio da Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), do qual passou a fazer parte em 1995. Thayer (2007, p.35) afirma que a adesão vietnamita à ASEAN foi motivada por uma mistura de fatores políticos, estratégicos e econômicos; e destaca três principais fatores: a) um

⁵¹ Uma série paralela de cabos é um cabo utilizado na área de informática, composto por 2 saídas e 1 entrada, todas ligadas no mesmo fio. Creio que foi uma metáfora usada por Ho Chi Minh, simbolizando Vietnã, Estados Unidos e União Soviética “conectados”, principalmente porque a petição do presidente vietnamita era por reconhecimento e suporte. Ou seja, os três países entrariam em concordância e estariam juntos.

⁵² Segundo Olsen (2006, p.11), Ho havia sido enviado a China pela *Communist International*, para assistir o embaixador russo Mikhail Borodin.

ambiente externo favorável, com relações pacíficas e amistosas com os países vizinhos; b) posição reforçada na ampla região da Ásia-Pacífico e do mundo; e c) cooperação econômica. Além disso, o autor é incisivo ao afirmar que a adesão à ASEAN simbolizava uma mudança na orientação da política externa vietnamita, que visava superar seu legado histórico de desconfiança entre seus vizinhos, herdado da Guerra do Vietnã e do conflito no Camboja. Essa nova orientação da política externa também condizia com a política de portas abertas⁵³, conhecida como *doi-moi*, iniciada ainda no período da Guerra Fria, 1986 (HOLMES, 2007, p.15)⁵⁴.

Outro fator que motivou o ingresso na ASEAN também diz respeito à questão da identidade estatal do país. Segundo Thayer (2007, p.36),

O argumento de tentativa é que há uma forte ligação entre a busca por uma nova identidade estatal no período pós Guerra Fria e a formulação da política externa em Hanói. Essa busca por uma nova identidade estatal – a qual é compatível com a identidade dos países da ASEAN – sugere que o Vietnã poderia forjar um relacionamento cooperativo mais próximo com os estados da ASEAN, e que a associação para com a ASEAN iria informar o presente e o futuro da política externa do Vietnã⁵⁵.

Dessa forma, além dos motivos econômicos e políticos, a associação à ASEAN também tinha caráter ideológico para o governo vietnamita, interessado em ampliar suas relações bilaterais para multilaterais, principalmente com seus vizinhos. Este foi o caso chinês, por exemplo, onde a relação que era bilateral alcançou a esfera multilateral já que os países passaram a dialogar no âmbito da ASEAN.

Em termos econômicos, a ASEAN também foi responsável por alguns ganhos para o país. No início da década de 1980, o Vietnã começou o processo de transformação econômica, com a introdução progressiva de elementos de mercado em uma economia até então socialista (ASHWILL, 2005, p.18). Segundo Ashwill (2005, p.19), a partir de 1986⁵⁶ o país começou a

⁵³ A política de portas abertas consistia em abrir-se para novas relações econômicas com outros países.

⁵⁴ Holmes (2007, p.15) afirma que essa política já havia sido traçada durante o período da Guerra Fria, mas que o período em que foi lançada coincidiu com a política da *perestroika* soviética, ou seja, era uma nova forma política de pensamento.

⁵⁵ Argumento de tentativa refere-se às primeiras aspirações de ingressar à ASEAN.

⁵⁶ Ano em que a política do *doi-moi* teve início.

apresentar um crescimento econômico expressivo, responsável por fazer analistas internacionais e economistas preverem que o país seria o próximo tigre asiático⁵⁷.

De acordo com dados do site oficial da ASEAN⁵⁸, a reforma iniciada no Vietnã em 1986, visava também reformar os sistemas legal, bancário, fiscal, monetário; controlar a inflação e os orçamentos nacionais, além de criar um ambiente atrativo para investimentos, principalmente investimentos externos diretos. Além do mais, com a queda da União Soviética, o Vietnã encontrou-se economicamente isolado, pois sua principal parceria econômica era até então com os países que faziam parte do Conselho de Assistência Econômica Mútua (COMECON), grupo que reunia países socialistas para cooperarem economicamente em torno da URSS (HOLMES, 2007, p.13). Isso também contribuiu para a adesão a ASEAN e deu resultados positivos para seu setor econômico.

De acordo com dados da ASEAN, no período de 1991-1995, o crescimento do PIB vietnamita foi de 8,2%. Além disso, os números também mostram que o país tem alcançado uma transição de país essencialmente agricultor para industrial. Segundo a ASEAN, o setor industrial cresceu 10% desde 1991; a indústria e construção juntas cresceram para 30% do PIB; e o setor de serviços é hoje 43% do total do PIB, enquanto era em 1990, 39%.

Os principais produtos exportados pelo Vietnã são petróleo bruto, arroz, café, frutos do mar, borracha e têxteis; e os principais destinos dessas exportações são Estados Unidos, Japão, União Europeia – especialmente Reino Unido, Alemanha e França -, China, Singapura, Taiwan e Austrália (ASHWILL, 2005, p.21). Estados Unidos e Vietnã assinaram um acordo bilateral que exponenciou as trocas comerciais entre eles, passando de praticamente zero, em 1990, para mais de US\$3 bilhões em 2003, fazendo do país norte-americano o principal destino das exportações vietnamitas, superando em muito ao Japão (ASHWILL, 2005, p.21).

Em relação aos benefícios alcançados com a adesão à ASEAN, o Vietnã encontrou um meio de catalisar suas reformas domésticas, ampliou os investimentos externos através dos países que fazem parte do grupo e deu um importante passo para a integração regional e global (THAYER, 2007, p.37). Os principais investimentos externos diretos feitos no Vietnã em 1997, por exemplo, eram de Singapura, Malásia e Tailândia. Além disso, cerca de 30% das exportações vietnamitas destinam-se aos países do grupo e cerca de 50% de suas importações proveem dos países do grupo (THAYER, 2007, p.38). A associação à ASEAN

⁵⁷ Os tigres asiáticos eram países que apresentaram um rápido processo de industrialização na década de 1970, sendo eles Cingapura, Hong Kong, Coreia do Sul e Taiwan. Considerar Vietnã um próximo tigre seria coloca-lo com papel de destaque na região.

⁵⁸ <http://www.aseansec.org/10098.htm>

também diminuiu as consequências da crise asiática, de 1997, haja vista que os países procuraram se ajudar mutuamente para superação da crise.

Ainda em termos econômicos, o Vietnã passou a fazer parte Área de Livre Comércio da ASEAN (*Asean Free Trade Area – AFTA*), eliminou algumas barreiras tarifárias nos países do grupo e visava criar uma base única de produção para os países. Os países acordaram em reduzir gradativamente suas tarifas e ampliar a cooperação na região (THAYER, 2007, p.41). O Vietnã também aderiu à Cooperação Econômica da Ásia-Pacífico (APEC), em 1998, como resultado positivo de sua política de integração regional. Para Thayer (2007, p.42), é preciso notar que o crescimento do comércio do Vietnã com a ASEAN é marcado pelo simultâneo crescimento do volume de comércio do país com a China e Estados Unidos.

A a política de portas abertas do Vietnã, iniciado em 1986, foi um importante passo para a abertura econômica do país e a sua consequente modernização. Embora o país ainda esteja sobre os pilares socialista em sua estrutura de governo, seus líderes estão cada vez mais engajados no cenário internacional, principalmente na esfera regional, onde foi ativo para reivindicar a participação de Myanmar e Laos na ASEAN (THAYER, 2007, p.38). Diante do panorama apresentado, a próxima parte do trabalho se dedicará em analisar especificamente as relações do Vietnã com a China, para então entendermos os problemas que envolvem ambos os países, que questionam até mesmo a estabilidade na região.

3.2. AS RELAÇÕES ENTRE CHINA E VIETNÃ A PARTIR DE 1949

As relações contemporâneas entre os dois países datam de 1949, com a formação da República Popular da China. O passado milenar, contudo, permanece como uma referência e em alguns momentos esse passado é retomado, principalmente quando entendemos como o nacionalismo de ambos os países tem influenciado nas questões conflitantes entre eles, como é o caso do Mar do Sul da China/Mar do Leste.

Basicamente, as relações contemporâneas entre China e Vietnã podem ser consideradas assimétricas e oscilantes. Assimétricas, pois ampla desigualdade entre si - participação na economia mundial, PIB, população, importância no sistema internacional e outras. Oscilantes, pois há diversos momentos de aproximação entre os países e momentos de distanciamento. Numa linguagem poética, resumem-se em relações de amor e ódio.

Conforme analisado no capítulo anterior, o fato de o Vietnã estar na esfera regional chinesa dá a ele peso significativo no cálculo das ações políticas da China. Viu-se também como é importante para o governo chinês estar atento às ações políticas dos países vizinhos, pois estas determinam a postura que irá se tomar, seja ela mais branda ou mais assertiva. Essa diferença de postura é clara nas relações sino-vietnamitas, pois houve momentos em que o Vietnã reivindicou algumas ilhas no Mar do Sul da China/Mar do Leste e o governo chinês recorreu a posturas assertivas, inclusive militares, bem como houve momentos em que os chineses apoiaram o governo vietnamita economicamente. Assim, entender como essa relação de desenvolveu ao longo dos anos é de fundamental importância para pensarmos quais as possibilidades da China abandonar seu discurso de desenvolvimento pacífico quando confrontada diretamente.

Pode-se dividir a história recente das relações entre esses países em três fases: 1949-1975; 1975-1991; 1992-2011. Faremos uma breve análise de cada uma delas separadamente, para melhor compreensão.

3.2.1. 1949-1974: “Sem perder a oportunidade”

Carlyle Thayer (2010, p.1) define as relações entre esses países nessa primeira fase como “próximas como lábios e dentes”. A China, logo após estabelecer-se como República Popular e instaurar o socialismo como forma de governo, vê o Vietnã como um possível aliado, principalmente por fazer parte de sua esfera regional e decide por apoiar o Vietnã em sua luta contra a dominação colonial francesa. “Sem perder a oportunidade” como denominamos essa fase das relações sino-vietnamitas, deve-se ao fato de a China ter sido primeiro país a reconhecer o comunismo vietnamita, em Janeiro de 1950 (THAYER, 2010, p.393), não dando espaço para que outra influência, principalmente ocidental, pudesse chegar primeiro ao seu vizinho.

Em 1954, o Vietnã alcançou sua independência, mas não como esperado. Com o encerramento da Primeira Guerra da Indochina, como ficou conhecida a luta vietnamita contra os franceses, os Acordos de Genebra decidiram por dividir o Vietnã em Norte e Sul por meio do Paralelo 17, o que não satisfaz os vietnamitas, que agora reivindicavam sua reunificação. Não tardou para que a Segunda Guerra da Indochina se iniciasse.

O contexto internacional era da Guerra Fria. Os Estados Unidos lutavam contra o socialismo em escala mundial e viram no Vietnã a possibilidade de se reafirmarem nessa luta,

mostrando disposição em “ajudar” àqueles que não quisessem aderir ao lado soviético. No caso, o país americano “dispôs-se” a ajudar o Vietnã do Sul na resistência ao socialismo do Vietnã do Norte. Segundo Pecequillo (2005, p.187), “estrategicamente, além de ser considerado um ponto de referencia e exemplo para a política no Terceiro Mundo, o conflito em si foi analisado como de fácil resolução e pouco risco pelos norte-americanos”. A autora afirma que para os analistas americanos o Vietnã do Sul tinha grandes chances de resistir ao comunismo do Norte e que para isso não eram necessários grandes esforços norte-americanos, mas apenas uma ajuda mínima, o que se mostrou uma inverdade conforme o confronto se desenvolveu.

Estrategicamente, o Vietnã sempre fora mais importante na retórica das presidências democratas, que passaram a imagem de um dominó essencial na Ásia, do que na realidade da ordem global, ou mesmo regional. [...] nem China, nem União Soviética tinham interesses imediatos na região, preferindo concentrar-se em outras áreas, especialmente depois que os Estados Unidos se envolveram no conflito. (PECEQUILO, 2005, p.189)

Kissinger (2007, p.576) também deixa clara a posição chinesa durante o confronto:

[...] a avaliação de Washington quanto ao contexto internacional global tornara-os excessivamente preocupados com a intervenção chinesa, ignorando a declaração de Lin Piao segundo a qual os exércitos chineses não iriam para o estrangeiro, que foi reiterada por Mao ao Edgar Snow, jornalista americano simpatizando dos comunistas chineses. Mao disse a Snow que a China não tinha tropas no exterior de suas fronteiras e não tinha qualquer intenção de lutar contra quem quer que fosse, exceto se seu território fosse atacado.

Kissinger ainda afirma que os norte-americanos menosprezaram o alerta chinês de não intervenção no conflito e isso também se somou aos motivos que levaram à derrota não esperada dos Estados Unidos na região. Em junho de 1975, os dirigentes de Hanói iniciaram campanhas publicitárias para a reunificação do país, que fora alcançada no final do mesmo ano (KISSINGER, 2007, p.609). Ou seja, a derrota norte-americana já era evidente haja vista tais propagandas.

Conforme vimos, a China não interviu diretamente no conflito entre Estados Unidos e Vietnã, que perdurou de 1965-1973. Ou seja, o governo chinês não enviou tropas chinesas para lutar contra os americanos, mas deu suporte moral – se assim pudermos classificar – aos vietnamitas, como apoio diplomático, econômico e militar, como armas e treinamentos.

Também é importante destacar que o governo chinês já dialogava com os norte-americanos sobre uma reaproximação dos países⁵⁹, portanto não era interessante levantar-se explicitamente contra os Estados Unidos naquele momento. Além do apoio moral, após a saída da guerra, o governo chinês ajudou a revitalizar a economia vietnamita, inclusive fazendo contribuições consideráveis para o aumento do seu Produto Interno Bruto (PIB). Segundo Hongyi (2009, p.517), a ajuda política, econômica, diplomática e militar fornecida pela China durante todo o período totalizou um montante de mais de US\$20 bilhões. Além do mais, a política adotada pelo Vietnã durante esse período (1949-1975) refletia a necessidade de solidariedade dos países socialistas, tal como a China, para sua sobrevivência nacional, já que enfrentou países como França e EUA.

Apesar de ser um período turbulento, é possível classificar essa primeira fase das relações sino-vietnamitas como amistosas. Os países possuíam uma identidade política comum, por serem ambos socialistas, o que permitiu a aproximação entre eles. A China apoiou o governo vietnamita durante a luta contra a França e os Estados Unidos, ajudando da maneira que convinha com seus objetivos políticos na região. O fato de a China ajudar financeiramente, como se viu, também favoreceu que as relações entre os países permanecessem estáveis durante esse período. Antes de encerrarmos esse período e iniciarmos o próximo, onde as relações sino-vietnamitas tornam-se conflituosas, é necessário fazermos uma análise do bloco socialista nesse mesmo período, ou seja, analisarmos como as relações entre China, União Soviética e Vietnã se desenrolaram, pois as oscilações nessa relação triangular tiveram consequências importantes na história sino-vietnamita.

3.2.2. A relação triangular URSS-China-Vietnã

Em 1950, o sucesso do comunismo chinês forçou Stalin a olhar com mais atenção não só para a China, como também para o Vietnã. Segundo Olsen (2006, p.12), não tardou para que os analistas soviéticos reconhecessem que a vitória do Exército de Libertação Popular da China tivesse grande influência na vitória do povo vietnamita em sua busca pela independência. A autora ainda expõe que na reunião dos líderes chineses e soviéticos em Moscou, no verão de 1949, Stalin sugeriu que a China tivesse a maior responsabilidade em apoiar os movimentos revolucionários nas colônias asiáticas, uma vez que a República

⁵⁹ Os países haviam rompido as relações diplomáticas em 1950. O tema da reaproximação chinesa e norte-americana foi tratado no Capítulo 2 com mais detalhes.

Popular estava em vigor. Ou seja, Stalin dava mais liberdades aos chineses de terem maior responsabilidade – e maior influencia – sobre o Vietnã.

Após a conferência de Genebra, onde se determinou a divisão do Vietnã em Norte e Sul, a principal preocupação soviética era como alcançar a chamada “paz ofensiva” em relação ao Ocidente, enquanto fortalecia sua relação com a China. Essa correlação de políticas não era um objetivo fácil, principalmente sem que as relações com o Vietnã tivessem que ser sacrificadas (OLSEN, 2006, p.48). Vimos nesse capítulo que o posicionamento soviético deixou a desejar no início da história recente do Vietnã, sobretudo na sua busca por aliados, que, não era de se surpreender que em mais um momento, as relações com o Vietnã fossem para segundo plano dentro da Guerra Fria.

De certa forma, a ausência soviética no Vietnã deu margem para o crescimento chinês no país, isso fica claro nas palavras de Olsen (2006, p.48):

A China desempenhou um papel importante no Vietnã durante estes anos [após a Conferência de Genebra], não apenas devido a sua contribuição à reconstrução da sociedade vietnamita, em termos de dinheiro e mão de obra. Cooperação com a China rapidamente se tornou uma condição para o engajamento soviético no Vietnã, e o pronunciamento de Beijing no final de 1955 sobre a retirada parcial chinesa do Vietnã foi vista com muita preocupação por Moscou. No entanto, Moscou continuava a enfatizar tanto a importância do bom funcionamento da parceria sino-soviética no Vietnã quanto à participação vital da China como o principal provedor e organizador da ‘ajuda e conselhos aos amigos vietnamitas em decidir importantes questões em sua política doméstica e externa.

Nos anos que se seguiram a Conferência de Genebra, podemos classificar quatro principais tópicos que envolviam as relações triangulares entre China-URSS-Vietnã: a) a reconstrução e consolidação do Vietnã; b) a luta para implementar as disposições do acordo alcançado em Genebra, principalmente as consultas e realizações de todas as eleições livres vietnamitas; c) o 20º Congresso do Partido Comunista Soviético e seus impactos nas relações com o Vietnã e; d) as discussões de Hanói sobre uma nova e mais militante estratégia de reunificação (OLSEN, 2006, p.49).

Os esforços soviéticos para uma relação mais profunda com o Vietnã foram considerados de baixo nível, concentrando-se principalmente com comunicações oficiais, pois enquanto não houvesse problemas considerados sérios para os soviéticos, não havia a necessidade de intervir na questão vietnamita. Para se ter uma ideia, a primeira embaixada soviética em Hanói foi estabelecida em 1954 apenas para manter contatos mais próximos com os líderes da República Democrática do Vietnã, já que eles dependiam dos contatos chineses

para falar com os vietnamitas. Além do mais, o estabelecimento da embaixada soviética em Hanói também era um importante recurso para que os soviéticos estudassem os chineses, aliados mais próximos da União Soviética (OLSEN, 2006, p.49).

Embora a presença chinesa fosse bem mais expressiva no Vietnã, a União Soviética procurou se aproximar do país também como uma forma de testar suas relações com a própria China. Para os soviéticos, o Vietnã seria uma forma de identificar o nível de cooperação que os chineses estariam dispostos a ter para com eles, afinal, a relação sino-soviética seria vital para a sustentação do governo vietnamita. Para comprovar as intenções de aproximação, em 1955, os soviéticos formalizaram o primeiro acordo de assistência econômica com o Vietnã durante uma visita do líder vietnamita Ho Chi Minh a Moscou. A visita também discutiu o que viria ser as bases do engajamento soviético no Vietnã, temas envolvendo política, economia, setor militar e cultural nas relações entre Moscou e Hanói (OLSEN, 2006, p.52).

Em relação ao segundo tópico importante da relação triangular URSS-China-Vietnã, as eleições livres no Vietnã visando à reunificação do país, alguns problemas surgiram. A União Soviética enfatizava a necessidade dos esforços diplomáticos para o cumprimento do Acordo de Genebra e Hanói também se esforçava para que as consultas sobre o tema pudessem ser iniciadas, quando o Vietnã do Sul recuou devido a influência norte-americana na região e ao temor dos franceses em seu território, já que os mesmos foram “forçados” a sair. Tanto para os soviéticos quanto para os norte-vietnamitas, a presença francesa na região era uma maneira de garantir com que o Acordo de Genebra pudesse ser cumprido mais fielmente e com a chegada americana na região, as chances de uma solução pacífica para a reunificação dos países foi diminuindo gradualmente (OLSEN, 2006, p.56). A reação chinesa aos episódios foi a tentativa de clamar por uma nova conferência, ideia desacreditada por soviéticos, mas apoiada pelos norte-vietnamitas. Tanto soviéticos quanto chineses acordaram em prorrogar a resolução do tema das eleições, entendendo que o governo de Hanói deveria abrir concessões para que a paz permanecesse na região.

No entanto, em meio a esta “crise” doméstica no Vietnã, formuladores políticos da China e da União Soviética entenderam que havia outras prioridades em questão concomitante as eleições vietnamitas. Aqui entraremos no período em que as relações sino-soviéticas começam a se deteriorar. O início das tensões sino-soviéticas se dá durante o 20º Congresso do Partido Comunista da União Soviética, em 1956, devido ao discurso do líder soviético Nikita Khrushchev. De modo geral, o líder soviético argumentava favoravelmente a uma transição pacífica ao socialismo e insistia que a guerra entre o Norte e o Sul poderia ser

evitada (OLSEN, 2006, p.59). A nova diretriz da política externa soviética, que endossava a coexistência pacífica, seria difícil para a adaptação chinesa, que tinha atitudes ofensivas, ou seja, atitudes determinadas a continuar com o caráter expansivo do socialismo. Todavia, a grande reivindicação da China com relação ao discurso foi o fato de não ter tido uma consulta prévia ao governo chinês sobre as posturas que seriam defendidas pelos soviéticos a partir de então (OLSEN, 2006, p.60).

A reação vietnamita em relação ao discurso foi, a princípio, um mal-estar, pois os líderes não sabiam identificar como a nova doutrina socialista iria afetar as diretrizes da política externa vietnamita. Na primavera de 1956, finalmente, o governo de Hanói publicou um documento onde declarava seu apoio total às resoluções do congresso. Tal atitude não agradou os chineses, que, conjuntamente aos problemas ocasionados com a reforma agrária vietnamita, optou por retirar os conselheiros chineses do Vietnã (OLSEN, 2006, p.65). Agora os vietnamitas viam-se mais alinhados as ideias soviéticas do que aos posicionamentos chineses.

Outro importante fato para a deterioração das relações sino-soviéticas foi a política de desenvolvimento pós-revolucionária de Mao Zedong, que encorajava o povo a ter um olhar mais crítico sobre o que havia sido alcançado até então. O movimento ficou conhecido como “*Cem Flores*” (1956-1957)⁶⁰, devido ao seguinte comentário do líder chinês: “Deixe centenas de flores desabrocharem, deixe centenas de escolas de pensamento argumentarem”⁶¹ (BROWN, 2009, p.315).

A reação soviética foi imediata. Nikita Khrushchev, líder soviético, acreditava que “deixar as flores desabrocharem” nada mais era do que uma provocação chinesa. Segundo ele, “Mao finge estar abrindo os portões da democracia e da liberdade de expressão. Ele quer incitar as pessoas a expressarem seus pensamentos mais secretos, ambos em discurso e em versão impressa, para que então ele possa destruir aqueles cujos pensamentos ele considere prejudicial.” (BROWN, 2009, p.315). Houve também troca de “elogios” entre soviéticos e chineses, em que os chineses chamavam soviéticos de revisionistas, devido à política de coexistência pacífica; e soviéticos chamavam chineses de dogmatistas, já que defendiam a política de linha dura stalinista. (BROWN, 2009, p.319)

Em 1958, durante a visita de Khrushchev à China, o líder soviético criticou a postura relutante chinesa ao não permitir que submarinos soviéticos utilizassem os portos chineses ou que estações de rádio fossem alocadas no território chinês para comunicação com a frota

⁶⁰ Outra maneira de definir esse movimento é “Desabrochar de Cem Flores”.

⁶¹ “Let a hundred flowers bloom, let a hundred schools of thought contend”

soviética. A resposta de Mao foi ofensiva, pois comparou as ambições soviéticas às atitudes do Japão e Grã-Bretanha no passado, ou seja, embora não tenha dito que eram atitudes imperialistas, a sugestão ficou clara (BROWN, 2009, p.320). Mao Zedong também desaprovou a visita de Khrushchev aos Estados Unidos em setembro de 1959.

As divergências cresciam constantemente até que no período de 1963-1964, União Soviética e China claramente possuíam um relacionamento antagônico. Segundo Brown (2009, p.322), “a ideia do Comunismo como uma ideologia que uniu revolucionários e ‘anti-imperialistas’ ao redor do mundo sofreria um golpe do qual nunca mais se recuperaria totalmente”. Ou seja, o antagonismo entre chineses e soviéticos seria um golpe do qual o socialismo muito provavelmente não se recuperaria. Nesse período também se inicia a Guerra do Vietnã, que mesmo que colocasse União Soviética e China do mesmo lado – Vietnã do Norte – não reatou a relação amistosa entre os países.

Em 1969, os países também se envolveram em disputas fronteiriças, que aumentaram as tensões sobre uma guerra entre os gigantes comunistas, que na verdade não evidenciavam as diferenças territoriais entre eles, mas as diferenças ideológicas que já se haviam instalado entre Beijing e Moscou. Enquanto Moscou discursava sobre uma coexistência pacífica, procurando evitar que outra ideologia que não fosse o comunismo se disseminasse por seu país e fazendo o melhor para promover as ideias comunistas em outros países; Beijing parecia estar pronto para considerar a guerra como um recurso viável de se propagar o comunismo, embora as atitudes de Mao demonstrassem muito mais cautela com essas atitudes na arena internacional que seu discurso (BROWN, 2009, p.323).

Fato é que a década de 1970 se inicia e uma reviravolta no mundo comunista acontece. Conforme verificamos no capítulo anterior, a China vê-se isolada internacionalmente e decide por uma reaproximação com os Estados Unidos em 1973, quando Nixon e Kissinger visitam o país. Esse foi o golpe final nas relações sino-soviéticas e provavelmente o início da queda soviética no mundo. Também foi um ato decisivo para o relacionamento sino-vietnamita, que preferiu continuar alinhado à URSS após o conflito com os Estados Unidos. Na próxima parte do capítulo abordaremos os problemas que emergiram nas relações entre China e Vietnã nos anos que se seguiram.

3.2.3. 1975-1991: Problemas e Distanciamentos

As relações sino-vietnamitas começaram a se deteriorar assim que o Vietnã se reunificou e ressuscitou o sonho francês de uma “Federação Indochina”. Segundo Hongyi (2009, p.518), o grupo conhecido como *Le Duan Group*, grupo que assumiu o poder após a reunificação, estava militarmente forte após a derrota dos Estados Unidos, possuindo um exercito de cerca de 1.26 milhões de pessoas e herdado bilhões de dólares em materiais deixados pelos norte-americanos. Sob o lema de “Terceiro Poder Militar Mundial” e juntamente com grande capacidade bélica os vietnamitas trouxeram à tona a ideia de uma Federação Indochina que ocupasse todo o Sudeste Asiático, ideia esta já idealizada no período de dominação francesa.

No final de 1976, a IV Assembleia do Partido Comunista Vietnamita decidiu estabelecer uma política expansionista designada para tomar posse de Laos e Camboja. Nesse período o distanciamento entre China e União Soviética abriu espaço para que o Vietnã tivesse mais de uma opção para se aliar. Com a URSS, o Vietnã assinou um Acordo de Amizade e Cooperação, em 1978, além de aderir ao *Council for Mutual Economic Cooperation* (Comecon). Esses fatores colaboraram para iniciar a distancia entre chineses e vietnamitas.

Outros fatores também surgiram que solidificaram essa distancia e despertaram o ódio entre os países. O primeiro deles foi o fato do governo vietnamita reivindicar, em 1976, seis ilhas do Mar do Sul da China/Mar do Leste, que até então estavam sob jurisdição chinesa. Esse assunto até hoje ainda não foi resolvido e será tratado com mais cuidado na Parte IV deste capítulo. Ainda em relação à China, após tomar posse dessas ilhas, o Vietnã começou um processo de “purificação” da região, iniciando algumas retaliações contra os chineses que habitavam ali. Segundo Hongyin (2009, p.518) cerca de 270.000 chineses tiveram que voltar a China.

Algumas atitudes expansionistas começaram a ser tomadas pelo governo do Vietnã. Em julho de 1977, o governo vietnamita pressionou Laos a assinar um tratado de 25 anos chamado *Treaty of Friendly Cooperation*, além de uma série de outros tratados que visassem estabelecer uma “fronteira amigável”. Por meio desses tratados, Laos passou a estar sob o controle do governo vietnamita, que passou a enviar tropas ao seu país, além de se envolver nos ministérios que compunham a política laosiana, tais como cultura, economia e política externa (HONGYI, 2009, p.518).

As ações no Camboja também não demoraram a se iniciar. Em 1978, o governo do Vietnã mobilizou cerca de 20.000 militares atacarem o Camboja e já em janeiro de 1979

ocupou a capital cambojana Phnom Penh. Com essa ação, o governo vietnamita não deixou escolha para o governo chinês, que teve que se posicionar mais assertivamente. A China repudiou a ação vietnamita e passou a prover apoio militar ao governo cambojano, além de agir militarmente contra o expansionismo vietnamita.

Diante desses fatos, as relações sino-vietnamitas se deterioraram acentuadamente. O conflito entre os países perdurou mais de uma década até que a União Soviética viesse a desmoronar. A queda da União Soviética teve consequências diretas sobre o Vietnã. A primeira delas foi economicamente, pois o governo vietnamita fazia parte do Comecom desde 1978, o que significava que o país possuía acordos comerciais preferenciais que davam acesso a alguns mercados e destinavam seus produtos a outros. Ou seja, o Vietnã era interdependente da economia do bloco soviético, conforme podemos observar nas tabelas abaixo (Tabela 3 e Tabela 4) onde estão dispostas informações sobre as importações e exportações do país.

Tabela 3. Importações do Vietnã por origem (%), 1980-2004

	1980	1985	1989 ^a	1989 ^b	1995	2000	2002	2004
USSR	18.3							
CEE ^b					2.5			
Comecon		>73.2	67.0	79.3	N.A. ^c	N.A.	N.A.	N.A.
Singapore	6.9	7.0			16.7	17.2	12.8	10.5
Thailand					4.4	6.9		6.2
Japan	15.8	8.2		6.4	8.6	16.3	12.7	10.5
India	12.9							
Hong Kong	6.2	3.0			5.9	4.5		4.0
China					6.7	12.7	10.9	13.7
Taiwan					9.5		12.9	11.3
Korea (South)					12.6	13.9	11.6	10.8
United States		None		0.8	1.6	2.9		
EU ^d		3.0		2.8	8.1	>4.3		

Fonte: HOLMES, Leslie. Vietnam in a Comparative Communist and Postcommunist Perspective. In *Vietnam's New Order: International Perspectives on the State and Reform in Vietnam*. Series in International Relations and Political Economy. 2007. p. 23

Notas: b. Europa Central e Oriental incluindo Rússia. c. Nas tabelas 1 e 2, NA significa não aplicável. d. União Européia, Comunidade Econômica Europeia até o começo de 1990.

Tabela 4. Exportações do Vietnã por destino (%), 1980-2004

	1980	1985	1989 ^a	1989 ^b	1995	2000	2002	2004
USSR	11.6							
CEE ^a					2.5			
Comecon		>59.5	40.7	58.8	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
Singapore	11.4	8.6			7.1	4.7	5.8	4.8
Japan	31.0	9.1		13.5	27.3	15.0	14.6	13.6
Hong Kong	14.1	13.8			2.8			
China					5.3	5.3	9.0	9.0
United States ^b		None	None	None	3.3	4.9	14.5	20.2
EU ^c		3.1		3.8	>18.3	>14.7		>10.5
Australia						7.9	8.0	7.0

Fonte: HOLMES, Leslie. Vietnam in a Comparative Communist and Postcommunist Perspective. In_Vietnam's New Order: International Perspectives on the State and Reform in Vietnam. Series in International Relations and Political Economy. 2007. p. 23

Notas: a. Europa Central e Oriental incluindo Rússia. b. Os Estados Unidos impôs um embargo ao Vietnã até 1994. c. União Européia, Comunidade Econômica Europeia até o começo de 1990

Cerca de 75% das importações vietnamitas eram originárias do Comecon e cerca de 60% de suas exportações eram destinadas aos países que compunham o grupo, portanto, a queda na União Soviética incidiu com força na economia vietnamita (HOLMES, 2007, p.11).

Além das questões econômicas, a questão política também sofreu consequências, principalmente na arena internacional. Os vietnamitas, embora não tivessem recebido todo o apoio que os soviéticos podiam oferecer – apoio econômico, social, moral - , possuíam uma identidade compatível com a URSS, já que ambos eram socialistas, estavam na mesma região geográfica e buscavam objetivos similares. Estar ao lado de uma superpotência era algo que marcava a identidade vietnamita, que com a queda soviética viu-se seu um poder para se apoiar, a não ser seu arque inimigo, Estados Unidos. Isso trouxe uma desorientação para os vietnamitas quanto a quem se aliarem (HOLMES, 2007, p.13)

A globalização também foi um fator importante para que o Vietnã percebesse que estava isolado internacionalmente e que não poderia evitar uma mudança em seu modo de atuar no sistema internacional. Os exemplos que permaneceram após a queda União Soviética eram de estados considerados falidos, tais como Cuba e Myanmar, logo, não eram, bons exemplos a se seguir. A China já havia abraçado o mercado globalizado e já estava ganhando destaque na esfera internacional, tornando-se, assim, uma referencia para o Vietnã, que voltaram a cogitar uma reaproximação com o país. Do outro lado, a China começa a dar mais

valor ao seu entorno regional devido ao rejuvenescimento da hegemonia americana, e pensar nas relações com o Vietnã passa a ser uma prioridade.

3.2.4. 1991-2011: A reconciliação

Isolado internacionalmente, o Vietnã começa a pensar na possibilidade de reconciliação. A China, após o incidente de Tiananmen, vê-se na necessidade de melhorar sua imagem internacional, então, cogita apaziguar as tensões com seus vizinhos. O primeiro passo é dado pelo governo vietnamita que, em setembro de 1989, retira suas forças militares de Camboja e abre espaço para um novo diálogo. Em setembro de 1990, uma reunião secreta dos líderes dos partidos de ambos os países acontece na China e inicia-se o processo de normalização das relações sino-vietnamitas. Entretanto, apenas em novembro de 1991, o Secretario Geral do Partido Comunista Vietnamita, Do Muoi, e o Primeiro Ministro do Conselho dos Ministérios Vietnamita, Vo Van Kiet visitaram a China e os países anunciaram conjuntamente a normalização das relações sino-vietnamitas, pondo um fim num, confronto de dezesseis anos (THAYER, 2010, p.394).

Depois da normalização oficial das relações dos países, as questões de fronteira logo apareceram como uma necessidade a ser resolvida sem demora. Dois pontos compõem essas prioridades: o Golfo de Tonkin e o Mar do Sul da China/Mar do Leste, as quais serão abordadas na Parte IV com detalhes. Com essas pendências, os países passam a fazer mais expedições oficiais e dialogarem mais sobre o assunto. Os quadros (Quadro 1 e Quadro 2) abaixo mostram como foram as visitas entre as delegações de ambos os países.

Quadro 1. Visita das Delegações de Defesa do Vietnã para a China

Date	From Vietnam to China
1991 July	Defence Minister
1992 December	Defence Minister
1998 January	Defence Minister
2000 July	Defence Minister
2002 July	Chief of the General Political Department
2002 October	Chief of the General Political Department
2003 October-November	Chief of the General Staff
2003 November	
2004	<i>No delegation recorded</i>
2005 April	Deputy Chief of the General Staff
2005 June	
2005 October	Defence Minister
2005 November	Chief of the General Political Department
2006 September-October	
2006 October	Chief of the General Political Department
2007 April	Commanders Military Regions 1, 2, 3, 7 and Capital Military Region
2007 August	Defence Minister
2007 October-November	
2008 January	Deputy Minister of National Defence
2008 April	Navy Commander
2008 September	Deputy Chief of the General Staff
2008 November-December	Chief of the General Staff
2009 May	

Fonte: THAYER, Carlyle. Vietnam's relations with China, North Korea and the United States. South Asia Research Centre. Hong Kong. June, 2010. P.11

Quadro 2. Visita das Delegações de Defesa da China para o Vietnã

Date	From China to Vietnam
1993 May	Defence Minister
2000 March	
2002 January	
2002 April	Commander of Border Military Area Command
2004 February	
2004 March	Deputy chief of the PLA General Staff
2004 May	
2004 June	
2004 December	Deputy Director PLA's General Political Department
2005 June	
2005 July	Central Military Commission
2006 April	Defence Minister
2006 June	
2006 July	
2006 December	Cheng Du Military Command
2007 April	Commander, Guangxi Military Region
2006 May-June	Chief of the General Staff
2007 November	
2007 November	Chief of the General Political Department
2007 December	
2008 May	
2008 November	Deputy Chief of the General Political Department
2009 March	Chief of the General Staff
2009 June	

Fonte: THAYER, Carlyle. Vietnam's relations with China, North Korea na the United States. South Asia Research Centre. Hong Kong. June, 2010. P.12

Percebe-se que houve uma intensificação das relações entre os países com o aumento das visitas, principalmente a partir do ano 2000. As relações políticas bilaterais entre os países foram formalizadas em março de 1999, numa reunião entre o Secretario Geral vietnamita Le Kha Phieu e o Secretario Geral chinês Jiang Zemin, através da adoção de algumas linhas-mestres que os países deveriam seguir, tais como, pensar no longo-prazo; estabilidade;

orientação para o futuro, boa vizinhança, relações de cooperação. (THAYER, 2010, p.295) No ano seguinte, China e Vietnã continuaram a estreitar suas relações através da assinatura de um acordo intitulado *Joint Statement for Comprehensive Cooperation in the New Century*, que visava unir os países em busca de cooperação, principalmente nas áreas em que havia choque de interesses, como no Mar do Sul da China/Mar do Leste. Segundo esse acordo, “ambos os lados irão se refrear para não tomar nenhuma ação que possa complicar e ampliar as disputas, recorrendo à força ou fazendo ameaças com força” (THAYER, 2010, p.396).

O acordo foi o início de uma década frutífera nas relações sino-vietnamitas. O estreitamento dessas relações pode ser analisado em quatro esferas: (a) partidos; (b) Estados; (c) setor militar e (d) instancias multilaterais. O fato de os países partilharem de uma mesma estrutura de governo facilitou a compatibilidade de diálogo na primeira esfera, a dos partidos, afinal, são eles que controlam seus respectivos países. O Partido Comunista chinês juntamente com o Partido Comunista Vietnamita formaram um importante aparato para gerenciar as relações bilaterais. Foi nessa esfera dos partidos que as linhas-mestres que direcionariam as políticas dos países, mencionadas anteriormente, foram estabelecidas no final de 1999 (THAYER, 2010, p.394). Os países também se comprometeram a realizar reuniões entre os líderes dos partidos frequentemente, o que ampliou as oportunidades de diálogos e o que também é notado quando observamos as tabelas anteriores. Ainda nessa esfera, podemos citar encontros que resultaram em resultados práticos, como por exemplo os Congressos Nacionais dos Partidos de 2001 e 2006, durante os quais foram anunciados o aumento do fluxo de comercio entre eles, projetos conjuntos no setor de energia, demarcação das fronteiras e cooperação na segurança regional (THAYER, 2010, p.395). Em 2009, os diálogos entre os líderes políticos alcançou até mesmo temas como fortalecimento e disciplina dos partidos, além do controle da corrupção. Entretanto, é nessa esfera onde são feitos os diálogos mais “calorosos”, exigindo-se resolução das pendencias, afinal é no âmbito partido-partido que os países buscam identificar campos comuns de atuação e cooperação.

Na esfera dos Estados, também tem-se colhido frutos. Em 2006, China e Vietnã criaram conjuntamente um comitê para as relações bilaterais, o *Steering Committee on Bilateral Cooperation*. O objetivo desse comitê era gerenciar os encontros dos líderes nas capitais dos países. Os encontros visavam ser anuais e foram realizados em Novembro de 2006, Janeiro de 2008 e Março de 2009. Em 2008, os países demonstraram o amadurecimento de suas relações ao declararem a busca de uma parceria estratégica para cooperação, além de se intitularem “parceiros estratégicos”. No ultimo encontro em 2009, ficou estabelecido que

os países iriam se esforçar para resolver as questões emergenciais – mais uma vez, concernentes aos problemas territoriais no Mar do Sul da China/ Mar do Leste, além de discutirem sobre cooperação econômica, comércio, investimento, turismo, ciência e tecnologia e intercambio de estudantes (THAYER, 2010, p.397).

Na esfera militar, os países tiveram o primeiro contato após o confronto em 1992, também com expedições dos respectivos líderes do Ministério da Defesa. O acordo de 2000 forneceu um importante respaldo para a aproximação militar entre China e Vietnã ao facilitar o intercambio de experiências militares dos países. Em 2005, essa relação alcançou um novo patamar, pois se iniciou o processo de consultas anuais de defesa e segurança, chegando-se a discutir a possibilidade de cooperação das indústrias de defesa chinesas e vietnamitas. Em 2006, o governo chinês foi ao Vietnã para promover as tecnologias militares chinesas, bem como oferecer treinamento profissional militar aos vietnamitas e discutir sobre as patrulhas marítimas no Golfo de Tonkin e no Mar do Sul da China/Mar do Leste. (THAYER, 2010, p.397). Essas reuniões e visitas permitiram com que os países diminuíssem as tensões nas questões mais críticas, pois tentavam uma resolução através do diálogo e cooperação.

Na ultima esfera, as das instituições multilaterais, devemos destacar a importância da ASEAN. O Vietnã aderiu à associação em 1995 e consequentemente aceitou os acordos já estabelecidos entre o grupo e a China. A partir de então, algumas questões são discutidas no âmbito dessa associação, que passa a coordenar as ações dos países. Na década de 2000, China e ASEAN firmaram importantes acordos que delinearão as ações dos países asiáticos. Conforme vimos na primeira parte desse capítulo, preocupada com seu entorno regional e querendo diminuir as desconfianças em relação à sua ascensão, a China fez importantes acordos em sua esfera regional e se empenhou em participar ativamente das associações regionais já existentes, como a ASEAN. Com tais atitudes, o Vietnã também foi favorecido em alguns pontos, pois se sentiu respaldado por esta instituição internacional para reivindicar questões delicadas, como as territoriais. No final da década de 2000, alguns protestos e algumas hostilidades entre os países foram mediadas no âmbito da ASEAN, para que rapidamente se encontrasse um ponto comum de discussão.

Diante do exposto, podemos dizer que a historia das relações contemporâneas entre Vietnã e China teve momentos bastante distintos: momentos de compatibilidade de interesses; momentos de ajuda chinesa para reconstrução do país; momentos de relações hostis; momentos de guerra; momentos de reconciliação, momentos de aproximação; e finalmente, momentos de cooperação. É uma relação assimétrica se considerarmos o peso estratégico que

cada país possui no cenário internacional, onde vemos a China como “carro-chefe” da economia mundial e o Vietnã como coadjuvante na esfera regional, onde ainda encontram-se Índia e Rússia, por exemplo. Embora se tenha alcançado um estágio de diálogo envolvendo até mesmo cooperação na segurança regional, ainda é cedo para dizer que não se corre o risco de outra ruptura. Claro que essa possibilidade tem diminuído ao longo dos anos, tanto pelo discurso do desenvolvimento pacífico pelo lado da China, quanto pela abertura dada pelo Vietnã para essa aproximação. As questões envolvendo o Mar do Sul da China/Mar do Leste e o Golfo de Tonkin ainda são pendências preocupantes para as políticas externas de ambos os países. Nos últimos anos, incluindo o ano de 2011, alguns protestos populares vietnamitas têm acontecido e um sentimento anti-China tem emergido em meio a população, devido aos posicionamentos chineses nessas regiões

3.3. A CONVENÇÃO DE MONTEGO BAY, 1982

Esta parte do trabalho não tem por finalidade discorrer sobre os detalhes da *Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (1982)*⁶², também conhecida como *Convenção do Montego Bay*, com 320 artigos e nove Anexos. Trata-se de expor as premissas da Convenção e os aspectos mais relevantes que incidem diretamente no tema abordado e os pontos específicos que servem como argumento tanto para China, quanto para Vietnã, na disputa envolvendo território no Mar do Sul da China/Mar do Leste. Portanto, faremos breves menções de artigos relevantes no nosso objeto de pesquisa.

Basicamente, o objetivo da convenção foi estabelecer medidas para o gerenciamento das zonas marítimas e deixar claro quais seriam as medidas disponíveis para mediar e resolver disputas nessas zonas. Dentre outros pontos, a Convenção estabelece parâmetros para definir mar territorial, zonas contíguas, Zonas Econômicas Exclusivas (ZEEs), plataforma continental, o que é ou não uma ilha. O preâmbulo da convenção deixa bem claro os fins pelos quais ela foi criada:

Animados do desejo de solucionar, num espírito de compreensão e cooperação mútuas, todas as questões relativas ao direito do mar e conscientes do significado histórico desta Convenção como importante contribuição para a manutenção da paz, da justiça e do progresso de todos os povos do mundo, [...]

⁶² Para acesso ao conteúdo de toda a Convenção, acesse:
http://www.fd.uc.pt/CI/CEE/OI/ISA/convencao_NU_direito_mar-PT.htm

Conscientes de que os problemas do espaço oceânico estão estreitamente inter-relacionados e devem ser considerados como um todo,
Reconhecendo a conveniência de estabelecer por meio desta Convenção com a devida consideração pela soberania de todos os Estados, uma ordem jurídica para os mares e oceanos que facilite as comunicações internacionais e promova os usos pacíficos dos mares e oceanos, a utilização equitativa eficiente dos seus recursos, a conservação dos recursos vivos e o estudo, a proteção e a preservação do meio marinho,
Tendo presente que a consecução destes objetivos contribuirá para o estabelecimento de uma ordem econômica internacional justa e equitativa que tenha em conta os interesses e as necessidades da humanidade em geral, e, em particular, os interesses e as necessidades especiais dos países em desenvolvimento, quer costeiros quer sem litoral, [...]
Convencidos de que a condição e o desenvolvimento progressivo do direito do mar alcançados na presente Convenção contribuirão para o fortalecimento da paz, da segurança, da cooperação e das relações de amizade entre todas as nações, de conformidade com os princípios de justiça e igualdade de direitos, e promoverão o progresso econômico e social de todos os povos do mundo, de acordo com os propósitos e princípios das Nações Unidas, tais como enunciados na carta,
Afirmando que as matérias não reguladas pela presente Convenção continuarão a ser regidas pelas normas e princípios do direito internacional geral.

Com apenas esse trecho da Convenção já é possível ter ideia sua importância para o direito internacional. Nota-se que os problemas envolvendo zonas marítimas, ilhas e tudo mais que esteja relacionado aos espaços oceânicos já foram motivos de conflitos envolvendo os Estados. Assim, a Convenção surge como um mecanismo jurídico internacional para mediar as ações dos Estados quando há conflito de interesses na esfera marítima.

Na Convenção é possível identificar três áreas que envolvem especificamente o problema do Mar do Sul da China. O primeiro deles diz respeito à largura do mar territorial. De acordo com o Artigo 3 da Convenção: “Todo Estado tem o direito de fixar a largura de seu mar territorial até um limite que não ultrapasse 12 milhas marítimas, medidas a partir de linhas de base determinadas de conformidade com esta Convenção.” Esse artigo incidirá diretamente nas ações de Vietnã e China.

A segunda área importante é sobre as Zonas Econômicas Exclusivas, que são abordadas na Convenção na Parte V, artigos 55-75. Segundo a Convenção:

A zona econômica exclusiva é uma zona situada além do mar territorial e a este adjacente, sujeita ao regime jurídico específico estabelecido na presente Parte, segundo o qual os direitos e a jurisdição do Estado costeiro e os direitos e liberdades dos demais Estados são regidos pelas disposições pertinentes da presente Convenção.(Artigo 55)

Diante disso, entende-se que as zonas econômicas estão à disposição da jurisdição do país a quem pertencem. Logo, havendo discordância sobre quem é “o dono” do local, as zonas econômicas também se tornam alvo de disputas. Além disso, em sua zona econômica a nação possui os direitos soberanos de “exploração e aproveitamento, conservação e gestão de recursos naturais, vivos ou não vivos das águas subjacentes do leito do mar e seu subsolo” (Artigo 56). No que diz respeito ao Mar do Sul da China/Mar do Leste, a vasta variedade de recursos naturais vivos e recursos minerais, como petróleo, também alimenta a discussão e dificulta a chegada a um senso comum. Assim como as ZEEs são de aproveitamento e exploração dos países detentores, as plataformas continentais também oferecem esse direito (Artigos 76 e 77).

Por fim, a questão das ilhas. A Parte VIII da Convenção diz respeito exclusivamente ao Regime das Ilhas, e por esse tema ser um dos mais importantes quando se trata do Mar do Sul da China/Mar do Leste, faz-se necessário transcrever o que o Artigo 121 da Convenção diz:

1. Uma ilha é uma formação natural de terra, rodeada de água, que fica descoberta na preamar.
2. Salvo o disposto no parágrafo 3º, o mar territorial, a zona contígua, a zona econômica exclusiva e a plataforma continental de uma ilha serão determinados de conformidade com as disposições da presente Convenção aplicáveis a outras formações terrestres.
3. Os rochedos que, por si próprios, não se prestam à habitação humana ou à vida econômica, não devem ter zona econômica exclusiva nem plataforma continental.

As ilhas que estão localizadas no Mar do Sul da China/Mar do Leste foram o estopim do confronto entre China e Vietnã na década de 1970. Ainda hoje, a China alega a total soberania sobre a região, enquanto o Vietnã alega possuir algumas das ilhas do arquipélago. Saber o que a Convenção diz a respeito das mesmas é importante para avaliarmos os argumentos de ambas as partes.

Embora tenha sido uma inovação para regulamentar as ações dos Estados no meio marítimo, sendo um recurso eficiente para mediar as controvérsias e buscar a paz entre as partes, a Convenção também contribuiu para agitar os ânimos de chineses e vietnamitas, exacerbando o problema da delimitação territorial. Segundo Burgess (2003, p.9), o real efeito de algumas decisões impostas na Convenção, no que diz respeito ao problema sino-vietnamita, foi uma corrida dos Estados por estabelecer-se nas ilhas da região, muitas vezes

militarmente, reivindicando-as como zonas econômicas exclusivas ou plataformas continentais, para poderem governar sobre elas e explorá-las. O autor afirma que a extrapolação territorial e conflitos de soberania na região foram resultados diretos da Convenção, pois todos os seis países envolvidos, com exceção de Brunei, estabeleceram algum tipo de presença militar em pelo menos uma ilha. Keyuan (1999, p.235) também concorda que a Convenção aumentou as tensões entre China e Vietnã, pois ambos os países, de acordo com a Convenção e leis consuetudinárias, tinham direitos sobre as águas da região e não estavam errados ao reivindicá-las.

Respaldados na Convenção de 1982, agora podemos adentrar aos detalhes das disputas territoriais envolvendo China e Vietnã no Golfo de Tonkin e no Mar do Sul da China/Mar do.

3.4 OS ESTADOS UNIDOS NA REGIÃO DA ÁSIA-PACÍFICO

Não é novidade que os Estados Unidos possuem interesse na região da Ásia-Pacífico, particularmente na região do Mar do Sul da China. Recentemente, algumas declarações explicitaram o que já estava presente na política externa norte-americana: o interesse estratégico nas resoluções dos conflitos nessa região. Esta seção visa mostrar um panorama geral das últimas declarações oficiais norte-americanas feitas com relação ao tema e analisando algumas implicações que isso pode trazer para o tema aqui apresentado.

Em Janeiro de 2012 foi lançado um plano de defesa e estratégia pelo Departamento de Estado norte-americano, intitulado *Sustaining U.S. Global Leadership: Priorities for 21st Century Defense*.⁶³ De modo geral, o documento procura evidenciar que o papel dos Estados Unidos como liderança no cenário global é algo necessário. Dessa forma, manter o exército o melhor e mais bem preparado exército é fundamental para a garantia da segurança e a da liberdade ao mundo. Segundo este documento,

Este país está em um ponto de mudança estratégica depois de uma década de guerra e, portanto, nós estamos formando uma Força Conjunta para o futuro que será menor e mais enxuta, mas será ágil, flexível, pronta, e tecnologicamente avançada. Ela terá capacidades de ponta, explorando as vantagens tecnológicas, conjuntas e em rede. Ela será guiada por profissional de alta qualidade e testados nas batalhas. Ela terá uma presença global enfatizando a Ásia-Pacífico e o Oriente Médio, enquanto ainda assegura

⁶³ BARACK, H. O; PANETTA, L. E; DEMPSEY, M. E. **Sustaining U.S. Global Leadership: Priorities for 21st Century Defense**. In: U.S. Department of Defense, 2012. Disponível em: <<http://www.defense.gov/Releases/Release.aspx?ReleaseID=14992>> Acesso em: 13 nov. 2012

nossa habilidade em manter nossos compromissos de defesa com a Europa; e fortalecendo alianças e parcerias ao longo de todas essas regiões. (BARACK; PANETTA; DEMPSEY, 2012, p.5)

Tem-se por objetivo as execuções de tais ações, independentemente das atuais dificuldades enfrentadas pela economia norte-americana que, com a Lei de Controle Orçamentário de 2011, terá de reduzir despesas nas mais diversas áreas de sua economia, inclusive a área militar (BARACK; PANETTA; DEMPSEY, 2012, p.2).

O documento evidencia também o interesse econômico e de segurança na região do Pacífico, incluindo as regiões do oceano Índico e do Sul da Ásia, principalmente sobre países como China, Japão, Índia, Austrália e Coreia do Sul. São apontadas também algumas prioridades que o governo norte-americano buscará para o próximo século, tais como a necessidade de se garantir um sistema econômico mundial livre e aberto, uma ordem internacional sustentável em que os direitos dos cidadãos sejam assegurados, por meio da qual, a paz permaneça naquela região. De maneira explícita, aborda o tema aqui desenvolvido da seguinte forma: “de fato, como nos finalizamos as guerras de hoje, nós nos focaremos em uma gama mais ampla de desafios e oportunidades, incluindo a segurança e prosperidade da Ásia-Pacífico” (BARACK; PANETTA; DEMPSEY, 2012, p.1).

O governo expressa particular atenção ao relacionamento norte-americano com seus aliados e parceiros-chave, pois os consideram essenciais para o futuro da estabilidade e crescimento da região. Eles enfatizam as relações já existentes, que possibilitarão um fundamento vital para a segurança da região da Ásia-Pacífico. Além disso, afirmam que irão continuar atuando na península da Coreia com o objetivo de deter ameaças possíveis na Coreia do Norte, já que o país em questão produz armas nucleares.

Os interesses econômicos e de segurança dos Estados Unidos são inextricavelmente ligados aos desenvolvimentos no arco que se estende do Pacífico Ocidental e Leste Asiático até a região do Oceano Índico e Sul Asiático, criando um misto de desafios e oportunidades. Consequentemente, enquanto os militares dos Estados Unidos contribuirão para a segurança global, nós iremos reequilibrar a região da Ásia-Pacífico. (BARACK; PANETTA; DEMPSEY, 2012, p.2)

No documento também se admite que no longo prazo o crescimento da República Popular da China, sendo um país com grande influencia na região, terá o potencial de afetar a economia e segurança norte-americana de diversas formas. Aqui já é possível identificar que, para os Estados Unidos, o crescimento e expansão da influencia chinesa nessa região, podem

afetar os interesses nacionais americanos. O governo afirma que o crescimento do poder militar chinês pode representar intenções estratégicas na região, aja vista os gastos militares da Republica Popular da China em 2011, quando alcançaram o valor de U\$142.9 dólares em⁶⁴.

No âmbito econômico, a China se tornou um dos principais parceiros da região, diminuindo assim a influência norte-americana nessa esfera. Entretanto, os Estados Unidos também visam estreitar os laços econômicos com os países da Ásia-Pacífico, principalmente aqueles que possuem mais dependência econômica para com a China e sofrem danos quando esta suspende importação de produtos, por exemplo. Nesse contexto, os auxílios fornecidos pelos Estados Unidos a tais países asiáticos, seriam: a) recursos de logística e transporte de produtos, b) assistência para que os produtos possam ser enviados para a novos locais rapidamente, c) motivação às instituições financeiras regionais como, por exemplo, *Asian Development Bank*, que ajuda a organizar o financiamento do comércio; e d) asseguaração que os exportadores asiáticos não percam financeiramente com a estagnação de importações.

Vale a pena mencionar também que os países da região da Ásia-Pacífico possuem fortes argumentos contra a presença naval norte- americana no local. Na reunião regional em Hanói em 2010, a Sra. Clinton enfatizou a necessidade dos Estados Unidos manterem as suas rotas marítimas abertas e pacíficas no Mar Meridional Chinês⁶⁵.

Mais recentemente, em declarações oficiais de Novembro de 2011, Hillary afirmou⁶⁶,

Nos próximos 10 anos, nós precisaremos ser espertos e sistemáticos acerca de onde nós investiremos tempo e energia; assim nós colocaremos nós mesmos em uma melhor posição para sustentar nossa liderança, assegurar nossos interesses e avançar nossos valores. Uma das tarefas principais da política americana para a próxima década será, portanto, concentrar-se em aumentar os investimentos – diplomático, econômico, estratégico e outros – na região da Ásia-Pacífico.

Hillary ainda afirmou que é fundamental para os interesses econômicos e estratégicos dos Estados Unidos, o país aproveitar o crescimento e dinamismo da Ásia para abrir novas oportunidades de investimento, comércio e acesso à tecnologia de ponta, sendo este um dos

⁶⁴ Asia- Pacific Economic Update, 2012 Volume 2 Disponível em: <http://www.pacom.mil/documents/pdf/2012-APEU-Vol_2_091612_.pdf> Acesso em: 23 nov. 2012

⁶⁵ CALMES, J.; JOHNSON, I. As U.S. Looks to Asia, It Sees China Everywhere. 2011 Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2011/11/16/world/asia/united-states-sees-china-everywhere-as-it-shifts-attention-to-asia.html?pagewanted=all>> Acesso em: 26 nov. 2012

⁶⁶ A declaração da Secretária de Estado está disponível em: <http://www.foreignpolicy.com/articles/2011/10/11/americas_pacific_century> Acesso em: 27 nov. 2012

recursos principais para recuperar a economia doméstica⁶⁷. Acrescenta que é necessário manter das relações com os principais países como com o Japão e a Coreia do Sul, e agregar novos parceiros, como a Índia e Indonésia. Segundo ela, os Estados Unidos precisam reequilibrar a sua estratégia, direcionando-se totalmente para a Ásia, onde Washington investiu poucos recursos nos últimos anos, por causa de sua preocupação com as duas guerras – do Afeganistão e Iraque.

Para respaldar as ações futuras ações americanas na região, Hillary afirma na mesma declaração que,

A região está ansiosa por nossa liderança e nossos negócios – talvez mais do que em qualquer outro momento da história moderna. Nós somos a única potência com uma rede de alianças fortes na região, sem ambições territoriais e com um histórico longo de fornecer para o bem comum. Juntamente com nossos aliados, nós temos subscrito a segurança regional por décadas – patrulhando o mar da Ásia e preservando a estabilidade – e isso, em retorno, tem ajudado a criar as condições para o crescimento. [...] Nós somos o maior parceiro de comércio e investimento da região, uma fonte de inovação que beneficia trabalhadores e empresários em ambos os lados do Pacífico, um hospedeiro de 350.000 estudantes asiáticos todo ano, um campeão de mercados abertos e um advogado dos direitos humanos universais.

Assim, diante do exposto, fica claro que os Estados Unidos, agora mais do que nunca, possuem um interesse particular na região e estão dispostos a dispendar tempo e dinheiro para estarem mais próximos da Ásia-Pacífico. Sem dúvida, há, por parte do governo norte-americano, preocupações com a crescente influência chinesa na região e possibilidade de expansão territorial ali.

Conforme mencionado por Hillary Clinton, percebe-se que o governo americano vê na região uma clara oportunidade de expandir suas redes de comércio, alcançando mercados em expansão, sendo esta uma das possibilidades mais reais de melhora na economia norte-americana, que ainda não se reestabeleceu por completo após a crise de bolha imobiliária em 2008. Além do mais, segundo a Secretaria de Estado, “o futuro dos Estados Unidos está intimamente entrelaçado com o futuro da Ásia-Pacífico”⁶⁸.

Os Estados Unidos identificaram vários países na região, como parceiros estratégicos, e a restauraram laços bilaterais com Mianmar e com a Indonésia. Esse movimento é parte de uma estratégia mais ampla para readaptar o multilateralismo naquela região. Nos últimos

⁶⁷ Declaração disponível em: http://www.foreignpolicy.com/articles/2011/10/11/americas_pacific_century

⁶⁸ Esta declaração está juntamente com as demais, já mencionadas anteriormente.

anos, Washington se sentiu pressionado pelas influências dos grupos asiáticos regionais, e assim, houve uma limitação na sua capacidade de agir, enquanto a China agarrou parcerias regionais antes, e durante de sua ascensão econômica⁶⁹.

No que diz respeito especificamente ao Vietnã, os Estados Unidos declararam apoio ao país nas “questões marítimas críticas”⁷⁰, ou seja, as questões não resolvidas com a China. Esse apoio será considerado bem-vindo ao país, que ainda não conseguiu estabelecer um diálogo promissor para as pendências aqui demonstradas.

Portanto, a região do Mar do Sul da China/ Mar do Leste está tornando-se mais complexa à medida que países como os Estados Unidos declaram que têm interesse em “auxiliar” na região, considerando-a estratégica para a política externa de seu país. Dessa forma, é provável que nos anos que se seguem o debate sobre o tema se estreite e ações concretas possam ser alcançadas na região.

3.5. OS CONFLITOS ENTRE A CHINA E O VIETNÃ

A China é o país com maior número de vizinhos - faz fronteira com 13 países – com desafios geopolíticos de variadas naturezas. Formalmente, a China já resolveu seus problemas fronteiriços com : Mianmar (1960); Nepal (1961); Coreia do Norte (1962); Mongólia (1962); Paquistão (1963); Afeganistão (1963); Rússia (1991/1994)⁷¹; Laos (1991); Cazaquistão (1994); Quirguistão (1996); Tajiquistão (1999) e Vietnã (1999) (HONGYI, 2009, p.487)⁷². Entretanto, disputas de soberania ainda se estendem por 22.000 km da costa chinesa e exigem do governo chinês adaptação à cada situação. Nos casos citados acima o principal recurso para resolução de controvérsias foi a conciliação e o entendimento mútuo, coerentes com o discurso de “ascensão pacífica” da China. Mas também há casos em que as discordâncias levaram a conflitos armados como a Índia, a então URSS e o Vietnã.

⁶⁹ CALMES, J.; JOHNSON, I. As U.S. Looks to Asia, It Sees China Everywhere. 2011 Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2011/11/16/world/asia/united-states-sees-china-everywhere-as-it-shifts-attention-to-asia.html?pagewanted=all>> Acesso em: 26 nov. 2012

⁷⁰ The Economist Intelligence Unit. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/internacional/politica-mundial-eua-vao-agitar-o-mar-do-sul-da-china/>. Acesso 10 nov. 2012

⁷¹ Em 1991, a China assinou um acordo com a União Soviética, *Sino-Soviet Eastern Boundary Agreement*, e 1994 a China assinou, então, um acordo com a Rússia, *Sino-Russian Western Boundary Agreement*. (HONGYI, 2009, p.487)

⁷² Com relação ao Vietnã, o autor se refere a questão do Golfo de Tonkin, em que os países chegaram a um acordo. Todavia problemas com relação as ilhas Spratly e Paracel, que serão discutidos adiante.

As pendências com o Vietnã continuam vivas, apesar das negativas formais e dos esforços de ambos os países para encontrar soluções, alcançadas em alguns casos.. Nesta parte do capítulo vamos discorrer sobre os dois principais problemas nas relações sino-vietnamitas: o Golfo de Tonkin e o Mar do Sul da China/Mar do Leste.

3.5.1. O Golfo de Tonkin: um local estratégico

Encontrar bibliografia sobre o tema foi uma dificuldade ao longo do desenvolvimento desta pesquisa. As referências mais completas sobre o Golfo de Tonkin, especialmente sobre as relações sino-vietnamitas na região foram elaboradas por Zou Keyuan, professor da Universidade de Singapura e pesquisador chefe do Instituto Leste Asiático. Sua pesquisa será a principal fonte desta parte do trabalho, sendo mencionada constantemente.

O Golfo de Tonkin é o divisor de águas entre China e Vietnã. Conhecido como Golfo Beibu para os chineses e Golfo Bac Bo em vietnamita, a região é uma importante fonte de recursos naturais vivos e não vivos. A vasta área – cerca de 126.000 km² - e os recursos disponíveis nela fizeram com que a delimitação das fronteiras não pudesse ser um assunto negligenciado; então, chineses e vietnamitas viram a necessidade de uma resolução na região.

Em termos econômicos, a região é uma importante fonte de renda para ambos os países. É um dos três maiores campos de pesca para a China e o principal campo de pesca para o Vietnã; além das grandes reservas de petróleo e gás natural já identificadas, consideradas das maiores do mundo (KEYUAN, 1999, p.236). Segundo Keyuan (1999, p.235), em termos geográficos a região é categorizada como golfo semi-enclausurado, pois é abraçado pelo nordeste do Vietnã, a província de Guangxi da China, a Península de Leizhou e a Ilha de Hainan. O autor também afirma que, após a Convenção de Montego Bay (1982), tanto China quanto Vietnã, se viram respaldados a reivindicarem as águas do Golfo de Tonkin, agitando os ânimos das relações sino-vietnamitas.

As negociações sobre a região podem ser divididas em três fases: breves diálogos em 1974; 1977-1978; 1992-2000. As primeiras duas fases foram infrutíferas, pois a relação entre os países já estavam abaladas, como vimos na história das relações sino-vietnamitas. Apenas após a normalização das relações, em 1991, é que se conseguiu alcançar resultados concretos. (KEYUAN, 2004, p.13)

Quem iniciou as reivindicações sobre a região foi o Vietnã, em 1973, argumentando que o Golfo já havia sido demarcado em 1887, como resultado da Guerra Sino-Francesa (1884-1885). Entretanto, os chineses entendiam que o tratado não determinava uma fronteira

marítima, além do mais, nem chineses nem vietnamitas haviam exercido soberania e jurisdição sobre as águas do Golfo até então. Após análise do documento, alguns argumentos foram levantados de modo a refutar as reivindicações do governo do Vietnã. A principal delas é que o governo vietnamita rejeitou uma linha similar a do tratado sino-francês, chamada de “Brévie Line”, que dividia as águas entre Vietnã e Camboja, no Golfo da Tailândia. Ou seja, os próprios vietnamitas não aceitaram a linha de demarcação com o Camboja, mas a queriam no Golfo de Tonkin. Não tardou para que o argumento de área já demarcada fosse desconsiderado (KEYUAN, 1999, p.239).

Com essa “derrota”, o governo do Vietnã pensou em outra estratégia para reivindicar a região: águas históricas. De acordo com o direito internacional, um Estado só pode considerar uma região como sendo águas históricas sob determinadas circunstâncias: a) exercer autoridade na região; b) a continuidade ao longo dos anos dessa autoridade; c) a aceitação dos demais Estados dessa reivindicação. Esse argumento apareceu em 1982, quando o governo vietnamita publicou um documento que tratava as águas do Golfo como águas históricas, o que justificaria a extensão de sua jurisdição no local. A principal dificuldade com esse argumento foi o posicionamento chinês, pois para se considerar águas históricas, a região só pode ser reivindicada por apenas um Estado. Por exemplo, se uma baía é considerada histórica por algum determinado Estado, a partir do momento que ela se torna multinacional – ou seja, quando outro país resolve reivindicá-la – ela corre o risco de perder esse caráter. Assim sendo, quando a China também reivindicou sua jurisdição sobre a região, o Golfo perdeu seu caráter de águas históricas, não podendo usar esse argumento, nem vietnamitas nem chineses (KEYUAN, 1999, p.242).

Com a ratificação da Convenção de Montego Bay (1982), a delimitação de zonas econômicas exclusivas e plataformas continentais entre dois Estados que possuíam costas subjacentes ou opostas deveria ser feita por meio de um tratado entre as partes⁷³. O princípio mais utilizado nessas circunstâncias é o da equidistância, ou seja, calcula-se o ponto médio da região para que uma delimitação seja feita. Esse princípio geralmente é o responsável por demarcar áreas marítimas e é considerado uma lei costumeira⁷⁴, além de estar presente também na Convenção de 1982⁷⁵. Mas também há casos em que ele não se aplica, como

⁷³ Os artigos 74 e 83 da Convenção tratam sobre o assunto.

⁷⁴ Leis costumeiras são leis que não foram necessariamente redigidas, mas que são consideradas leis por se tratarem de ser costumes na sociedade. Ou seja, é convencional que seja lei, porque já é tratada como lei pela sociedade.

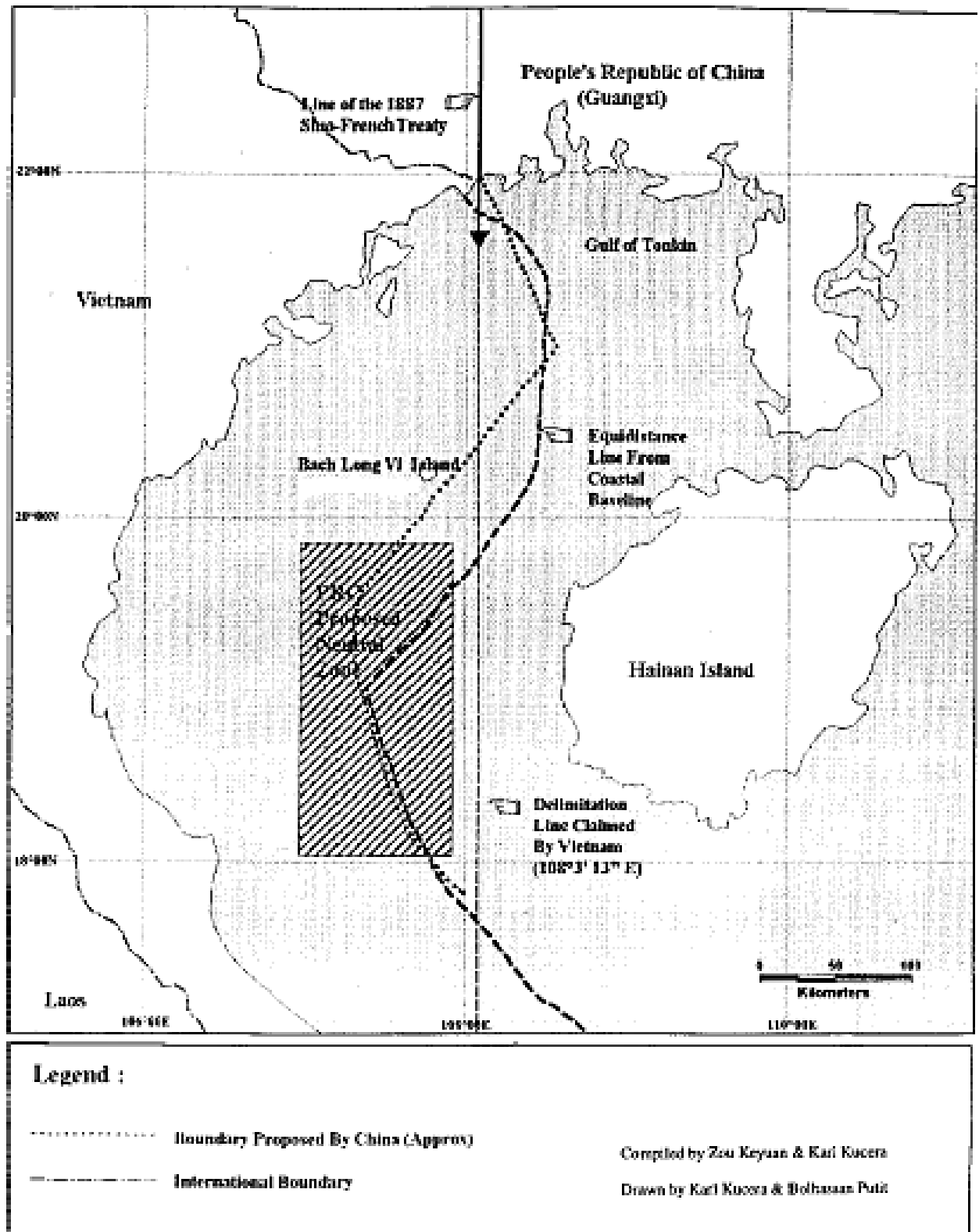
⁷⁵ O artigo 15 trata do conceito de equidistância.

quando há títulos históricos envolvidos ou outras circunstancia especiais. No caso sino-vietnamita, a proposta mais interessante seria uma única linha equidistante entre os países.

A China propôs uma zona retangular no meio do Golfo para desenvolvimento conjunto com o Vietnã. Keyuan (1999, p.244) afirma que a criação de zonas de desenvolvimento conjunto no processo de delimitação de fronteiras marítimas são comuns na história, como a Zona de Desenvolvimento Comum Japonesa-Coreana, no Mar do Leste da China e a Zona de Desenvolvimento Comum Malásio-Tailandesa no Golfo da Tailândia. As expectativas com relação a essa zona sino-vietnamita são em torno da exploração de petróleo e gás natural, mas principalmente em relação ao gerenciamento do controle de pesca, atividade fundamental para ambos os países. A proposta chinesa leva em consideração que uma linha equidistante para delimitar o local deixa para o lado vietnamita o maior campo de pesca da região e por isso chineses também tem reivindicado os direitos tradicionais de pesca no acordo.

O Mapa 2 exhibe tudo o que se discorreu até agora. Nele é possível ver a linha de demarcação referente no Tratado Sino-Francês, de 1887; a linha divisória proposta pela China (traçada por pequenos pontos); a fronteira internacional (traçada por pequenos riscos) e a zona de desenvolvimento conjunto proposta pela China. Também é possível visualizar a ilha de Bach Long Vi, que tem sido um ponto importante nas negociações. Ela possui 1,6km², está a 53m acima do nível mar e está ligeiramente mais próxima do Vietnã. Bach Long Vi era formalmente considerada território chinês e durante séculos foi local de habitação de chineses. Na década de 1950, para mostrar amizade e boa-vizinhança com o novo país, os líderes chineses sob direção de Mao Zedong decidiram dá-la para os vietnamitas. O problema com relação a ilha apareceu com a delimitação marítima baseada na equidistância, conforme vimos anteriormente. Se a divisão equidistante ocorrer, as águas ao redor da ilha teriam que ser redefinidas para que a China tivesse alguma vantagem na exploração da região (KEYUAN, 1999, p.246).

Mapa 3. Fronteira Marítima do Golfo de Tonkin



Fonte: KEYUAN, Zou. Maritime Boundary Delimitation in the Gulf of Tonkin. Ocean Development and International Law. 1999. (pg. 237)

A terceira fase das negociações entre China e Vietnã iniciou-se em 1991 com a proposta de um acordo de delimitação marítima. De 1992 a 2000, sete rodadas de negociação ocorreram. É interessante notar que, após a Convenção de 1982, Vietnã e China perceberam que a melhor solução seria um tratado. Todavia, eles prolongaram até que suas relações estivessem normalizadas para pensarem na possibilidade dessa assinatura. Em 1993, os países assinaram um acordo geral com princípios básicos a serem aplicados no Golfo de Tonkin. Tais princípios se concentravam na aplicação das leis internacionais marítimas, no princípio de igualdade, considerando-se todas as circunstâncias que envolviam o Golfo (KEYUAN, 2004, p.13). Esse foi o primeiro passo concreto para se alcançar um entendimento comum entre os Estados.

Em dezembro de 2000, finalmente, foi assinado o *Agreement on the Delimitation of the Territorial Seas, Exclusive Economic Zones and Continental Shelves in the Beibu Gulf*⁷⁶ e também um acordo para gerenciar as atividades pesqueiras, o *Agreement on Fishery Cooperation in the Beibu Gulf*. O acordo de delimitação possui apenas 11 artigos e está baseado nos princípios de respeito mútuo das soberanias de um e outro e na integridade territorial; não agressão; não interferência dos assuntos domésticos do outro Estado; equidade; benefício mútuo e coexistência pacífica. Os países se comprometeram em delimitar a região por meio de comprometimento mutuo, justas divisões e consultas amigáveis.

No acordo, os países estabeleceram 21 pontos geográficos que delimitam a região, de forma a traçar uma linha que vai do Ponto 1 (21° 28'12.5"N , 108° 06'04.3"E) ao Ponto 21 (17° 47'00"N, 107° 58'00"E). A linha que conecta o Ponto 1 ao Ponto 9 é a linha que divide o mar territorial entre os dois países, enquanto a linha que liga o Ponto 9 ao 21 delimita as ZEEs e as plataformas continentais entre eles. Entretanto, o mais importante para os chineses era a questão da pesca, que foi tratada no Artigo 8 com o uso racional e sustentável dos recursos naturais da região.

No acordo específico sobre a questão da pesca, os países se comprometeram a criar uma zona de pesca comum e estabeleceram algumas condições para a pesca. Quando pescadores chineses quiserem pescar nas águas vietnamitas, eles devem ter permissão especial para pesca; os barcos de pesca devem estar equipados com acessórios adequados de comunicação; barcos de pesca devem hastear a bandeira chinesa. Da mesma forma, pescadores vietnamitas devem tomar as mesmas precauções quando estiverem em águas

⁷⁶ O acordo traduzido para o inglês está a disposição para os leitores nos anexos, sendo o Anexo II.

chinesas. Além disso, fica proibido o uso de venenos ou explosivos para a pesca e algumas espécies não podem ser capturadas e, se forem, devem ser devolvidas ao mar. Os possíveis incidentes entre chineses e vietnamitas devem ser reportados às autoridades competentes locais e os pescadores devem cooperar com elas (KEYUAN, 2004, p.17).

A questão da exploração dos recursos não-vivos no Golfo é um ponto delicado. Conforme mencionado anteriormente, a região é rica em petróleo e gás natural. A empresa estatal chinesa *China National Offshore Petroleum Company* fez uma previsão de que a região concentra cerca de 2.29 bilhões de toneladas de petróleo e 1,444 bilhão de metros cúbicos de gás. Como a China já detém tecnologia avançada de exploração desses recursos é pouco provável que os países alcancem um acordo de desenvolvimento conjunto nesse setor.

Diante do que foi exposto, é possível dizer que a questão do Golfo de Tonkin é o reflexo da maturidade das relações sino-vietnamitas. Esse acordo foi o primeiro acordo de fronteira marítima firmado pela China e o segundo firmado pelo Vietnã⁷⁷. A expectativa em relação a ele é que seja um precedente para melhores entendimentos no Mar do Sul da China/Mar do Leste, que é uma situação mais complexa e envolve mais atores. Sem dúvida esse acordo no Golfo de Tonkin exibe a coerência do governo chinês em prezar pelo diálogo e pela coexistência pacífica com seus vizinhos, não levantando suspeitas sobre suas intenções na região. Nessa região, as possibilidades de uma ruptura das relações sino-vietnamitas e um outro confronto armado são mínimas, entretanto não é esta a mesma concepção que podemos ter quando olhamos para o Mar do Sul da China/Mar do Leste.

O Mar do Sul da China/Mar do Leste: o “calcanhar de Aquiles” sino-vietnamita

Se no Golfo de Tonkin, China e Vietnã levaram anos para encontrar um ponto comum de diálogo, no Mar do Sul da China/Mar do Leste esses anos ainda não foram suficientes. A região não envolve apenas China e Vietnã, mas Malásia, Brunei, Tailândia, Filipinas, Indonésia e Cingapura, países que também compartilham o processo de rápida industrialização. Lá estão localizadas centenas de pequenas ilhas e recifes, sendo as principais na Ilha Spratly e Paracel. Historicamente, essas ilhas desabitadas sempre foram um importante local de tráfego marítimo e possuem um importante valor estratégico para os países ao seu redor, devido à rica diversidade de pesca e ao grande potencial como fonte de petróleo e gás natural, assim como o Golfo de Tonkin. Por essas águas, há uma conexão entre

⁷⁷ O primeiro foi com a Tailândia, em 1997 e o terceiro com a Indonésia, em 2003.

o Oceano Pacífico Norte e o Oceano Índico, por onde o tráfego de petróleo se dá intensamente (BURGESS, 2003, p.7).

Em relação ao petróleo e gás natural, alguns países – como China, Vietnã e Filipinas – já começaram o processo de extração na região, mas em pequenas quantidades. E tendo vista o crescimento do consumo de ambos nas próximas décadas, as expectativas em relação à região têm aumentado cada vez mais. Além disso, o ecossistema local permite o cultivo das mais variadas espécies de peixes e até os modernos cultivos de ostras e camarões (BURGESS, 2003, p.8).

Com esse considerável valor estratégico e econômico não era de se estranhar que seis países estivessem envolvidos nas reivindicações e contestações na região. A China é o primeiro deles, pois argumenta ser a detentora legal de todas as ilhas de Spratly e Paracel, e outras ainda nos demais locais da região. Segundo o governo chinês, em um documento especial sobre a questão abordada aqui, nomeado *The Issue of South China Sea*, “a China tem soberania indisputável sobre as ilhas e suas águas subjacentes. Foi o primeiro a descobrir e nomear as ilhas e o primeiro a exercer jurisdição soberana sobre elas” ⁷⁸. No documento, o governo chinês afirma que a comunidade internacional aceita a soberania chinesa na região e discorre vários argumentos para justificar tal posicionamento.

O primeiro deles é a evidência histórica das atividades chinesas na região. Segundo o documento, a China descobriu as ilhas durante a Dinastia Han (23-220 d.C.). O governo enumera livros e mapas que descrevem as ilhas. O segundo refere-se ao desenvolvimento da região, onde eles afirmam que os chineses foram os primeiros a exercer a atividade pesqueira, desenvolvendo até mesmo mapas com as principais rotas. Ainda nesse argumento, o governo afirma que as atividades de pesca chinesas no local foram temas de livros de história em outros países, como Japão. O terceiro argumento refere-se ao exercício judicial chinês sobre a região, que eles afirmam ter se iniciado durante a Dinastia Yuan. Eles enumeraram documentos oficiais que registravam as ilhas como chinesas, como o *Map of Administration Divisions of the whole China* (1724); *Map of the Great China of the Great Qing for Ten Thousand Years* (1767); *Map of Unified China of the Great Qing for Ten Thousand Years* (1817) e outros. No período de 1932-1935, o governo chinês formou um comitê responsável por rever os mapas das terras e águas chinesas, em que ficou aprovado os nomes de 132 ilhas na região, além de ter sido impresso e publicado em 1935. Em 1947, o governo renomeou 159 ilhas e publicou todos os nomes para propósitos administrativos políticos, mas também para

⁷⁸ **The Issue of South China Sea.** Ministry of Foreign Affairs People's Republic of China. June, 2000. p.1

reafirmar sua posição na região, pois já havia sido tomada por franceses em 1933 e por japoneses em 1939.

O governo chinês afirma constantemente no documento do Ministério das Relações Exteriores, *The Issue of South China Sea* (2000, p.9) que a soberania chinesa na região é inquestionável e não pode ser refutada, pois a história não permite tal atitude. Ou seja, qualquer país que ainda está presente nas ilhas está violando a integridade territorial e desrespeitando a soberania chinesa na região. Quando o governo do Vietnã e das Filipinas tomaram posse de algumas ilhas, os chineses descreveram a situação da seguinte forma:

Nos anos recentes, países como Vietnã e Filipinas têm enviado tropas para medir os tamanhos das ilhas e recifes das Ilhas Spratlys, destruído as marcas da soberania erguidas pela China lá, e prendido, detido e mandado embora por meio da força pescadores chineses que estavam pescando no Mar do Sul da China. Nessa questão, o lado chinês tem sempre persistido em ter discussões e resoluções dos problemas relevantes com os países envolvidos através dos canais diplomáticos e meios pacíficos. Isso atesta completamente a sinceridade da China na preservação da estabilidade regional e os totais interesses das relações bilaterais amigáveis.⁷⁹

O governo chinês também menciona no documento a Convenção de 1982, ressaltando o fato de que nenhum país pode estender sua jurisdição marítima a territórios de outros países e muito menos tomar posse de suas terras nas zonas econômicas exclusivas e plataformas continentais. Apesar do tom incisivo, o documento trata da abertura chinesa em dialogar, discutir meios pacíficos em resolver as controvérsias e até mesmo criar zonas de desenvolvimento conjunto na região. Evidencia as suas participações nas reuniões da ASEAN e seu interesse em cooperar com a região.

Por fim, o governo chinês cita países que reconhecem e que já publicaram livros que deixavam claro o pertencimento das ilhas a China, como Inglaterra, França, Japão, Estados Unidos e mesmo o Vietnã. Com relação ao Vietnã, o governo chinês menciona que em 1958 o ministro das relações exteriores, Pham Van Dong, declarou que reconhecia e apoiava as declarações oficiais chinesas sobre a demarcação territorial. Os argumentos do Vietnã, por sua vez, também perpassam a história. Eles não só reivindicam todas as ilhas Spratly e as ilhas

⁷⁹ “In recent years, countries like Viet Nam and the Philippines have sent troops to seize some uninhabited islands and reefs of the Nansha Islands, destroyed the marks of sovereignty erected by China there, and arrested, detained or driven away by force Chinese fishermen fishing in the South China Sea. On this question, the Chinese side has always persisted in having discussions and settling relevant problems with the countries concerned through diplomatic channels and by peaceful means. It fully testifies to China's sincerity in preserving regional stability and the overall interests of bilateral friendly relations” (p.9)

Paracel, como também é o Estado que mais ocupou ilhas na região para reforçar seus argumentos.

O histórico das relações sino-vietnamitas envolvendo o Mar do Sul da China/Mar do Leste não é baseado apenas em reivindicações pacíficas, mas invasões e conflitos. Em 1974, a China invadiu e capturou ilhas que estavam sob poder vietnamita, dando início as relações mais hostis. Em 1988, forças navais chinesas e vietnamitas se enfrentaram, resultando em três navios vietnamitas afundados e 72 marinheiros mortos. Em 1992, o governo vietnamita acusou a China de explorar petróleo em águas do Golfo de Tonkin e de enviar tropas para os recifes da região. Além de confrontos entre vietnamitas e filipinos; chineses e filipinos; taiwaneses e vietnamitas (BURGESS, 2003, p.10)

No Mapa 3 é possível visualizar as regiões disputadas entre os países.

Mapa 4. Mar do Sul da China/Mar do Leste



Fonte: <http://www.bbc.co.uk/news/world-asia-pacific-11152948>

A ASEAN tem sido um grande mediador dos diálogos entre os países que reivindicam ilhas, zonas econômicas exclusivas e plataformas continentais na região. Em 1999, os ministros dessa associação decidiram por desenvolver um “código de conduta comum” para gerenciar as negociações entre os países, prevenir invasões e evitar futuras ocupações

precipitadas. Após três anos de longas discussões, a declaração do código de conduta foi assinada, o *Declaration on the Conduct of Parties in the South China Sea* de 2002. Infelizmente, apenas a assinatura desse código de conduta não foi suficiente para diminuir as tensões entre chineses e vietnamitas, que na década de 2000 trocaram constantes ataques verbais.

A crescente assertividade chinesa na região tem preocupado os líderes políticos vietnamitas, apreensivos com a influência chinesa em seu país. Para Thayer (2010, p.3), “a maior preocupação estratégica da liderança vietnamita é como usar os diálogos diplomáticos, laços militares e as relações econômicas para manter sua autonomia e independência, além de prevenir de serem englobados pela orbita chinesa”. Segundo o autor, os vietnamitas têm negociado acordos e tratados com os chineses, de modo a fazer o comportamento deles mais previsível e menos ofensivo aos interesses nacionais do Vietnã (THAYER, 2010, p.4). Com isso, três estratégias principais podem ser inferidas:

Primeira, o país irá continuar as negociações bilaterais com a China a fim de concluir um acordo sob os princípios de governar suas ações em águas contestáveis [...] a segunda estratégia será promover esforços multilaterais para manter a paz e a estabilidade no Mar do Sul da China [...] a terceira estratégia será desenvolver capacidade militar suficiente para deter a China de usar a força [...] As relações militares do Vietnã com a China ainda estão em um estágio nascente. (THAYER, 2010, p.5)

Essas medidas de precaução também se devem ao fato de, após a normalização das relações em 1991, o fluxo de comércio entre os países cresceu em grande escala, fazendo da China o principal parceiro comercial do Vietnã. A China supre o país com maquinário, petróleo refinado e aço; enquanto que o Vietnã supre a China com petróleo não refinado e carvão. É no âmbito econômico que o temor da “invasão” chinesa fica mais preocupante, pois a discrepância entre os países é inegável. Em 2008, a China exportou cerca de US\$15.7 bilhões de bens para o Vietnã, enquanto que este exportou apenas US\$4.6 bilhões (THAYER, 2010, p.7)

Apesar dos esforços em criar uma rede de acordos bem estruturada, intensificar as cooperações entre os países nas esferas da economia e segurança, as questões do Mar do Sul da China/Mar do Leste ainda se encontram delicadas. Na década de 2000, os países focaram-se em alcançar um acordo no Golfo de Tonkin, que também teve como objetivo acalmar os ânimos entre a população dos dois países.

No final de 2009, o governo vietnamita condenou a atitude chinesa de estabelecer governos locais nas ilhas de Paracel. Em março de 2010, oficiais chineses declararam aos Estados Unidos que o Mar do Sul da China era uma questão central na política chinesa. Em julho do mesmo ano, a Secretaria de Estado americana, Hillary Clinton, declarou que a paz e a liberdade de navegação na região era interesse nacional dos Estados Unidos e que o país americano apoiava um processo diplomático colaborativo envolvendo todos os reclamantes da região para uma resolução de todas as disputas territoriais por meios pacíficos e de acordo com as leis internacionais. A China logo respondeu que a internacionalização de uma questão bilateral apenas pioraria a situação e adicionaria mais dificuldades para uma breve resolução. No mesmo mês, o ministro das relações exteriores da China, Yang Jiechi, reafirmou que a China tem soberania indisputável na região e que possui histórico suficiente para provar. Os argumentos são os mesmos vistos anteriormente, sobre a descoberta das ilhas, nomeação delas e jurisdição sobre elas. Em agosto de 2010, Estados Unidos e Vietnã estreitaram seus laços nos âmbitos militares e diplomáticos⁸⁰. As declarações de Hillary Clinton e a aproximação com o Vietnã causaram um relativo isolamento da China nas disputas da região, mas não o enfraquecimento das ambições chinesas, que não cederam em momento nenhum.

Em 2011, as tensões entre os países ganharam novo fôlego, com acusações e protestos. Em maio, o governo do Vietnã acusou a China de enviar navios para danificar as extrações de petróleo vietnamitas e fez declarações apontando grave violação de soberania. A China replicou dizendo que as operações realizadas pelo Vietnã não levavam em consideração os interesses chineses e seus direitos de jurisdição⁸¹. Seguiram-se protestos populares no Vietnã, com cartazes dizendo “*Abaixo a China*” e “*Parem as invasões da China nas ilhas do Vietnã*”⁸². Os protestos levantaram os olhares sobre uma variável não discutida até aqui: o nacionalismo chinês e vietnamita.

No Vietnã o sentimento anti-China tem se espalhado pelo país. Os populares e até elites políticas tem exigido mais posicionamento do governo vietnamita nas questões do Mar do Sul da China/Mar do Leste, pois argumentam que o governo vietnamita tem sido fraco ante

⁸⁰ Todas as informações desse parágrafo se encontram em: ENGLAND, Vaudine. **Why are South China Sea tensions rising?** In: BBC News Bangkok. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/news/world-asia-pacific-11152948>

⁸¹ PHAM, Nga. **Vietnam's anger over China maritime moves.** In: BBC News. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/news/world-asia-pacific-13723443>

⁸² “Down with China” e “Stop China's invasion of Vietnam's islands”. In: PHAM, Nga. **Vietnam's anger over China maritime moves.** In: BBC News. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/news/world-asia-pacific-13723443>

a assertividade chinesa na região. Há também rumores que boicotes com relação a empresas chinesas tem ocorrido por parte dos vietnamitas⁸³. A questão do nacionalismo deve ser olhada com atenção, pois tanto China quanto Vietnã mostram-se irredutíveis com relação as suas reivindicações na região. Apesar dos esforços, não há previsão de que se chegue a uma resolução em curto prazo. Enquanto isso, ambos os governos devem lidar com as reações de sua população para não piorar as negociações, que parece evidenciar que a manutenção do *status quo* não será viável.

O nacionalismo e a irredutibilidade dos países são o “calcanhar de Aquiles” das relações sino-vietnamitas. O fato dos países já terem se enfrentado belicamente cria um forte precedente para ainda pensarmos nessa possibilidade. O discurso chinês de “ascensão pacífica” fica fortemente questionado com o Mar do Sul da China/Mar do Leste e não sabemos dizer até quanto a paciência e espera por resoluções pacíficas irá perdurar, pois os países tendem a se atritarem cada vez mais nos próximos anos.

⁸³ O’FLAHERTY, Bridget. **Vietnam’s carefully managed anger**. Disponível em: <http://the-diplomat.com/2011/07/06/vietnam%E2%80%99s-carefully-managed-anger/2/>

CONSIDERAÇÕES FINAIS: *Diplomacia da “ascensão pacífica” até o fim?*

Esse trabalho procurou reunir e analisar elementos relevantes para o debate sobre a natureza da diplomacia chinesa de “ascensão pacífica” e sobre sua persistência no longo prazo, tendo como foco sua capacidade de conduzir de forma pacífica as disputas com o Vietnã sobre as ilhas localizadas no que os chineses chamam de Mar do Sul e os vietnamitas chamam de Mar do Leste. O contencioso nessa região envolve não apenas questões territoriais, sempre muito sensíveis, mas também uma região estratégica em termos de segurança e projeção externa, além de recursos naturais relevantes.

A conduta da China nesse tema difícil pode ser tomada como um indicativo relevante sobre sua política externa e suas perspectivas de médio prazo. A política externa da China deixou o nacionalismo como um dos pilares de sua formulação. Pôde-se compreender como esse conceito permeia muitas ações do PCP e como ele está inserido na sociedade chinesa, desenvolvendo-se ao longo dos anos recentes.

A década de 1970 foi determinante para a história diplomacia da China. Nesse período o país reestabeleceu as relações diplomáticas com os Estados Unidos, que haviam sido rompidas desde a formação da República Popular da China, em 1949. Isso deu ao país maior visibilidade e maior influência no cenário internacional, inclusive por ter passado a ocupar a cadeira no Conselho de Segurança da ONU, antes destinada a Taiwan. Concomitante a esse processo, a China também procurou dar novos rumos a sua economia, começando um processo de abertura em 1978, o qual foi responsável para que o país chegasse a ser a segunda maior economia mundial em 2010, superando o Japão.

Com o incidente na praça de Tiananmen, em 1989, o país procurou trazer uma nova imagem ao mundo, agora de paz e estabilidade. O governo lançou a expressão “ascensão pacífica”, em 2003, como sendo a estratégia nacional para a política externa e segurança do governo de Hu Jintao e Wen Jiabao. O país se comprometia em não abalar a ordem vigente com seu crescimento, buscar manter a paz mundial, buscar o desenvolvimento próprio e ajudar os demais países nesse mesmo caminho. Essa estratégia, todavia, com esse nome, teve pouco tempo de vida.

Em 2005, o governo lançou um documento que falava da estratégia chinesa como sendo “desenvolvimento pacífico”, e a “ascensão” não mais foi abordada. A mudança do termo, entretanto, não mudava a essência dos objetivos da China, apenas evitava problemas relacionados a conotação de ameaça que a palavra ascensão poderia trazer.

E a China continua a ascender. E isso não mudou com a troca de nomenclatura. Em setembro de 2011, o governo chinês lançou um documento intitulado “o Livro Branco do Desenvolvimento Pacífico da China”, onde ressaltava, mais uma vez, as premissas de sua estratégia quanto à política externa. Nele é possível notar que o país continua afirmando que visa desenvolver-se sem pretensões hegemônicas, a medida que quer facilitar o crescimento dos demais. Termos como “construção de uma sociedade harmoniosa”; “busca por uma política externa independente de paz”; “confiança mútua”; “benefício mútuo”; “igualdade e cooperação”; “cooperação regional” estão postos como princípios norteadores e que estarão presentes nos próximos anos.

Todavia, mesmo possuindo uma política externa contínua ao longo anos, a China pode ser questionada quanto ao futuro de sua ascensão pacífica. Uma análise das relações sino-vietnamitas exibem fatores capazes de confrontar a diplomacia chinesa. A princípio vimos uma China adentrando o pós-Guerra Fria preocupada com seu entorno regional, fazendo esforços para que seu crescimento não fosse um fator que a isolasse da região. Assim, no período depois da queda da União Soviética, a China procura dialogar com seus vizinhos, estreitar os laços com as instituições internacionais da Ásia – tais como a APEC e a ASEAN - e firma sua confiança com os países asiáticos depois da crise financeira asiática de 1997, em cuja ajuda econômica foi fundamental para reerguer alguns países.

Nas relações sino-vietnamitas, especificamente, podemos elencar três fases: a) 1949-1974, caracterizada principalmente pelas afinidades entre os países, por serem ambos socialistas, e ajuda chinesa no reconhecimento do Vietnã como Estado independente, tanto na disputa com os franceses quanto na guerra contra os Estados Unidos; b) 1975-1990, a fase mais turbulenta entre os países, com a aliança da China com Estados Unidos e do Vietnã com a União Soviética, no auge da Guerra Fria; e o consequente distanciamento entre chineses e vietnamitas, que levaram as questões territoriais ao extremo, com direito a batalhas armadas; 1991-2011, a fase da reconciliação e normalização das relações, responsável por reaproximar os países, visando até mesmo cooperação, mas que ainda não deixa as questões de contiguidade se apaziguarem.

As questões territoriais são as principais linhas de tensão entre China e Vietnã. O acordo referente ao Golfo de Tonkin abriu um importante precedente para que as negociações entre eles avançassem no Mar do Sul da China/Mar do Leste, mas ainda não foi suficiente. As constantes acusações de violação de soberania de ambos os países, sabotagens de navios de extração de petróleo e a exacerbação do sentimento nacionalista anti-China, são fatores que

deixam claro que a estabilidade das relações sino-vietnamitas conquistadas desde 1991 não são sólidas o suficiente para ignorarmos a possibilidade de um confronto.

É claro que a China tem buscado meios pacíficos para se chegar a uma solução. O governo chinês tem sido coerente com seu discurso de “ascensão pacífica/desenvolvimento pacífico”, mas sua postura em relação ao Mar do Sul da China é irredutível, insistindo que nenhum país possui o direito de reivindicar nada, pois a soberania e jurisdição chinesa na região é inquestionável. O Vietnã também não quer ceder e conta com a sua população para pressionar ações mais assertivas contra a China nessa questão, pois teme ser engolida pela órbita chinesa, se tornando dependente do gigante asiático para sobreviver.

A região não desperta apenas interesse por se tratar de territórios, mas seu valor econômico faz brilhar os olhos de todos os países que são banhados por essas águas. A diversidade de recursos naturais marítimos, o cultivo moderno de ostras e camarões, a alta concentração de gás natural e petróleo, e, principalmente, a lucratividade do setor pesqueiro, são potencialidades que nenhum país quer abrir mão.

Com as análises até aqui desenvolvidas, podemos crer que o confronto armado não é a primeira opção chinesa, nem vietnamita. Os líderes dos governos querem resolver a solução por meios pacíficos, mas o fato é que ninguém cede. Os Estados Unidos já declararam seu interesse nas resoluções das disputas na região, haja vista a importância do local para o tráfego de petróleo, e acabaram por pressionar um posicionamento chinês, deixando um apoio sutil ao Vietnã.

Acredita-se que as relações sino-vietnamitas permanecerão como um ponto de interrogação sobre quais serão os próximos passos, mas, sem dúvida, é uma delicada situação capaz de colocar o discurso chinês contra a parede, pois não se sabe por quanto tempo a paciência chinesa pode perdurar. O Vietnã estabeleceu seu governo sobre algumas ilhas que o governo chinês julga serem deles, e exige a sua retirada, o que não aconteceu até o presente momento. Devido a isso, não podemos ter plena confiança de que a China não usaria a força para resolver seus conflitos, que primaria pela diplomacia pacífica independente da situação, tampouco que o governo chinês abriria mão de terras/águas valorosas apenas para sustentar um discurso.

Assim, os desafios para a "ascensão pacífica" como estratégia de política externa da China nos próximos anos tendem a permanecer, que dirá a se ampliarem. É possível afirmar que, de fato, posturas ofensivas militares, confrontos armados ou outras posturas que incitem à guerras, não serão a primeira opção para os chineses. Conforme observado ao longo dos

anos, sua política externa tende a ser contínua quanto a seu discurso. Entretanto, o país adquire cada vez mais peso estratégico no sistema internacional, o que não o livra das responsabilidades que vem com este status. Concordando com Barry Buzan (2010), os próximos trinta anos serão mais difíceis para os chineses do que os trinta anos que se passaram. A tarefa para sustentar do discurso pacífico tornar-se-á mais árdua frente as questões que ainda precisam ser resolvidas, como é o caso do Vietnã, principalmente se variáveis como o nacionalismo tomarem mais espaço nas próximas décadas. Certamente, não podemos dizer que o discurso de ascensão e desenvolvimento pacífico chinês está fadado ao fracasso no longo prazo, como defende Mearshimer (2006), principalmente por considerarmos os fatos históricos de outras nações. Mas, sem dúvida, podemos continuar a questioná-lo.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACCIOLY, Hildebrando; SILVA, G.E. do Nascimento ; CASELLA, Paulo Borba. **Manual de Direito Internacional Público**. 17ª edição. Editora Saraiva. São Paulo, 2009.

ASHWILL, Mark A. **Vietnam Today: A guide to a Nation at a Crossroads**. Intercultural Press. London, 2005.

Asia- Pacific Economic Update, 2012. Volume 2. Disponível em:
<http://www.pacom.mil/documents/pdf/2012-APEU-Vol_2_091612_.pdf> Acesso em:
23 nov. 2012

BARACK, H. O; PANETTA,,L. E; DEMPSEY, M. E. **Sustaining U.S. Global Leadership: Priorities for 21st Century Defense**. In _U.S. Department of Defense, 2012.Disponível em: <<http://www.defense.gov/Releases/Release.aspx?ReleaseID=14992>> Acesso em:
13 nov. 2012

BATISTA JR., Paulo Nogueira. **Nacionalismo e Desenvolvimento**. Novos Estudos 77. Março 2007.

BROWN, Archie. **The Rise and Fall of Communism**. HarperCollins. 2009

BURGESS, J. Peter. **The Politics of the South China Sea: Territoriality and International Law**. SAGE Publications. Vol 34, 2003.

BUZAN, Barry. **China in International Society: is ‘Peaceful Rise’ Possible?** The Chinese Journal of International Politics. Vol.3. 2010. p.5-36.

CALMES, J.; JOHNSON, I.As U.S. **Looks to Asia, It Sees China Everywhere**. 2011
Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2011/11/16/world/asia/united-states-sees-china-everywhere-as-it-shifts-attention-to-asia.html?pagewanted=all>> Acesso em: 26 nov. 2012

CHEUNG, Kelvin Chi-Kin. **Away from socialism, towards Chinese characteristics: Confucianism and futures of Chinese nationalism**. China Information 26 (2) p.205-218. 2005

CHINA’S PEACEFUL DEVELOPMENT ROAD. 2005. Disponível em:
<http://www.china.org.cn/english/features/book/152684.htm>

CHOO, Jaewoo. **Ideas matter: China’s peaceful rise**. Asia Eur Journal. Spring Verlag. 2009. p. 389-404.

CHUNG, Jae Ho. **China and Northeast Asia: A Complex Equation for ‘Peaceful Rise’**. Political Studies Association. Vol.27(3). 2007. p.156-164

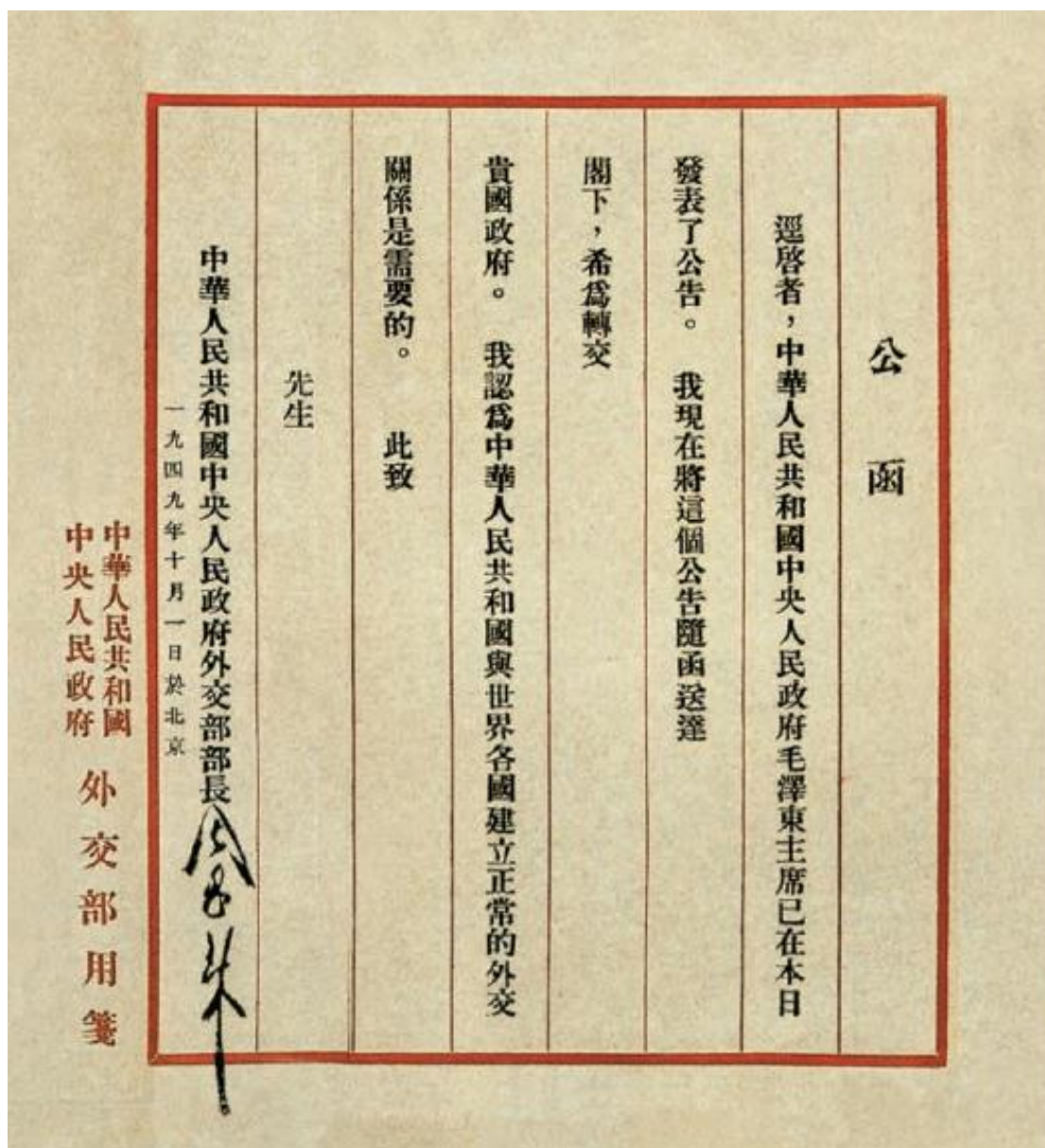
CUNHA, A. M. **A Economia Política do “Milagre Chinês”**. Disponível em:
<http://www.anpec.org.br/encontro2008/artigos/200807091508220-.pdf>

- ENGLAND, Vaudine. **Why are South China Sea tensions rising?** In: BBC News Bangkok. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/news/world-asia-pacific-11152948>
- GAO, Zhihong. **Chinese Grassroots Nationalism and Its Impact on Foreign Brands.** Journal of Macromarketing. 32 (2) p.181-192. 2012.
- GELLNER, Ernert. **Naciones y Nacionalismos.** Alianza Editorial. España. 2001
- GLASER, B. S. and Medeiros, E. S. **The Changing Ecology of Foreign Policy-Making in China: The Ascension and Demise of the Theory of “Peaceful Rise”.** The China Quarterly, 190, June 2007, p.291-310.
- GONÇALVES, Arnaldo; **China’s swing from a planned Soviet-type economy to an ingenious socialist market economy: An account of 50 years.** 2005. Disponível em: <http://www.caei.com.ar/es/programas/asia/19.pdf> Acesso 28/08/2010 17:09
- GUANG, Lei. **Realpolitik Nationalism. International Sources of Chinese Nationalism.** Modern China. Vol 31. No 4. October, 2005.
- GUIBERNAU, Montserrat. **Nacionalismos. O estado nacional e o nacionalismo no século XX.** Jorge Zahar Editor Ltda. Rio de Janeiro, 1996.
- GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. **Nação, Nacionalismo, Estado.** Estudos Avançados 22 (62), 2008. p.145-159
- GUO, Zhongshi; CHEONG, Weng Hin; CHEN Huailin. **Nationalism as Public Imagination: The Media’s Routine Contribution to Latent and Manifest Nationalism in China.** The International Communication Gazette. Vol 69 (5). p. 467-480. 2007
- HOBBSAWM, E.J., **Nações e Nacionalismo desde 1780. Programa, mito e realidade.** 4ª Edição. Paz e Terra. São Paulo, 2004
- HOLMES, Leslie. **Vietnam in a Comparative Communist and Postcommunist Perspective.** In_ Vietnam’s New Order: International Perspectives on the State and Reform in Vietnam. Series in International Relations and Political Economy. 2007
- HONGYI, Nie. **Explaining Chinese Solutions to Territorial Disputes with Neighbour States.** Chinese Journal of International Politics. Vol. 2, 2009. (pg.487-523)
- HUGHES, Christopher R. **Chinese Nationalism em the Global Era.** Routledge. 2006.
- JAGUARIBE, Hélio. **Nação e nacionalismo no século XXI.** Estudos Avançados 22 (62), 2008.
- KEYUAN, Zou. **Maritime Boundary Delimitation in the Gulf of Tonkin.** Ocean Development and International Law. 1999. (pg. 235-254)

- _____. **The Sino-Vietnamese Agreement on Maritime Boundary Delimitation in the Gulf of Tonkin**. Ocean Development and International Law. 2005. (pg. 13-24)
- KISSINGER, Henry. **Diplomacia**. Editora Gradiva. 3ª Edição. Lisboa, 2007.
- MEARSHIMER, John. **China's Unpeaceful Rise**. Current History. Research Library. 2006. p.160-163
- MOHAN, C. R. **China's "Peaceful Rise": The Ryme of the Ancient Mariner**. Economic and Political Weekly. Vol 39. No.33. 2004. p. 36999-2702. Disponível em: <http://www.jstor.org/pss/4415413>
- NAISBITT, John and Doris. **China's Megatrends – The 8 pillar of a new Society**. 1ª Edição. HarperCollins Publisher. Nova York, 2010
- NAUGHTON, Barry; **China: Economic Transformation Before and After 1989**. Draft prepared for the conference —1989: Twenty Years After. University of California, Irvine. November 6-7, 2009
- NONNENBERG, M. B.; LEVY, P. M.; NEGRI, F. D.; COSTA, K. P. da. **O crescimento econômico e a competitividade chinesa**. Texto para discussão nº 1333 – IPEA. Rio de Janeiro, Abril/2008.
- O'FLAHERTY, Bridget. **Vietnam's carefully managed anger**. Disponível em: <http://the-diplomat.com/2011/07/06/vietnam%E2%80%99s-carefully-managed-anger/2/>
- OLSEN, Mari. **Soviet-Vietnam relations and the role of China., 1949-1964. Changing alliances**. Routledge. New York, 2006.
- OLSON, Stephen e PRESTOWITS, Clyde. **The Envolving Role of China in International Institutions**. Artigo elaborado pelo The US-CHINA Economic and Security Review Comission. Washington, 2011.
- PAGESTU, Mari e GOOPTU, Sudarshan. **New Regionalism: Options for China and East Asia**. Kennedy School of Government. Harvard University. Estados Unidos, 2003.
- PECEQUILO, C. S. **A política externa dos Estados Unidos**. Editora da UFRGS. 2ª edição. Porto Alegre, 2005.
- PIRES, M. **O Consenso de Washington e o Consenso de Pequim: a Inserção de Brasil e China no Processo de Globalização**. 2007
- PHAM, Nga. **Vietnam's anger over China maritime moves**. In: BBC News. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/news/world-asia-pacific-13723443>
- QINGMIN, Zhang. **China's Diplomacy**. The Sinopedia Series. Cengage Learning. 2011.
- ROZMAN, Gilbert. **Chinese Strategic Thinking on Multilateral Regional Security in Northeast Asia**. Publicado pela Elsevier Limited. 2011.

- SUETTINGER, R.L. **The Rise and Descent of “Peaceful Rise”**. China Leadership Monitor. Número 12. 2005. Disponível em: <http://weblog.leidenuniv.nl/media/blogs/76061/kijkennaardepers/archives/zheng%20bijian.pdf>
- THAYER, Carlyle. **Vietnam’s relations with China, North Korea and the United States**. South Asia Research Centre. Hong Kong. June, 2010.
- _____. **Vietnam and Rising China: The Structural Dynamics of Mature Asymmetry**. Southeast Asian Affairs. Vol. 2010. (pg.392-409)
- _____. **Vietnam’s Regional Integration – Domestic and External Challenges to State Sovereignty**. In *Vietnam’s New Order: International Perspectives on the State and Reform in Vietnam*. Series in International Relations and Political Economy. 2007
- THORNTON, J.L. **China’s Peaceful Rise: Speeches of Zheng Bijian 1997-2004**. Disponível em: <http://www.brookings.edu/fp/events/20050616bijianlunch.pdf>
- The Issue of South China Sea**. Ministry of Foreign Affairs People’s Republic of China. June, 2000
- WANANDI, Jusuf. **China and Asia Pacific Regionalism**. *The Rise of China and a Changing East Asian Order*. Ed. Kokubun Ryosei and Wang Jisi. Tokyo, 2004. (pg.37-48)
- WONG, Lai Fon. **China-ASEAN and Japan-ASEAN relations during the Cold War Era**. *Chinese Journal of International Politics*. Vol.1, p.373-404, 2007.
- WANG, Jisi. **“Peaceful Rise”: a discourse in China**. Peking University. 2006. Disponível em: http://www2.lse.ac.uk/newsAndMedia/news/archives/2006/Wang_Jisi.aspx
- YAN, X. **The rise of China in Chinese eyes**. *Journal of Contemporary China*. Vol. 10. 2001. p.33-39. Disponível em: <http://blog.hiddenharmonies.org/wp-content/uploads/2010/02/yxt.pdf>
- YU, Hyun Seok. **Explaining the Emergence of New East Asian Regionalism: Beyond Power and Interest-Based Approaches**. *Asian Perspective*. Vol 27. No.1, 2003. (pg. 261-288)
- ZHANG, Yu. **Chinese Nationalism and the 2001 US Spy Plane Incident**. *International Studies* 42, 1. 2005

ANEXO I – CARTA DE ZHOU ENLAI PARA ESTABELECER AS RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS CHINESAS COM TODOS OS PAÍSES APÓS O ESTABELECIMENTO DA RPC.



Fonte: QINGMIN, Zhang. **China's Diplomacy**. The Sinopedia Series. Cengage Learning. 2011. p.4

ANEXO II: Agreement on Delimitation of the Territorial Sea, Exclusive Economic Zones and Continental Shelves in the Beibu Gulf between the People's Republic of China and the Socialist Republic of Vietnam.

The People's Republic of China and the Socialist Republic of Vietnam (hereinafter referred to as the Parties), in order to consolidate and develop the traditional neighboring and friendly relations between the two countries and the two peoples, to maintain and enhance the stability and development of the Beibu Gulf, based on the principles of mutual respect for each other's sovereignty and territorial integrity, nonaggression, noninterference in each other's internal affairs, equality and mutual benefit, peaceful coexistence, and in the spirit of resolving the Beibu Gulf delimitation issue through mutual compromise, friendly consultation and fairness and reasonableness, have agreed as follows:

Article 1

1. The Parties have determined the demarcation line for the territorial seas, exclusive economic zones and continental shelves of the two countries in the Beibu Gulf in accordance with the 1982 United Nations Convention on the Law of the Sea, generally accepted principles of international law and international practice, based on the full consideration of all relevant circumstances of the Beibu Gulf and on the equitable principle, and through friendly consultation.

2. The Beibu Gulf, in this Agreement, refers to the area where to the north are coasts of the land territory of China and Vietnam, to the east are coasts of China's Leizhou Peninsula and Hainan Island, to the west is the semi-enclosed bay surrounded by Vietnam's mainland coasts, and its south limit is a straight line connected by the most outer point of Yingge Zui of Hainan Island of China with the coordinates of 18030'19"N, 108041'17"E, through Con Co Island of Vietnam, to the seashore of Vietnam with the coordinates of 16057'40"N, 107008'42"E.

The Parties have decided that the above area constitutes the scope of delimitation in this Agreement.

Article 2

The demarcation line for the territorial seas, exclusive economic zones and continental shelves between the two countries in the Beibu Gulf, as agreed by the Parties, is determined

by straight lines connecting the following 21 points, for which the geographic coordinates are as follows:

Point 1: 21°28'12.5"N, 108°06'04.3"E;

Point 2: 21°28'01.7"N, 108°06'01.6"E;

Point 3: 21°27'50.1"N, 108°05'57.7"E;

Point 4: 21°27'39.5"N, 108°05'51.5"E;

Point 5: 21°27'28.2"N, 108°05'39.9"E;

Point 6: 21°27'23.1"N, 108°05'38.8"E;

Point 7: 21°27'08.2"N, 108°05'43.7"E;

Point 8: 21°16'32"N, 108°08'05"E;

Point 9: 21°12'35"N, 108°12'31"E;

Point 10: 20°24'05"N, 108°22'45"E;

Point 11: 19°57'33"N, 107°55'47"E;

Point 12: 19°39'33"N, 107°31'40"E;

Point 13: 19°25'26"N, 107°21'00"E;

Point 14: 19°25'26"N, 107°12'43"E;

Point 15: 19°16'04"N, 107°11'23"E;

Point 16: 19°12'55"N, 107°09'34"E;

Point 17: 18°42'52"N, 107°09'34"E;

Point 18: 18°13'49"N, 107°34'00"E;

Point 19: 18°07'08"N, 107°37'34"E;

Point 20: 18°04'13"N, 107°39'09"E;

Point 21: 17°47'00"N, 107°58'00"E.

Article 3

The demarcation line from Point 1 to Point 9 as provided in Article 2 of this Agreement is the line to divide the territorial seas of the two countries in the Beibu Gulf.

The division of the space above and the seabed and subsoil under the territorial seas of the two countries follows the vertical direction of the demarcation line for the territorial seas of the two countries as provided in Paragraph 1 of this Article.

Unless otherwise agreed by the Parties, no topographical change shall change the demarcation line for the territorial seas of the two countries from Point 1 to Point 7 as provided in Paragraph 1 of this Article.

Article 4

The demarcation line from Point 9 to Point 21 as provided in Article 2 of this Agreement is the line to divide the exclusive economic zones and continental shelves of the two countries in the Beibu Gulf.

Article 5

The demarcation line to divide the territorial seas of the two countries from Point 1 to Point 7 as provided in Article 2 of this Agreement is drawn in block on the special map of the Beilun River estuary jointly surveyed and prepared by the Parties in 2000 with the scale of 1:10,000; the demarcation line for territorial seas, exclusive economic zones and continental shelves of the two countries from Point 7 to Point 21 is drawn in block on the complete map of the Beibu Gulf jointly surveyed and prepared by the Parties in 2000 with the scale of 1:500,000. The above demarcation lines are all geodesic lines. The above special map of Beilun River estuary and the complete map of the Beibu Gulf are the maps attached to this Agreement. The ITRF-96 Coordinate System has been adopted for the above maps. Coordinates for all the demarcation points as provided for in Article 2 of this Agreement are measured on and taken from the above maps. The drawing of the demarcation line as provided for in this Agreement on the attached maps to this Agreement is only for the purpose of illustration.

Article 6

The Parties shall mutually respect their respective sovereignty over, sovereign rights to and jurisdiction in the territorial seas, exclusive economic zones and continental shelves between the two countries in the Beibu Gulf as decided by this Agreement.

Article 7

In case that any single geophysical structure of oil and gas or other mineral deposits should straddle the demarcation line as provided in Article 2 of this Agreement, the Parties shall, through friendly consultation, reach an agreement on the development of the structure or deposit in a most effective way as well as on equal sharing of the profits resulting from the development.

Article 8

The Parties have agreed to consult on matters of cooperation in respect to the rational use and sustainable development of living resources in the Beibu Gulf, and the conservation, management and use of living resources in the exclusive economic zones of the two countries in the Beibu Gulf.

Article 9

The delimitation of the territorial seas, exclusive economic zones and continental shelves of the two countries in the Beibu Gulf in accordance with this Agreement shall in no means affect or hamper the position of either Party on rules of international law in the area of the law of the sea.

Article 10

Any dispute resulting from interpretation or application of this Agreement between the Parties shall be settled through friendly consultation and negotiation.

Article 11

This Agreement shall be subject to ratification of the Parties and enter into force from the date of the exchange of ratification instruments between the Parties. The exchange of ratification instruments shall be carried out in Hanoi.

This Agreement, in duplicate and in both Chinese and Vietnamese, was signed in Beijing on 25 December 2000, and the Chinese and Vietnamese texts are equally authentic.

(signed)

Representative Plenipotentiary for
the People's Republic of China

Tang Jiaxuan

(signed)

Representative Plenipotentiary for
the Socialist Republic of Vietnam

Nguyen Dy Nien

(This is an unofficial English version translated by Zou Keyuan from the Chinese version of the Agreement.)